



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
LINHA EDUCAÇÃO, CURRÍCULO, EPISTEMOLOGIA E HISTÓRIA

WANESSA CARLA RODRIGUES CARDOSO

**“ALMA E CORAÇÃO”: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ E
A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DISCIPLINAR DA HISTÓRIA ESCOLAR NO
PARÁ REPUBLICANO (1900-1920)**

BELÉM-PA

2013

WANESSA CARLA RODRIGUES CARDOSO

**“ALMA E CORAÇÃO”: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ E
A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DISCIPLINAR DA HISTÓRIA ESCOLAR NO
PARÁ REPUBLICANO (1900-1920)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência da Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), da linha de pesquisa Educação, Currículo, Epistemologia e História.

Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha.

BELÉM-PA

2013

WANESSA CARLA RODRIGUES CARDOSO

**“ALMA E CORAÇÃO”: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ E
A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DISCIPLINAR DA HISTÓRIA ESCOLAR NO
PARÁ REPUBLICANO (1900-1920)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), da linha de pesquisa Educação, Currículo, Epistemologia e História.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha (UFPA)

Orientador

Data da defesa: 22/03/2013

Conceito: Excelente

Prof.^a Dr.^a Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB)

Examinadora

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA)

Examinador

Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão (UFPA)

Examinador

*Para minha avó Maria Macedo Rodrigues
(em memória)*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho do escopo de uma dissertação de mestrado, nunca se faz sozinho.

Começo a agradecer à minha família, meus pais e minhas irmãs, por fazerem parte da minha vida, pelo amor, carinho, zelo e preocupação desmedida.

Agradeço a meu companheiro de vida Carlos Eduardo França, pelo apoio e por compreender as ausências e abdições.

Não tenho palavras para agradecer ao meu orientador Genylton Odilon Rêgo da Rocha, a quem nutro imenso carinho e respeito. Primeiramente agradeço por ter sido responsável por minhas primeiras incursões nos estudos de História da Educação e no campo do currículo, como professor nas disciplinas Educação Brasileira e Currículo e Formação de Professores; por ter me acolhido como sua orientanda; por ter me possibilitado chegar à temática estudada, demonstrando interesses em estudos ligados ao IHGP; por sua paciência em meus momentos de intensa reflexão e pouca produção; por seu profissionalismo, disponibilidade (inclusive em pleno carnaval), e orientações imprescindíveis à construção deste trabalho. Meu muitíssimo obrigada professor.

Agradeço imensamente à professora Maria Adaílza Martins de Albuquerque por sua disponibilidade em avaliar este trabalho, por sua leitura atenta e criteriosa; ao professor Aldrin Moura de Figueiredo, que foi meu orientador na Graduação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, e que me honra, por suas valiosas contribuições, em fazer parte da tessitura deste trabalho; Ao professor Carlos Jorge Paixão, que esteve presente na primeira socialização dessa pesquisa, ainda na fase embrionária, na disciplina Seminário de Dissertação II. A contribuição de todos, na fase de qualificação, foi de suma importância para o amadurecimento necessário à pesquisa.

Agradeço também aos professores Sônia Araújo (Seminário de Dissertação II) e Cezar Seibt (Seminário de Dissertação III), por suas contribuições quanto ao projeto de pesquisa, e por proporcionaram momentos importantes de socialização e trocas com os colegas de turma.

Aos meus queridos colegas da turma, Rogério Malheiros, Débora Campos, Damiana Guimarães, Cristiane Rodrigues, Cássia Oliveira, Bárbara Moraes, Rita Cabral, Pâmela Silva, Wellington Pinheiro, Patrícia Kamura, Márcia Bittencourt, Keite Ramos e Ricardo Pereira, pelas trocas e continuo companheirismo, pelo carinho e respeito que conseguimos construir ao longo desse percurso.

A minha irmã Wandressa Cardoso, que fez um esforço incomensurável para ler e revisar o texto.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários Eder Moraes e Edilza Morais, pertencentes à Biblioteca Pública Arthur Vianna (obras raras), pela valiosa ajuda, pelo sorriso aberto, pelo trabalho importante que prestam a historiadores e pesquisadores.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção deste trabalho.

Todo o ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Eric J.Hobsbawm

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) na constituição da História escolar no Pará republicano (1900-1920), a partir da análise dos livros didáticos, com conteúdos de História Pátria e ensinamentos cívicos, *Alma e Coração* (1905), de Hygino Amanajás, e Apostilas de História do Pará (1915), de Theodoro Braga. Tendo esse intento, analisamos o tipo de História veiculada por esses manuais, seus conteúdos e intencionalidades, intimamente associados às construções sociais mais amplas. Fazendo uso da pesquisa histórico-documental, levantamos as produções didáticas dos intelectuais do IHGP, muitas circularam entre alunos e professores das escolas públicas e particulares do Estado, utilizamos as revistas do IHGP e as revistas oficiais *A Escola* e *O Ensino*, além de leis, regulamentos e programas de ensino. A pesquisa neste *corpus* documental foi realizada na Biblioteca Pública Arthur Vianna (Belém, Pará), Seção de Obras Raras, onde encontram-se disponíveis. Entre o aporte teórico utilizado destacamos os estudos empreendidos por Chervel (1990) e Bittencourt (2003) no campo das disciplinas escolares, além do diálogo com o conceito de “tradição inventada” de Hobsbawm (1990; 1997). O Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi criado em 1900, colando-se como seu par nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na condição de “guardião do passado”, cultuando as narrativas históricas biográficas e de engrandecimento dos grandes vultos e heróis. Entre os membros do Instituto podemos citar além de Hygino Amanajás e Theodoro Braga, Jorge Hurley, Palma Muniz, José Veríssimo, Ignácio de Moura, Américo Santa Rosa, entre outros intelectuais de grande relevância local e nacional. Esses intelectuais, imbuídos de ideias civilizacionais, viam a História neste contexto como uma das vias de ensinamentos cívico-patriótico, em favor do projeto político de criação de uma identidade nacional e formação do cidadão republicano, necessários à conformação do novo regime. Dedicados a escrita da História nas cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, dedicavam-se também a produção de uma História Pátria e regional, veiculada através de livros e manuais didáticos.

Palavras-chave: Primeira República; Instituto Histórico Geográfico do Pará; Intelectuais; Manuais Didáticos; Disciplina Escolar História.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme but analyser la contribution des intellectuels de l'Institut Historique et Géographique du Pará (IHGP) dans la constitution de l'histoire scolaire dans le Pará républicain (1900-1920), à partir de l'analyse des livres didactiques avec des contenus de l'histoire patrie et des enseignements civiques, *âme et coeur* (1905), de Hygino Amanajás et Polycopié de l'Histoire du Pará (1915), de Theodoro Braga, ayant ce dessein, on a analysé le type d'Histoire véhiculée par ces manuels, ces contenus et intentionnalités, intimement associés aux constructions sociaux plus amples. En faisant l'usage de la recherche historique-documentaire, on a soulevé les productions didactiques des intellectuels do IHGP, plusieurs d'elles circulent entre les élèves et les professeurs des écoles publiques et privées de l'état. On a utilisé les revues du IHGP et les revues officielles *A Escola* (L'École) et *O Ensino* (L'Enseignement), au-delà des lois, des règlements et des programmes d'enseignement. La recherche dans ce corpus documentaire a été réalisée dans la Bibliothèque Publique *Arthur Vianna* (Belém-Pará), section des oeuvres rares où se trouvent disponibles. Entre l'apport théorique utilisé on détache les études entrepris par Chervel (1990) et Bittencourt (2003) dans le champ des disciplines scolaires, au-delà du dialogue avec le concept de « tradition inventée » de Hobsbawm (1990 ; 1997). L'Institut Historique et Géographique du Pará a été créé en 1900, en se plaçant comme son paire national l'Institut Historique et Géographique Brésilien (IHGB) dans la condition de « gardien du passé », en adorant les narratives historiques biographiques et agrandissement des grands silhouettes et des héros. Entre les membres de l'Institut on peut citer au-delà de Hygino Amanajás et Theodoro Braga, Jorge Hurley, Palma Muniz, José Veríssimo, Ignácio de Moura, Américo Santa Rosa, parmi plusieurs intellectuels de grand pertinence local et national. Ces intellectuels, imbus d'idées civilisationnels, voyaient l'Histoire dans ce contexte comme une des voies d'enseignements civique-patriotique en faveur du projet politique de création d'une identité nationale et de formation du citoyen républicain nécessaire à la conformation d'un nouveau regime. Dédiés à l'écriture des Histoires dans des chaises de l'Institut Historique et Géographique du Pará, ils se dédiaient aussi à la production d'une Histoire patrie et regionale, véhiculée à travers des livres et manuels didactiques.

Mots-Clés: Première République; l'Institut Historique et Géographique du Pará; Intellectuels; Manuels didactiques; Discipline l'école de histoire.

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Imagem 1: Alunos em comemoração Cívica de 7 de Setembro de 1905-----	36
Imagem 2: Alunos em comemoração Cívica de 7 de Setembro de 1905-----	37
Imagem 3: Escudo do IHGP, de autoria de Theodoro Braga-----	58
Imagem 4: Capa da RIHGP, de 1918-----	65
Imagem 5: Capa do Livro <i>Educação Moral e Cívica</i> , de Ignácio de Moura-----	72
Imagem 6: Sobrecapa do livro <i>Pontos de História do Pará</i> de Arthur Vianna-----	72
Imagem 7: Fotografia de Hygino Amanajás-----	89
Imagem 8: Capa do livro de leitura <i>Coração</i> , de Edmundo De Amicis-----	90
Imagem 9: Sobrecapa do Livro <i>Alma e Coração</i> , de Hygino Amanajás-----	93
Imagem 10: A Fundação da Cidade de Belém, de Theodoro Braga-----	100
Imagem 11: Fotografia de Theodoro Braga-----	102
Imagem 12: Sobrecapa do Livro <i>Apostilas de História do Pará</i> , de Theodoro Braga-----	108
Quadro 1: Quadro diretor do IHGP, de 1900 e 19017-----	59
Quadro 2: Revista do IHGP (produções)-----	60
Quadro 3: Sócios fundadores do IHGP de 1900-----	67
Quadro 4: Sócios fundadores do IHGP de 1917-----	68

LISTA DE SIGLAS

IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco
IHG	Instituto Histórico e Geográfico Estadual
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO -----	11
2- EDUCAÇÃO, REPÚBLICA E CIDADANIA PATRIÓTICA: O CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO E EDUCACIONAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ-	23
2.1- Nação, Nacionalismo e Educação-----	23
2.2- República e Educação no Pará-----	27
3- O IHGP E A DIFUSÃO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NO PARÁ -----	50
3.1- O Instituto Histórico Nacional -----	50
3.2- Fundação do Instituto paraense: A instituição de um Mito Fundador-----	53
3.3- O Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Guardião de uma História Regional e Nacional-----	61
3.4- Os Intelectuais do Instituto e os Manuais Didáticos no Pará -----	69
4- A CONTRIBUIÇÃO DOS INTELLECTUAIS DO IHGP NA CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DISCIPLINAR DE HISTÓRIA NO PARÁ REPUBLICANO -----	77
4.1- A Constituição da História Escolar no Brasil -----	77
4.2- <i>Alma e Coração</i> - Hygino Amanajás-----	86
4.3- Theodoro Braga: O Artista-historiador-----	98
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	114
6- FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	119

1. INTRODUÇÃO

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente.

Michel de Certeau

O presente estudo intenciona estabelecer uma discussão sobre a importância da História Pátria na Primeira República no Pará, através da análise dos discursos dos intelectuais do Instituto Histórico Geográfico do Pará (IHGP), veiculados nas revistas do Instituto (RIHGP) e em suas produções didáticas, investigando especialmente o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará na constituição do corpus disciplinar de História no Pará republicano.

Inicialmente ingressei no Mestrado acadêmico em educação propondo pesquisar *O Negro em Bruno de Menezes: Educação e representação de professores no Ensino médio (2003-2010)*, e em contato e conversações com colegas e com meu orientador professor Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, optei pela mudança de foco de estudo motivada em trabalhar com História da educação no Pará.

Como historiadora de formação motivou-me especialmente a possibilidade que a temática proporcionava em continuar trabalhando com intelectuais das primeiras décadas do século XX, tendo já desenvolvido pesquisas com o grupo da *Associação dos Novos* na graduação e na especialização. Os *Novos* eram um grupo de intelectuais e literatos paraenses que deram início ao movimento modernista no Pará na década de 1920 e divulgavam suas ideias através das páginas da Revista Belém Nova, e um pouco depois me detive em dois de seus membros D' Campos Ribeiro e Bruno de Menezes com o trabalho: *Gostosa Belém de Outrora: Memória, História e Literatura Através das Crônicas de D' Campos Ribeiro*.

Deste modo, continuar trabalhando com as primeiras décadas do século XX e com o pensamento que permeou os pensadores e intelectuais de um dado contexto republicano, continuando a ter como fonte principal e subsidiária revistas, neste caso, as revistas do IHGP (1900), a revista Escola (1900) e O Ensino (1918), foi algo que motivou sobremaneira minha opção pelo tema.

A relevância dessa pesquisa deve-se a importância dos Institutos Históricos, e de seus intelectuais no contexto republicano, como instituições fundamentais de criação e divulgação de uma História oficial e de afirmação de uma nacionalidade brasileira, motivando-me

debruçar sobre a especificidade do caso Paraense e sua relação com a educação no Pará republicano, algo ainda não estudado, contribuindo com novas discussões teóricas sobre a História da Educação na Amazônia.

O primeiro Instituto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi criado no século XIX (1838) como parte importante do projeto imperial de forjar uma identidade nacional e de formular uma ideia de Estado-Nação, traçando um perfil para o país que o enquadrasse no rol das nações civilizadas. Pensado aos moldes das academias europeias, os institutos através de seus intelectuais como Adolfo Varnhagem, João Francisco Lisboa Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Alceu de Amoroso Lima e Sílvio Romero, fortemente influenciados pelo cientificismo europeu (evolucionismo, determinismo geográfico, racismo e positivismo) passaram a adequá-lo a História e a realidade nacional. (SCHWARCZ, 1993).

Esses homens de ciência ou a *intelligentsia* brasileira, escritores, juristas e políticos, passaram a recolher documentos sobre a História do Brasil e a construir com o advento da República o corpus ideológico republicano, como forma de garantir e construir a ideia de uniformidade e homogeneidade ao Estado nascente. Esses ideólogos tiveram um importante papel na história da educação brasileira, pois, além de se dedicarem a outras atividades, escreveram manuais e compêndios didáticos, que circularam nas escolas em meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Os projetos educacionais dos Estados republicanos estiveram intimamente relacionados com a construção da identidade nacional, nesse contexto, as efemérides, os rituais cívicos, as datas comemorativas, os livros didáticos, museus, o ensino de História e Geografia Pátria, tornaram-se elementos decisivos no fortalecimento do sentimento nacional. (NAGLE, 2006).

A disciplina escolar que se formou na esteira do IHGB devia ter por finalidade mostrar às crianças e jovens brasileiros a grandeza da nação e, ao mesmo tempo, considerando as condições ainda do século XIX, formar os seus futuros dirigentes. À medida que o século se aproxima do final e, principalmente, a partir da virada para a República, disciplinas como História e Geografia deveriam ampliar suas funções preparando o novo cidadão republicano.

Nesse momento houve tanto o incremento da imigração quanto a requalificação da cidadania com o estabelecimento do voto universal masculino para a população alfabetizada. À história como disciplina foi atribuída a função de formadora dessa nova cidadania, onde seria eleito um

passado ideal que deveria ser transmitido na Escola. Um passado que, na perspectiva positivista dominante na historiografia da época, evidenciasse a grandeza e a particularidade da nação presente construída com muita luta e heroísmo. (COSTA, 2008, p. 28,29).

No Pará a importância da História e da Geografia não se configurou de forma muito diferente, na medida em que essas disciplinas seriam vitais para forjar uma identidade regional ou Amazônica, calcada em uma memória positiva de seu povo e seus heróis. É nesse sentido a importância fundamental do IHGP, *locus* privilegiado da intelectualidade paraense, intelectualidade essa a serviço das ideias civilizatórias, de modernidade e progresso, produzindo e pensando a realidade local:

Nas primeiras décadas do século XX vários intelectuais paraenses lançaram vista sobre a história e a geografia local como parte de um exercício de compreensão da construção da identidade amazônica, a partir da ótica do poder do Estado-Nação. Sob a história e a geografia, portanto, se alicerçou o projeto político dessa geração. Não por acaso estavam atentos às principais discussões e autores da época. (MORAES, 2011, p. 6).

No contexto de uma educação republicana, na virada do XIX, funda-se o Instituto Histórico e Etnográfico do Pará, como inicialmente foi denominado, em 3 de maio de 1900, juntamente com Academia Paraense de Letras, que como os demais institutos, se colocou na condição de intérprete e “guardião do passado”, cultuando os grandes vultos e heróis, exaltando as narrativas históricas e biográficas. Entre os patronos das cadeiras do Instituto podemos citar Jorge Hurley, Palma Muniz, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Theodoro Braga, Tito de Almeida, Hygino Amanajás, entre outros intelectuais de grande relevância local e nacional.

Em pouco tempo o Instituto se desestrutura, sendo refundado em 1917 como parte importante das ações cívicas programadas pela intelectualidade local desde 1916, em comemoração ao Tricentenário de Belém, e logo ganhou apoio da oficialidade republicana e da imprensa local, que recebeu com grande entusiasmo a nova associação que surgia.

Belém, na primeira década do século XX, vivia a euforia trazida pelo boom da borracha, respirava modernidade com a inserção da Amazônia no rol do capitalismo internacional. Com as ruas alargadas e arborizadas, construção de prédios, bondes elétricos, mudanças espaciais e materiais importantes, fazia-se também necessário mudanças de suas gentes.

Instituições como o instituto viriam dar traços de civilidade a cidade, que se fazia moderna e civilizada na medida em que entendesse sua própria História e a História da nação. No contexto de criação de uma identidade regional, amazônica, a História seria um importante veículo dessa construção e caberia ao IHGP a tarefa de conceber a História. Os Institutos como *lugar de memória* e a História como *mestra da vida*.

Este trabalho objetiva analisar, o papel desempenhado pelo IHGP na constituição da História ensinável no Pará republicano, no período de 1900 a 1920, em um contexto de criação do próprio Instituto, de afirmação do republicanismo paraense e da necessidade de formação, pelo regime, de uma cidadania patriótica. Vislumbramos então, entender a relação entre o tipo de História veiculada por manuais didáticos, elaborados por esses intelectuais, suas intenções, e as dimensões e construtos sociais como um todo. Os manuais escolhidos foram *Alma e Coração* (1905) e *Apostilas de História do Pará* (19015), de Hygino Amanajás e Theodoro Braga, respectivamente.

Objetivamos também, compreender o contexto sócio-político educacional do Pará republicano, explicitando as intensas transformações trazidas no bojo da modernidade, e o ideário cívico-patriótico assumido pelo regime, como condição indispensável para a civilização e o progresso. A compreensão deste período, em suas múltiplas dimensões (sócio, político, educacional), é indispensável para o entendimento da necessidade que se fazia entre a intelectualidade local, da criação de uma instituição de ciência e saber como o IHGP, construindo e ressignificando o lugar e o papel da História.

O recorte temporal desta pesquisa deve-se ao marco inicial de fundação do IHGP no ano de 1900, indo até 1920, anos iniciais da Primeira República no Brasil, período profícuo de reformas no âmbito da educação, de grande produção e circulação de livros didáticos, e anos iniciais do ensino de História republicana. O recorte espacial privilegiou o Estado do Pará, como *locus* da atuação dos profissionais do Instituto e de minha vivência e formação enquanto pesquisadora.

Entendemos que a pesquisa e a análise das produções didáticas dos profissionais do Instituto, sobre História e História Pátria, é de grande relevância, possibilitando novo olhar sobre a educação no período em estudo, contribuindo com novas discussões para campo da História da Educação no Pará, ainda nascente. Delineando assim, uma íntima relação entre os projetos de construção da nação, criação dos Institutos, a História e a educação no Pará.

Corroboro com a assertiva de Veiga e Fonseca, ao falar da importância dos estudos em História da Educação, que:

Para nós, historiadores da educação uma constatação evidente é de que investigar os processos do aprender é fundamental para ampliarmos a compreensão das formas de como em tempos e espaços distintos, homens e mulheres organizaram sua vida, seus fazeres e suas idéias, enfim, seu modo de ser e estar no mundo. (VEIGA; FONSECA, 2008, p. 8).

Nesse sentido, moveu-me as seguintes questões investigativas: Qual o contexto sócio-político educacional do Pará republicano? Qual a importância do IHGP e seus intelectuais na afirmação e difusão das ideias republicanas no Pará? Que papel desempenhou os intelectuais do IHGP na constituição do *corpus* disciplinar de História no Pará republicano?

Como opção teórico-metodológica, empregamos a pesquisa histórico-documental com a utilização de fontes primárias e secundárias em constante relação com o referencial teórico.

No campo de estudo das disciplinas escolares os estudiosos como Chervel (1990) e Bittencourt (2003), ao discutir a História das disciplinas escolares, defendem que elas são uma forma de normatizar e disciplinar o espírito, e que mesmo intimamente ligadas ao saber acadêmico se desenvolvem de forma autônoma dentro da escola. Assim, esses estudos nos propiciam perceber as diferenças e as intenções, entre a História produzida e divulgada nas revistas do Instituto, e a História veiculada pelos manuais didáticos escolhidos para análise.

Ao longo do século XIX a História busca sua profissionalização e sua constituição enquanto ciência, nesse processo de afirmação de disciplina de conhecimento científico torna-se um instrumento a serviço do Estado para afirmação e construção da nação. Assim, atendia as necessidades de uma Europa pós-período Napoleônico, que no intuito de se reestruturar e reconstruir vai dar espaço a debater questões como nacionalismo e identidade nacional, utilizando a História como conhecimento científico capaz de dar conta de explicar as mudanças decorrentes na estrutura política e social. A História como disciplina escolar, segundo Furet, nasce no século XIX, em pleno desenvolvimento do nacionalismo, sendo apropriada como instrumento pedagógico a serviço da nação. (FURET, s/d p. 135).

Deste modo, para uma maior imersão no tema fez-se necessário o diálogo com três conceitos importantes: nacionalismo, republicanismo e cidadania patriótica. Hobsbawm em “Nações e Nacionalismo desde 1780” (2011) e “A Invenção das Tradições” (2008) nos permitiu a inserção inicial nessa discussão.

Segundo o autor, o fenômeno nacional em sua configuração atual é forjado somente a partir de 1830. Com a mudança da ideia de Estado, até então existente, surge a necessidade de criar uma unidade com elementos como a língua ou as tradições. Nesse contexto, o Estado

recorre à instrução pública, a escola ganha notoriedade, com o fim de institucionalizar uma língua nacional. A instrução, a escola, e a História passariam a ser o principal instrumento de fomentação do sentimento patriótico, perpetuando símbolos e disseminando tradições inventadas.

No Brasil republicano, a escola e a instrução também serão apropriadas pelo regime republicano. Segundo Bittencourt:

A escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos [...] devendo, então, cuidar de transformar o caboclo, o imigrante e o operário em cidadãos brasileiros. (BITTENCOURT, 2011, p. 56).

Os conteúdos de História Pátria tornam-se a principal forma de imprimir no educando o espírito cívico, concernentes com a visão republicana de História. O livro didático será, nesse contexto, instrumento ou ferramenta, que revestida de poderes demiúrgicos, teriam uma enorme capacidade de instruir e educar o povo em favor do projeto político de criação de uma identidade nacional e formação do cidadão republicano que se queria.

Em constante diálogo com a bibliografia, o *corpus* documental utilizado foram os manuais didáticos de dois importantes membros do Instituto, *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga (1915), *Alma e Coração* de Hygino Amanajás (1900) e as revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP), volumes de 1900 a 1920. Além do diálogo importante com as revistas *A Escola* (revista oficial do ensino no Estado do Pará, 1900) e *O Ensino* (revista mensal de pedagogia e literatura, 1918, 2ª fase), onde decretos e programas oficiais do ensino primário podem ser encontrados. Todas as fontes, citadas acima, estão disponíveis na Seção de Obras Raras-Arquivo da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Vale ressaltar, que por serem fontes impressas, não tendo sido ainda digitalizadas, o trato com as mesmas requer do pesquisador tempo e cuidados técnicos, dado caráter raro do acervo em questão, contendo produções de um único exemplar em todo Estado do Pará, e quem sabe até em todo o Brasil, que se tem registro, como é o caso de “Alma e coração”. Nos próximos parágrafos vamos à apresentação preliminar das fontes:

O livro *Alma e Coração*, de Hygino Amanajás, foi publicado pela primeira vez em 1900 pela tipografia J.B. dos Santos, já com uma tiragem bastante expressiva de cinco mil exemplares, posteriormente foi reeditado pela Imprensa Oficial em 1905, edição essa disponível na Seção de Obras Raras do Centur. Esta obra foi aprovada pelo Conselho

Superior de Instrução Pública do Pará e destinada aos alunos do último ano do curso primário (curso primário superior). Caracterizado como livro de leitura, *Alma e Coração* em suas 173 páginas, contém lições de História, Geografia, e Civismo, sendo bastante elogiado, em parecer elaborado pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Pará publicado nas páginas iniciais do livro, pela forma adotada pelo autor de abordar os assuntos e estilo de escrita. (AMANAJÁS, 1905).

Outro livro, selecionado para a análise, foi *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga, publicado em 1915 pela Tipografia da Imprensa Oficial. Theodoro Braga constitui sua obra de dezesseis teses propostas pela Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública do Pará, “para conferências didáticas nas escolas públicas e particulares do Estado do Pará”, entre elas: Tópicos biográficos de Francisco Caldeira de Castello Branco, Pedro Teixeira, Antonio Cochado e outros principais personagens da fundação desta cidade; História da fundação das primeiras cidades do Pará, destacando o nome de seus fundadores, o lugar de seus primitivos estabelecimentos e seu nome indígena; A índole pacífica dos índios do Pará e sua adaptação ao ensino ministrado pelos missionários; Onde foi a primeira fundação de Belém, como foi fundado o forte do Castello e como edificaram as primeiras casas; O valor das relíquias históricas como o principal meio de incentivar o patriotismo e esclarecer os pontos da História regional: necessidade de um museu histórico em Belém; Os Jesuítas na instrução pública da Colônia: os padres mais eminentes dessa ordem religiosa no serviço da catequese e nos acontecimentos políticos daquela época. (BRAGA, 1915).

Os livros foram selecionados, entre várias produções didáticas que circulavam em Belém neste período, por terem sido elaborados por membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, por abordarem entre seus conteúdos estudos sobre História Pátria e do Pará, por terem sido avaliados e aprovados pela Secretaria de Instrução Pública do Estado do Pará, sendo um deles por sugestão e pedido da própria Secretaria (*Apostilas de História do Pará*), por terem sido adotados em várias escolas e circularem entre alunos e professores de escolas públicas e particulares do Estado.

A revista do IHGP, outra fonte de grande relevância para a pesquisa ora em estudo, *locus* de profusão das ideias da intelectualidade local, circula inicialmente em 1900, voltando a ser editada em 1917 de forma irregular, graças aos poucos recursos materiais que o Instituto dispunha para publicação. Entre as várias temáticas de História e Geografia local destacam-se as teses sobre *a Adesão do Pará a Independência* com 398 páginas sobre a História do Pará, organizado por Palma Muniz, no volume VI da revista, edição comemorativa ao centenário da

Independência Política do Brasil (RIHGP, 1923). Em síntese, para que fosse construída a identidade do homem e da cultura Paraense era necessário, acima de tudo, resgatar os seus heróis, as datas e fatos que marcaram a sua História, além das especificidades culturais e os feitos do povo paraense.

A revista que tinha como finalidade fornecer um estatuto de cientificidade ao IHGP, proporcionando o reconhecimento de suas produções a nível nacional e internacional e facilitando o intercâmbio com instituições similares, tinha uma comissão de redação que cabia revisar e selecionar as temáticas e trabalhos a serem publicados. Na revista podemos encontrar resenhas, biografias, relatórios de atividades do Instituto, relatório de governo, atas, conferências proferidas por seus membros, transcrições de documentos históricos, homenagens aos grandes vultos da História nacional e regional, além de vários trabalhos em várias áreas de interesse.

Como fonte subsidiária da pesquisa foi utilizada a Revista *Escola: Revista oficial de ensino* (1900-1905) e *O Ensino* (2ª fase 1918-1919). A primeira, fundada pelo diretor geral de instrução pública Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, tinha publicação mensal, continha em suas sessões discussões sobre a instrução pública, biografias, exercícios escolares, programas de ensino, discursos, decretos e normativas oficiais, além de uma sessão especialmente intitulada de Pontos da História do Pará. A revista apresentava-se sempre com a seguinte epígrafe de Almeida Oliveira “Se sois verdadeiro republicano, cuidae e cuidae sempre da educação do povo: Ignorância e República são idéias que se repellem”. (ESCOLA, 1900, p.1). A epígrafe citada é reveladora da grande preocupação da oficialidade local em afirmar o republicanismo paraense, e a educação tinha um papel fundamental, como estratégia política utilizada para este fim.

Quanto a segunda *O Ensino*, caracterizada como revista de *pedagogia, literatura, artes e officios*, circulou inicialmente de 1911-1912 (1ª fase), e posteriormente em 1918-1919 (2ª fase), com publicação mensal, era organizada e editada pelo Instituto Lauro Sodré, e tinha como redator chefe o diretor do próprio instituto o Dr. Antonio Maçal, clinico e mestre no magistério secundário. A revista continha discursos e pronunciamentos oficiais, programas escolares, discussões sobre instrução pública, a escola, o ensino profissional, higiene escolar, além de conter transcrições de discursos e conferências pedagógicas, como a transcrição do primeiro discurso proferido por Ruy Barbosa em banquete oferecido a José Bonifácio, em São Paulo, em 13 de agosto de 1868. (O ENSINO, 1918).

Situando nosso estudo no campo da História da educação, cabe-nos ressaltar a importância e a natureza desses estudos. No dizer de Saviani (2010), educação é um fenômeno social e histórico, ou seja, a humanidade passou por diversos processos educativos ao longo de sua História, seja dentro do espaço escolar ou fora dele, daí vem a imprescindibilidade dos estudos ligados a historiografia da educação e a produção do conhecimento educacional.

Assim, o conhecimento que cabe a historiografia educacional produzir, consiste em reconstruir, por meio das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto, isto é, como uma rica totalidade de relações e determinações numerosas. (SAVIANI, 2010, p. 3).

A educação como objeto de estudo vem sendo foco de uma razoável quantidade de pesquisa em todo o Brasil, problematizada:

Em diferentes tempos históricos, em espaços escolares ou não, baseando-se em diferentes temas (o corpo, o aluno, a leitura, as disciplinas escolares, a cidade, instituições, métodos de ensino, estatística, ofícios, materiais escolares, saberes), em diferentes sujeitos (a criança, a mulher, o negro, o indígena, o aluno, o professor, os dirigentes escolares) de diferentes fontes documentais (imprensa, periódico, relatórios oficiais, correspondências, manuais escolares, inventários, livros de leitura, imagens [...]) e em diferentes abordagens teórico-conceituais. (FONSECA; VEIGA, 2008, p. 8).

Quanto às produções didáticas, que vão dar suporte ao objeto, será de grande relevância para o pesquisador considerar suas condições sociais de produção, seu vínculo e condicionantes técnicos, econômicos e sociais. A análise de seu conteúdo e ilustrações não deve ser desvinculada dessas dimensões, para uma melhor compreensão de suas potencialidades e limites na constituição de disciplinas e saberes. Como nos alertam Galvão e Batista (2008) sobre o procedimento de análise de manuais didáticos. Os pesquisadores devem considerar:

[...] em primeiro lugar, os livros e textos escolares como objeto de estudo nas suas variadas dimensões – seu processo de produção, sua circulação e uso, seus efeitos; integrar em segundo lugar, na análise dos conteúdos formativos do livro, os procedimentos que buscam impor uma leitura dos temas e motivos abordados e que buscam torná-los de fato, conteúdos formativos, bem como considerar, nesta análise - e sempre que as fontes o possibilitarem -, as práticas e apropriações que asseguram a transmissão desses conteúdos ou os modificam e os transformam. (GALVÃO; BATISTA, 2008, p. 167,168).

Bittencourt (2004), ao traçar o perfil dos autores dos primeiros livros didáticos, ao longo do XIX e início do XX, destacou os diversos sujeitos presentes na produção didática, entre eles o Estado, as editoras e o autor, que se submete aos programas curriculares, e a avaliação e aceitação pelo governo de seu texto. A autora ressalta que os estudos existentes sobre a História do livro, pouco havia focado na figura do autor, preocupando-se especialmente com a circulação deste bem cultural.

Seguindo as premissas da autora, na análise deste artefato cultural deve-se considerar, o que a meu ver é um cuidado essencial para este trabalho, quem é esse autor, o lugar de onde veio, suas ideias, suas produções e suas relações sociais mais amplas, ultrapassando os limites de uma caracterização biográfica. Sendo imprescindível, nesse sentido, o uso de uma multiplicidade de fontes, com leitura atenta e minuciosa, a fim de perceber suas conexões seus limites e possibilidades. Além disso, alerta:

Ademais, nos livros didáticos existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências, introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias. (BITTENCOURT, 2004, p. 479).

Quanto às revistas, ao enfocá-las como fonte e explorar suas potencialidades como documento, é necessário considerá-las como resultado de negociações e conflitos que invisibilizam muitas vezes determinadas questões, fatos ou formas de pensar e dão visibilidade a outras, como nos alerta Vieira (2007), sobre o uso de jornais e revistas em História da Educação.

As revistas do IHGP foram analisadas levando-se em consideração suas seções, temáticas recorrentes, número de publicações por temática, intelectuais com publicações mais recorrentes, além da atenção especial as atas e regimentos, para um melhor entendimento das ações desses intelectuais e da própria História do Instituto, levando-se em consideração os limites das fontes e o lugar de onde se fala.

Na Primeira República, a imprensa periódica torna-se um grande veículo de atuação política. Os jornais e revistas representam as tribunas da discussão política, das polêmicas entre grupos. Nesse sentido, os intelectuais ao assumirem lugares estratégicos nas redações desses periódicos, apresentam suas formulações políticas, culturais, e ideológicas, mostrando sua percepção de si e da sociedade.

Tomar esse *corpus* documental, como uma construção em um determinado tempo e espaço, vai nos possibilitar uma determinada percepção da realidade, através das entrelinhas das fontes e da tentativa de buscar o que não está explícito, o "não-dito", ultrapassando a simples interpretação dessas produções, ou a mera descrição de dados.

Considerar, que essas fontes tem sua própria historicidade, sejam elas as produções didáticas desses intelectuais ou as revistas que circulavam e publicavam com frequência, que estão demarcadas em um determinado contexto social e por isso imbuídas de significados e intenções, é basilar para uma análise criteriosa, e para a escolha, pelo pesquisador, dos fragmentos que vão respaldar seu olhar sobre objeto em estudo.

Nesse sentido, concebendo a escrita da História, não como uma prática cristalizada, mas como uma *operação historiográfica*, na denominação cereteuniana, constituída na relação entre um lugar, os procedimentos de análise (as técnicas, as práticas) e a construção de um texto. Em suma, como uma recriação, uma construção do passado, aberta por princípio a novas interpretações e diálogos. (DE CERTEAU, 1982).

Esse conjunto histórico-documental ajudou no alicerce dos três capítulos estruturados para este trabalho. O Primeiro capítulo busca apresentar uma discussão bibliográfico-documental acerca do contexto sócio-político educacional do Pará republicano intitulado *Educação, República e Cidadania patriótica: O contexto Sócio-político e Educacional da Primeira República no Pará*, no qual elucidaremos conceitos importantes já citados, que subjazem as discussões propostas e que permeará os demais capítulos, são eles: nacionalismo, republicanismo e cidadania patriótica.

Este capítulo inicial tem o intuito de localizar o objeto estudado no âmbito maior de transformações ocorridas no Pará na virada do XIX e início do XX, marcado pelo surto econômico da borracha, pela modernização urbana do espaço de Belém, pelas disputas e estratégias políticas em torno da afirmação do ideário republicano, e pelas reformas educacionais no Estado. Assim, concatenar a História e a educação ao projeto maior de modernização e construção da nação.

O Segundo capítulo, denominado *O IHGP e a difusão das idéias republicanas no Pará*, evidencia a discussão a cerca da fundação do IHGP como lugar de memória, de saber e ciência, importante na afirmação do Republicanismo no Pará e das ideias de civilização e progresso. Nesse sentido, traçamos ao longo do mesmo, apontamentos sobre a fundação do IHGP, o tipo de História e memória construída sobre o Estado do Pará por seus intelectuais, veiculadas pelas páginas da RHIGP e por meio de suas produções, evidenciando a

importância desses intelectuais nas produções didáticas no Estado do Pará, como mais um mecanismo utilizado para disseminação dos ideais civilizacionais republicanas.

O terceiro capítulo, aborda o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará na constituição do corpus disciplinar de História, a partir da análise de duas produções didáticas de intelectuais do instituto, *Apostilas de História do Pará de Theodoro Braga (1915)*, e *Alma e Coração* de Hygino Amanajás (1905) com título: *A contribuição dos Intelectuais do IHGP na Constituição do Corpus Disciplinar de História no Pará Republicano*. Concebendo os livros escolares de História como “lugar de memória” da nação e estabelecendo as diferenças entre uma História acadêmica e uma História escolar; conteúdo e ensino de História, seus fins e intenções; a forma de escrita, seu conteúdo e intencionalidade.

Na análise da constituição da disciplina História no Pará republicano, a partir das produções citadas, o Instituto ganha centralidade na produção do conhecimento histórico, responsáveis, respectivamente, pela elaboração de um saber acadêmico e escolar. Destacamos assim, ao longo do capítulo, a definição de História como disciplina acadêmica e escolar, os conhecimentos históricos veiculados pelo livro, a comunidade de leitores a quem se destinava e suas intencionalidades.

Assim, a tarefa pedagógica de civilizar e inculcar ideias de modernização e civilização por meio da História, assumida por esses intelectuais, não se restringiu a elaboração de uma História pautada nos pressupostos científicos do IHGB, mais atingir a juventude por meio de uma História escolar, pátria e República, presentes nos manuais e livros didáticos.

O conjunto dos capítulos nos possibilita uma reflexão acerca do projeto patriótico do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e seus intelectuais, veiculadores de uma ciência e de uma disciplina produzida com bases em conhecimentos acerca da região, e a importância da disciplina História na conformação dos ideais nacionais e na formação de Almas e Corações.

2. EDUCAÇÃO, REPÚBLICA E CIDADANIA PATRIÓTICA: O CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO E EDUCACIONAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ

O nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e o nacionalismo, mais sim o oposto.

Eric J.Hobsbawm

Este capítulo tem o intuito de apresentar, através de uma discussão histórico-documental, as principais transformações sociais, políticas e educacionais ocorridas no Pará na Primeira República, bem como situar no ideário republicano de regeneração do povo e construção da nação, o papel da educação e da História. Ele está dividido em dois tópicos principais: Nação, Nacionalismo e Educação; República e Educação no Pará.

2.1- Nação, Nacionalismo e Educação

O surgimento do Estado-Nação consolida uma nova forma de organização social que emerge no mundo moderno, a sociedade burguesa e capitalista, e está intimamente associado à ideia de nação. Hobsbawm ao discutir as mudanças que o conceito de nação sofreu, especialmente no século XIX, o caracteriza como um conceito moderno e, portanto, recente e movediço, construído historicamente pelos Estados e pelo nacionalismo, este último fundamental para o sustento da unidade política e nacional. Na concepção liberal-burguesa de nação e de Estado-Nação, que segundo o autor triunfa após 1830:

[...] o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família a tribo, à região, à nação e, em última instância o mundo unificado do futuro no qual, para citar o superficial e portanto típico G. Lowes Dickinson, “as barreiras da nacionalidade que pertencem a infância da raça irão dissolver-se e fundir-se no brilho da ciência e da arte”. (HOBSBAWM, 2011, p. 50).

Em um esforço de legitimação ideológica, os Estados usaram as características étnicas e a língua nacional escrita, como elementos de homogeneização e padronização da população,

tornando, esta última, a língua da educação pública, e ela por si só uma “tradição inventada”¹. Com esse intuito, torna-se obrigatória a educação pública como mecanismo importante utilizado pelos Estados de legitimação e assimilação do indivíduo.

Na época anterior à generalização da educação primária não havia, nem poderia haver, nenhuma língua “nacional” falada, a não ser certos idiomas literários ou administrativos do modo como eram escritos, dirigidos ou adaptados ao uso oral [...]. Em outras palavras a “língua materna”, real ou literal, isto é, o idioma aprendido pelos filhos de mães analfabetas e falado para uso cotidiano, não era, em qualquer sentido, uma “língua nacional”. (HOBSBAWM, 2011, p. 69,70).

Hobsbawm derruba as tradicionais definições de nação vinculadas a uma língua comum, História ou cultura comum, esclarecendo que seu conceito e sua construção está indubitavelmente ligado as intenções dos Estados e seus fins políticos, as tecnologias e transformações sociais. Assim, padroniza-se a língua, normalmente ligada a uma elite educada e difunde-se as massas através da educação. (HOBSBAWM; RANGER, 2008; HOBSBAWM, 2011).

A educação passou a ser uma forte aliada do Estado Moderno, no sentido de controlar e homogeneizar a população e, a escola passou a assumir a função primordial de socialização do indivíduo e difusão de ideologias, como as ideologias nacionalistas, imbuídas nos conhecimentos e livros escolares. O Estado atrelado à ideia de nação faz uso do nacionalismo estatal, patrocinando sua emergência.

No Brasil a ideia de nação, e seus correspondentes (nacionalidade, nacionalismo, patriotismo, questão nacional), passa a ser um tema caro a intelectualidade ao longo do XIX, especialmente a partir de 1870, e no processo de constituição do regime republicano. Diferentes intelectuais apresentaram diferentes versões e interpretações sobre o Brasil, ocupados na tarefa da construção de uma nacionalidade e de uma nação brasileira, como nos aponta Oliveira.

[...] falamos do ideário nacionalista enquanto construção elaborada pelos intelectuais. Os intelectuais, independente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em "pensar" o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao

¹ Segundo Hobsbawm e Ranger (2008) “tradição inventada” são um conjunto de práticas que se afirmam pela repetição e pela continuidade em relação ao passado, essas práticas podem ser de caráter ritual e simbólico que inculcam comportamentos e valores.

atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais. Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição. (OLIVEIRA, 1990, p. 187).

A primeira forma de nacionalismo no Brasil emerge nas lutas pela independência, nos movimentos contra a colonização Portuguesa, posteriormente vai ser utilizado pelos novos dirigentes do Império na tentativa de dar legitimidade ao governo. Sofrendo modificações ao longo do XIX, o nacionalismo com o regime republicano, torna-se essencialmente um movimento político e intelectual das elites, chegando às massas através da imprensa e da educação. Pautado em modelos europeus, o nacionalismo, ou as diversas formas de nacionalismo no Brasil, adquire contornos bem peculiares, dado nosso passado histórico e os interesses em jogo de nossas elites.

Entre os intelectuais que se ocuparam em interpretar o Brasil estavam os da chamada “geração de 1870”, entre eles podemos citar Sílvio Romero, Tobias Barreto, Graça Aranha, Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Euclides da Cunha e outros. Esses intelectuais pautados pelas teorias científicas, como evolucionismo, positivismo e darwinismo social, buscavam compreender o Brasil e o brasileiro na busca de uma identidade, através do saber científico, integrar o Brasil a cultura ocidental.

O pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo sentido de atualização, de modernização. Roque Spencer Maciel de Barros usa o termo "ilustração" para caracterizar estes homens que queriam iluminar o país através da ciência e da cultura. Segundo eles, os problemas nacionais, provocados pela ignorância, só poderiam ser sanados por uma reação "científica". Esta geração ilustrada "guardou a crença absoluta no poder das idéias, a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens". (BARROS, 1959, p.22-3). Seu projeto era colocar o país ao "nível do século", superar seu "atraso cultural" e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade. (OLIVEIRA, 1990, p. 81).

Nesse contexto, vivia-se entre o governo e a intelectualidade a crença nos avanços da ciência. Diante da missão de fortalecer a nação e construir uma identidade nacional, esses homens ofereceriam alternativas e modelos seguros de superação do atraso do país, acreditando-se no potencial modernizador do regime republicano, no Brasil e no Pará.

As discussões sobre a formação do povo brasileiro estava na ordem do dia entre os intelectuais, visto que vários fatores tornaram oportuna a reflexão sobre nossas origens. Diante do cientificismo Europeu, conceitos de nação, raça e povo imbricavam-se levando à crença de que os males vividos pelo país era consequência de nossa formação étnica ou à falta de patriotismo. (SCHWARCZ, 1993).

Esse debate intelectual acerca da formação étnica brasileira durante no final do século XIX e primeiras décadas do XX, também teve grande influência no campo educacional. Intelectuais como o paraense José Veríssimo Dias Matos, um dos mais importantes intelectuais do período, discutiu a necessidade de uma educação para o desenvolvimento da nação. Para ele, a instrução para todos era condição indispensável para o progresso, promovendo o gosto pela cultura civilizada e o aprendizado das virtudes cívico-morais, condições para superar a degradação causada pelo processo de colonização, que deixou marcas indeléveis na população brasileira.

Os vícios e defeitos do povo brasileiro, que deveriam ser corrigidos pela educação, estão indubitavelmente ligados ao nosso passado histórico, nossa origem colonial e a formação do povo brasileiro por três raças distintas. Assim formou-se um povo indolente, passivo e apático diante dos acontecimentos políticos.

Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo o trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e, por isso mesmo inconseqüente, os sentimentos deflorados e pervertidos, animado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra - eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida. (VERÍSSIMO, 1985, p. 69).

Partindo dessas ideias, a República era vista como indispensável a nossa evolução social, fruto de uma evolução natural, e traria em seu bojo princípios para acelerar o progresso e trazer a civilização para o país, para isso, seria necessário mudanças de hábitos e adaptação do indivíduo ao meio natural, e essa coesão só seria possível com a educação. Portanto educação, progresso e República são indissociáveis

2.2 República e Educação no Pará

O advento da República no Brasil, no limiar do século XIX, foi acompanhado por significativas mudanças no cenário nacional, fruto de um novo contexto político e econômico que se configurava. O conjunto dessas mudanças direcionava para um projeto de modernização da sociedade brasileira que rompesse com o passado colonial e monárquico, que denunciavam o atraso da nação perante as nações civilizadas europeias. Entre os aspectos a serem superados estavam a ausência de uma industrialização consolidada, a insalubridade de nossas principais cidades e a natureza mestiça da população.

As descontinuidades instaladas no organismo oligárquico brasileiro, uma mesma percepção a cerca da realidade brasileira, aproximava os agentes às forças modeladoras da ruptura: a necessidade de superar um sistema arcaico, com o seu modelo de Estado, suas relações de poder e sua correspondente ideologia, sustentado por uma economia que se mostrava defasada em relação as exigências próprias do processo modernizador do capitalismo industrial mesmo considerado, é óbvio na sua condição periférica e dependente, como no caso brasileiro. (COELHO, 1996, p. 44).

Nas primeiras décadas do século XX, vão emergir no cenário nacional, os primeiros traços da fisionomia de um Brasil em transformação, a abolição da escravatura, a República, a incipiente industrialização no país, o surgimento de novos agentes no cenário nacional, o surgimento de um operariado, e a conformação da vida e de uma cultura tipicamente urbana, convivendo com fortes elementos de um Brasil agrário e patriarcal.

O Pará, mais propriamente Belém no final do século XIX, já passava por mudanças significativas, políticas, financeiras e também em sua fisionomia urbana, necessidade que ia se impondo na medida em que crescia sua importância econômica, se tornando principal porto de escoação da borracha (Hevea Brasiliense) para o mercado internacional, ao lado de Manaus. Em decorrência do fluxo de riqueza que circulou na região entre 1870 e 1912, e da “incorporação” de hábitos europeus pelas elites locais, denominou a esse período de Belle Époque amazônica ou tropical, período de apogeu econômico gerado pelo látex. (SARGES, 2010).

Reorganizar o espaço urbano, passa a ser uma necessidade da elite local nesse contexto, e significava imprimir traços de civilidade à cidade, adotando medidas profiláticas e de controle dos hábitos da população, dando contornos novos ao espaço urbano, que se configurava através da pavimentação das ruas, da iluminação pública, da transformação do

aspecto dos logradouros, da construção e embelezamento de prédios, pressupostos de uma cidade moderna, civilizada, espaço pensado e ordenado para uma burguesia em afirmação².

A modernidade trouxe em seu bojo a idéia de uma sociedade baseada no mito da razão, na industrialização da produção transformadora do conhecimento científico em tecnologia, no fortalecimento dos Estados nacionais, na internacionalização do mercado, na explosão demográfica, na criação de novos mecanismos de controle de poder e do acirramento da luta de classes, na massificação dos indivíduos e na destruição de antigos hábitos e ambientes. (SARGES, 2010, p. 27).

O controle da população e a necessidade de se criar uma moral educadora eram pressupostos para o reordenamento e embelezamento do espaço urbano e para inserir Belém no mundo moderno, resolvendo problemas graves como da insalubridade, para tal eram usados mecanismos diversos no intuito de impor a ordem, como a fiscalização, a intervenção da polícia Municipal e os códigos de Postura Municipal.

A República chegou ao Pará neste contexto próspero e múltiplo da Belle Époque paraense. As disputas pelo controle político ficam evidentes pelos embates travados entre o Partido Republicano Paraense (PRP), organizado em torno do Clube Republicano do Pará³ e que de fato tiveram o controle do poder político, e o Partido Republicano Democrático (PRD) opositor, formado por políticos atuantes na província, que através de um rearranjo político, se reorganizaram em torno de um novo partido. (FARIAS, 2005).

Em busca de um equilíbrio sócio-político, uma das ocupações da República brasileira e paraense foi a construção de um corpo simbólico através das festas cívicas, da renomeação

² Sobre as transformações ocorridas nas principais cidades brasileiras no limiar do século XIX, no contexto da chamada modernidade, ver trabalhos como de Nicolau Sevcenko, *Literatura como Missão* (2003); *Trem Fantasma: A Ferrovia Madeira Mamoré e a modernidade na seva*, de Foot Hardman (2005); *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar* de Margareth Rago (1985); *Trabalho, Lar e Botequim* de Sidney Chalhoub (2008).

³ O Clube Republicano do Pará foi criado no ano de 1886, sendo considerado o primeiro embrião do republicanismo no Norte do país. Os republicanos históricos, que se agregaram em torno do clube, passaram a divulgar suas ideias através do jornal *A República*, entre eles podemos citar, Lauro Nina Sodré, José Paes de Carvalho, Justo Leite Chermont, João Marques de Carvalho, Paulino de Brito, Virgílio Henrique Muller, Serzedello Corrêa dentre outros. “Instrumento por excelência da doutrinação republicana no Pará, o jornal *A República*, com cento e oitenta e cinco números, circulou até 15 de maio de 1887. Em suas páginas ganharia corpo uma república concebida como necessidade social, doutrinariamente justificada, no sentido das construções que deram forma às radiantes utopias com que os republicanos brasileiros pensaram o progresso e o futuro do Brasil. [...] Natural, portanto, e em conformidade com os princípios defendidos por Bocaiúva, que as páginas de *A República* abrissem espaço para um tipo de militância identificada com o evolucionismo político e com a crença na exaustão natural das instituições monárquicas. O regime republicano, para esse tipo de doutrinação, projetaria o país ao encontro de um estágio eticamente superior da sua história, representado, ainda segundo Quintino Bocaiúva, pela República Liberal, democrática e federalista.”(COELHO,2002, p. 37, 38).

de ruas, dos monumentos a heróis republicanos, do hino, da bandeira e do brasão, fortemente influenciados pelo positivismo e pelo aparato cívico-pedagógico da terceira República francesa.

Se a ação tinha que se basear no convencimento, impunha-se o uso dos símbolos. Em primeiro lugar, sem dúvida, a palavra escrita e falada. Dela fizeram uso abundante em livros, jornais, publicação da igreja, conferências públicas. Era sua arma principal de convencimento dos setores médios. Mas empregaram também o simbolismo das imagens e dos rituais, especialmente tendo em vista dois públicos estratégicos, as mulheres e os proletários, menos afetos, ao menos no Brasil, à palavra escrita. Atingir esses dois públicos, convencê-los da verdade da doutrina, era condição indispensável ao êxito final da tarefa que se impunham. A briga pelas imagens adquiria importância central. [...] Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos. (CARVALHO, 2011, p. 139,140).

No Pará, Coelho (2002), de forma similar a Carvalho (2011), discute a construção do monumento a República no Pará, a *Marriane*⁴, “investimento pedagógico” pensado no governo provisório de Justo Chermont, tornando-se um dos mais expressivos monumentos construídos em homenagem a República no Brasil, com intuito claro de legitimação política e ideológica do regime, por meio da construção de uma simbologia social que vinculasse a República à liberdade e ao progresso nacional, e como o único regime viável ao engendramento dos princípios civilizacionais, penetrando “no coração do povo”.

As festas republicanas no Pará passam a ser uma das preocupações dos legisladores municipais, prestando homenagem às figuras políticas e fatos históricos importantes ao regime, com a renomeação de ruas e logradouros, e a instituição de um calendário republicano, na tentativa de sepultar o passado monárquico. Assim, o 15 e o 16 de novembro passaram a fazer parte do calendário e festejos cívicos da cidade, sendo comemorado com toda a pompa e circunstância pelos republicanos históricos, com discursos de exaltação do regime na tentativa de imprimir uma coesão social e assegurar sua hegemonia política, como evidencia Moura (2008). Vale ressaltar, que essa massiva propaganda do regime não ficou restrita a capital, chegando aos municípios através de circulares do governo, onde

⁴ “Belém, tão acentuadamente afrancesada na sua cultura urbana *fin de siècle*, bem ao gosto do diligente apreço dos sujeitos sociais integrantes das suas elites, passara a incorporar um elemento a mais da identidade da Paris Matriarcal: *Marianne*! A quase imemorial figura feminina, síntese de todas as virtudes reunidas na mãe, e à qual os franceses confiaram o que de melhor alimentou o coração republicano da França, exaltando as virtudes cívicas do seu corpo, essa mãe, repita-se, elevava-se igualmente aos céus da Belém extática da *Belle Epoque* da borracha”. (Ibid., p. 15,16).

recomendava-se a repetição das festas cívicas e criação de símbolos. Institucionalizava-se uma “tradição inventada”. (HOBSBAWM; RANGER, 2008).

O novo regime assume como foco principal conduzir o país rumo ao progresso e a civilização. A República proclamada de cima para baixo, vai necessitar das classes populares como forma de afirmação do regime. Assim, entre as estratégias de legitimação e divulgação de seu corpo ideológico, a educação e a escola assumem um lugar especial, um importante meio de consolidação e legitimação.

O início do século XX foi marcado no Brasil por intensa campanha de divulgação dos valores decorrentes da universalização do acesso ao sistema escolar. De certa forma a República procurava plasmar uma identificação com a educação. Este processo, na verdade, estava associado a alguns valores específicos, dentre os quais se destacavam o civismo e o moralismo patriótico. Assim, vamos encontrar nos primeiros decênios do século passado um efetivo trabalho desenvolvido por uma plêiade de intelectuais que peregrinaram pelo país na defesa da constituição de um processo de conformação ideológica consentânea com as premissas republicanas em consolidação. (TAMBARA; ARRIADA, 2009, p. 279,280).

Com esse intento, a instrução torna-se uma das bandeiras da Primeira República, e a escola um veículo importante de transmissão das novas ideias que configurariam a nova nação republicana. Ampliam-se o número de grupos escolares, de produção de livros ou manuais didáticos, e de estratégias de ensino e formação ou homogeneização do professorado aos novos preceitos, com vias a superar o atraso e a degradação herdada do Império.

A educação republicana tinha essencialmente uma preocupação com a formação moral e cívica da população, que resultaria na formação do caráter nacional e do cidadão patriótico, este homem instruído, com independência e liberdade de ações, e que estivesse qualificado para contribuir e disseminar o progresso.

O regime republicano no Brasil, ao restringir o direito de voto aos alfabetizados, colocou a escola em posição destacada para a constituição do direito político dos cidadãos brasileiros. A escola formava os futuros eleitores, mas, na medida em que a concepção de cidadania não se restringia apenas ao direito político, estendendo-se o *status* de cidadão aos trabalhadores e possibilitando o acesso destes, em princípio, aos direitos sociais, a educação escolar deveria ainda completar a formação do cidadão brasileiro. Ser cidadão, com determinados direitos garantidos, significava também cumprir obrigações e estar de acordo com valores ditados pelo poder constituído, sendo que estas normas estabelecidas integravam uma das aprendizagens fundamentais para o aluno. (BITTENCOURT, 2011, p. 56,57).

A ideia de direito, assim como a própria ideia de cidadania, é um fenômeno histórico. Com direitos civis, políticos e sociais, tão precários na Primeira República, não existia uma cidadania, mais uma “estadania”, em que o Estado ocupa um papel central e utiliza os princípios de “cidadania” como elemento de manutenção da ordem republicana, ficando a população à margem dos processos decisórios. Republicanizar era preciso, e as reformas educacionais instituídas seriam fundamentais nesse processo. (CARVALHO, 1989; 2002; 2011).

Em Belém, os modelos europeus, que influenciaram sobremaneira o processo de modernização da cidade, alcançaram a questão educacional, por meio das formulações e discursos dos intelectuais e autoridades empenhadas em reorganizar a Instrução Pública.

A reforma do ensino primário esteve entre as primeiras iniciativas dos governos republicanos no âmbito educacional, engendradas pelo governo provisório (1889-1891) de Justo Chermont do qual José Veríssimo fora Diretor da Instrução Pública. Segundo os estudos empreendidos por Moraes (2011), já neste primeiro momento implementa-se “uma concepção político educacional republicana”, pois:

Neste governo, se empreendeu a reforma completa do ensino primário, formulando-se novo regulamento, a descentralização da administração da instrução pública, a modificação curricular do ensino primário, a adoção de novos métodos de ensino e a preocupação com a formação dos professores primários. A partir dessa reforma, se implementa uma concepção político-educacional republicana, algo já propugnado pelos republicanos paraenses nas páginas do “A República”, a partir de 1886, e sistematizado no pensamento educacional de José Veríssimo. (MORAES, 2011, p. 86).

José Veríssimo, como Diretor de Instrução Pública no período de 1890 e 1891, implementou a primeira reforma no âmbito educacional no Pará republicano, através do decreto 149 de 7 de maio de 1890, com o intuito de modernizar a educação e de deixar para trás os males herdados do Império, responsáveis pelo fracasso educacional brasileiro, segundo a crença de republicanos históricos como Justo Chermont e Lauro Sodré.

Nesse sentido, a proposição de uma educação republicana é pensada como antítese da educação imperial, isto é, se afirma uma educação republicana a partir da negação da imperial, que considera que a formação de professores, o ensino primário, os métodos pedagógicos, a instrução popular e feminina, sigam os ditames da moderna ciência pedagógica, adotada nos países civilizados. Com vistas de superar o atraso provocado pela instrução

pública imperial, a educação republicana propugnada pretender formar o professor, a criança, a mulher e o indivíduo autônomo, que contribuam para o progresso e civilização do Estado. (MORAES, 2011, p. 51).

As escolas primárias passariam, por esse decreto, a ser divididas entre elementar e popular. O ensino primário elementar, com duração de três anos, priorizava uma formação geral de leitura e escrita, Aritmética e Geografia. Já o primário popular, compreendia um período de seis anos no qual o aluno passava por três etapas, o curso elementar, médio e superior. Somente nestes seis anos do primário popular, segundo o decreto 149, é previsto o ensino de noções gerais de História geral e do Brasil, noções de direito pátrio e cultura cívica e moral, além das disciplinas prescritas para o ensino primário elementar.

José Veríssimo, em sua administração, reformulou as orientações pedagógicas e os métodos de ensino, reestruturou o currículo de acordo com os pressupostos da Pedagogia moderna, incluiu no ensino primário a Geografia Pátria e a História Pátria, o professor ganhou importância como grande concretizador das transformações no ensino e reforçou a fiscalização.

A proposta da reforma de instrução primária procurou, como era comum entre os gestores, atacar os problemas crônicos advindos de administrações passadas, como a falta de professores qualificados, a abertura da Escola Normal que se encontrava fechada, criação de um Conselho Superior de Ensino, criação de um Conselho de Ensino em cada município, a exigência do ensino obrigatório, um fundo público para financiar a educação, a reorganização da Secretaria Geral de Instrução Pública, e a criação de mecanismos eficientes sobre os dados estatísticos escolares. (BARROSO, 2005, p. 98).

Lauro Sodré, assume o governo constitucional no período de 1891-1897, com a responsabilidade de levar a frente as reformas já inicialmente instituídas por Veríssimo. Seu governo empreendeu duas reformas na instrução pública, a reforma de julho de 1891, pelo decreto 372, e de janeiro de 1897, decreto 403. No entanto, apesar da continuidade em relação as preocupações com a formação de professores e com a instrução popular, seu foco deixa de ser o ensino primário e passa a ser o secundário e profissional.

Como a reformulação curricular e dos métodos de ensino fora feita na administração de Veríssimo, o governo de Lauro Sodré, preocupado com uma instrução popular que atenda as necessidades do regime e esteja dentro dos preceitos da Pedagogia moderna, vai reorganizar instituições educacionais importantes, implementando a reforma do Lyceu Paraense, da Escola Normal, do Instituto Paraense e cria o Lyceu Benjamim Constant.

Outras instituições com fins educacionais e científicos também foram reorganizadas, como a Biblioteca Pública e o Museu Paraense, hoje Emílio Goeldi. (BARROSO, 2005; MORAES, 2011).

Gradativamente, ao longo do processo de consolidação da República no Pará, houve uma ampliação do número de vagas no ensino público, graças a inúmeras inaugurações e reformas de vários estabelecimentos de ensino. Reformas como a do Lyceu Paraense, já nesse momento equiparado ao Ginásio Nacional, e da Escola Normal, passam a ser um símbolo da modernização da cidade e da instrução pública no Estado, como via principal de regeneração social e elevação moral. Segundo Theodoro Braga, ao discorrer sobre a *Evolução das escolas primárias no Pará*, já havia em 1906 em torno de “565 escolas primárias, e no ano seguinte 27 grupos com um total geral de 23.327 alunos de frequência”. (BRAGA, 1915, p. 47)

Essas ideias circulavam entre a intelectualidade local e permeavam as revistas pedagógicas do início do século⁵, em que muitos intelectuais transitavam com defesas calorosas a favor da instrução pública e contra o analfabetismo e o obscurantismo, como nos mostra Lauro Sodré, em discurso de saudação a revista *o Ensino*⁶.

Entre os milagres que estão operando em nossa terra ha de figurar a somma grande de esforços e de sacrificios que se estão fazendo que a instrução dia a dia suba de nível e nós possamos em tempos, que não tardem, saudar a aurora, que nos ilumine que não tenha que daixar-nos vexados porque em nosso meio vivem homens analphabetos. Só então serão legítimos os nossos orgulhos de paraenses e de brasileiros. D' ahi, pela minha parte, o empenho com que curo de enquanto se refere ao ensino e os meus sinceros applausos aos que lidam ao se aperfeiçoar a si, aperfeiçoando aos outros e se instruem, instruindo. esses applausos, bem os merecem os que tiverem a ideia, tão para louvar, de pôr em público O ENSINO, em que sairão estampados os fructos de seus estudos, as lições que uns darão como mestres e que outros aprenderão como discípulos. Que não falte aos que tal comettimento se abalançam a virtude da perseverança, que é condição essencial para que vão ter a bom êxito todas as obras humanas. Ide: Ensinaí e aprendei. (SODRÉ, 1918, p. 2,3).

⁵ Muitas eram as produções literárias, científicas e pedagógicas de Belém do início do século, com a perspectiva de divulgação do ideário republicano, ou com o intuito de exaltação da cultura regional articulando-a ao mito da nação republicana nascente. Entre os periódicos que podemos citar estão: *Boemia Literária* (1900); *O Parnaso* (1900); *O Estudante e O Ideal* (1903); *A Voz Literária* (1904); *O Pará Moderno* (1906); *A Revista Acadêmica* (1912); *A Ilustração Paraense* (1912-1914); *Caraboo e Efemeris* (1916); *O Ensino* (1918); *Guajarina* (1918); *A semana* (1918-1940); *A Revista Belém Nova* (1923-1929) e muitas outras.

⁶ Optou-se neste trabalho utilizar as fontes tal qual transcritas dos documentos originais.

A revista *O Ensino* de caráter oficial, e tinha como redator chefe Antônio Maçal, diretor do Instituto Lauro Sodré, nas primeiras palavras de inauguração da revista diz.

A revista aparece no momento preciso para combater o analfabetismo e divulgar os meios de defesa da saúde, estabelecendo as grande leis da hygiene do corpo e da alma- *mens sana in corpore sano*. Os dias que vivemos são de duvidas e de marguras [...]. A crise é tremenda. [...] A Sciencia a soldo da Barbaria é a fallencia do direito. [...] O ENSINO reenceta a campanha do bem: as batalhas que tem de pelejar são de extermínio do obscurantismo e de destruição do mal de qualquer maneira que se manifeste, procurando deixar reflectir no espelho da nossa consciencia a imagem sagrada da pátria integra e forte. (MAÇAL, 1918, p. 1,2).

No fragmento acima, de 1918, percebemos a permanência do discurso salvacionista da educação, a crença republicana no poder da educação como elemento formador e conformador dos indivíduos, e como o meio mais eficaz na formação moral e intelectual de um povo. A Educação na República passa a ser uma estratégia de ação que é atrelada e imprescindível à ideia de cidadania e a formação do cidadão. Barroso, ao discutir *Educação e Cidadania no Republicanismo Paraense*, tendo como foco a instrução primária, afirma que:

A idéia de cidadania presente no movimento republicano está circunscrita ao ideário liberal burguês, o qual exerce a função de ocultar o papel do Estado como poder representativo de uma classe hegemônica. A formalidade das leis e a organização jurídica e política do nascente Estado republicano brasileiro mistifica e dissimula o conteúdo de um poder que se enraíza na divisão social e defende interesses das oligarquias regionais, não superando legados de desigualdade social herdados do mundo colonial e imperial. (BARROSO, 2005, p. 67,68).

A escola republicana seria a via privilegiada de incorporação não só de conhecimentos, mais de hábitos e normas de conduta socialmente aceitas. A educação, nesse momento, especialmente para as classes populares, com um padrão de comportamento mais flexível, era uma forma de salvaguardar os princípios da moralidade e da “conduta decente”, incorporando-as rumo ao progresso nacional.

Revela-se bastante nítida a correlação estabelecida entre instrução e virtude: a escola como agencia de moralização. Indissociável do cultivo ético, a tarefa do magistério torna-se por sublime: prepara sempre as sempre jovens gerações para virtudes sempre socialmente desejadas. [...] O povo, incapaz de decidir sobre suas próprias rotas, deverá, pois, ser esclarecido por uma elite ilustrada disposta a irradiar suas luzes com vistas a prosperidade da

nação arquitetada. A escola reformada, ou a educação nacional é o antídoto da rebelião das massas porque trará, não apenas o conhecimento, mas as normas de conduta socialmente aceitas. É aí que a instrução se acha envolvida em um âmbito maior, o da educação cívica, já que a ação moralizadora estaria contida nas entrelinhas de cada matéria ensinada. (BOTO, 1999, p. 270,271).

Tendo como ideal a nacionalidade, a educação republicana preocupava-se com a formação integral do indivíduo, indo muito além da simples transmissão de informações, ocupando-se especialmente da aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais e dos valores cívico-patrióticos. O patriotismo, especialmente, torna-se condição essencial e indispensável à cidadania e ao cidadão desejoso pela República, e sua formação é responsabilidade da família, da escola e do professor. Como Virgílio Cardoso de Oliveira evidencia em discurso proferido ao Conselho Superior de Instrução Pública do Pará.

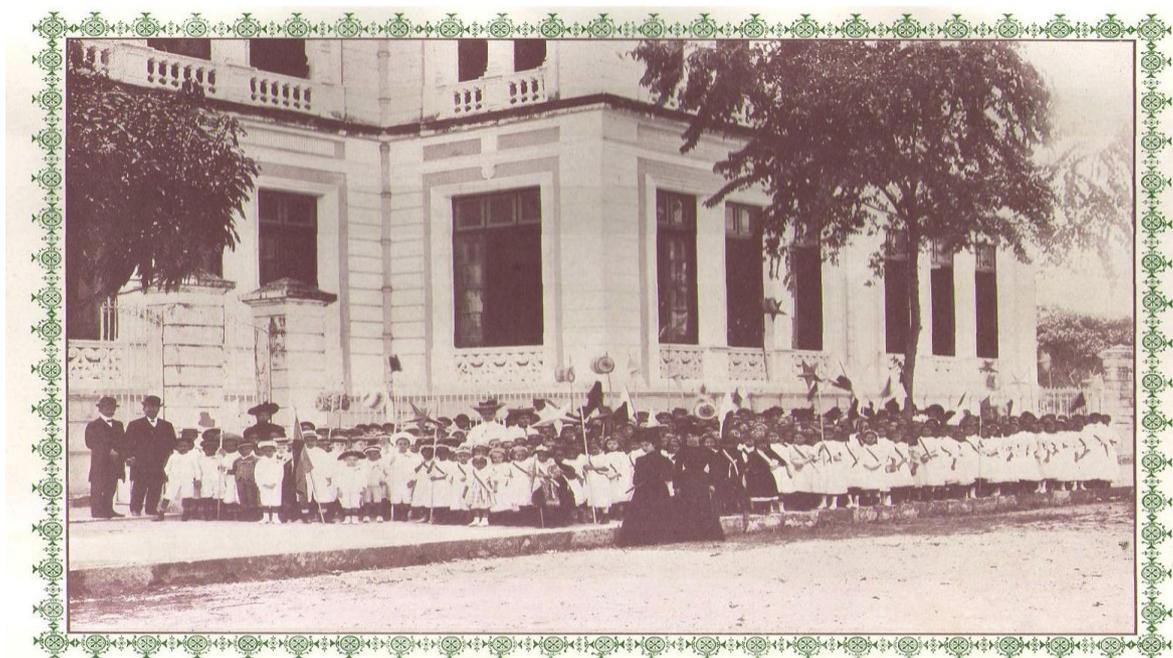
Não resta dúvida que a celebração das grandes datas, a explicação dos grandes feitos por que passou a pátria são a mais bella lição que se pode dar a mocidade. O patriotismo nasce com o homem, porém cresce e alimenta-se ao contato social. O homem torna-se apto para grandes empresas si desde o seu berço não vê ao redor de si senão o amor do bem e da virtude. É na casa paterna, portanto, que começa a formar-se o patriota e o cidadão, sob a influencia do sorriso materno, mas é na eschola que esta formação si decide e completa. É lá que, aos 10 ou 12 annos, começa a criança a fazer-se homem e procurar o modelo que deve imitar durante todo o correr de sua existência; é ahi, portanto, que o professor deve procurar incutir no coração dos seus alumnos o verdadeiro amor á pátria e todas as virtudes que lhe fazem cortejo. (A ESCOLA, 1901, p. 796).

Revestidas de caráter educativo, as festas cívicas eram outra dimensão importante dos estudos e ensinamentos educacionais republicanos, e tinham o intuito de plasmar uma identidade social comum, e formar valores. Era considerada a maneira mais fácil de inculcar os ensinamentos pátrios nas crianças, do que por prelações ou exposições do assunto pelo professor.

Assim, os festejos cívicos de 7 de setembro de 1905, em Belém, foi amplamente divulgado e registrado pela oficialidade e imprensa local, resultando no “Album da festa das Creanças-descrições e fotografias”. Essa grande festa cívica desfilou pelas ruas da cidade, com seus variados carros alegóricos trazidos pelos grupos escolares e escolas municipais, contando com vasta participação de professores, alunos e da oficialidade local.

Dentre as manifestações de hontem, a esplendorosa festa das creanças das escolas tomou excepcional relevância. O pensamento do chefe do Estado, organizando carinhosamente essa encantadora homenagem, outro não foi, certo, incentivar publicamente a alma despreocupada da infância. Grande e Frutificante é alcance que ella encerra [...] a intenção do Governo, reunindo n'uma ruidosa festa pública as creanças que se instruem nas escolas do Estado e do Município, assenta em bases puramente pedagógica. As 4 da tarde já era notável e vivíssima a animação na praça da República, o nosso mais concorrido logradouro público, disgnado ponto de partida do grande encantador prestito da infância escolar de Belém, para a praça Justo Chermont, onde se deviam realizar os esplendidos festejos, que, ao mesmo tempo que significavam a mais distincta commemoração á nossa mais assignalada data nacional, fulgiam por um bello cunho de estímulo a infância que se educa n'esta capital, inculcando-lhe o amor á escola, onde são formados o coração e o espírito. (PARÁ, 1905, p. 4).

As festas republicanas serviam como instrumento para alcançar não só as crianças, mas toda a população, conclamando o cidadão a adentrar no universo simbólico característico do regime, necessário a afirmação de um imaginário patriótico e a formação da alma republicana. (COELHO, 2002).



Alunos do 4.º grupo escolar (José Veríssimo) em direcção ao prestito.

Imagem 1-Alunos do 4ª Grupo Escolar José Veríssimo, em comemoração cívica de 7 de Setembro

Fonte: Album das Creanças de 1905 - Biblioteca Arthur Vianna, Obras Raras.



Imagem 2-Alunos do 3ª Grupo Escolar, em comemoração cívica de 7 de Setembro

Fonte: Album das Creanças de 1905 - Biblioteca Arthur Vianna, Obras Raras.

As festas republicanas serviam como instrumento para alcançar não só as crianças, mas toda a população, conclamando o cidadão a adentrar no universo simbólico característico do regime, necessário a afirmação de um imaginário patriótico e a formação da alma republicana. (COELHO, 2002).

Segundo Bittencourt (2011), os rituais das festas cívicas eram uma das principais estratégias para ensinar as tradições nacionais e criar uma memória histórica, produzida junto e para a instituição escolar.

As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas as “datas nacionais” de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos patrióticos, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de cívicas compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizavam e fiscalizavam tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas festas cívicas, é possível verificar que o ensino de História não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da “História da pátria” ser temas preferencial de livros de leitura e das musicas escolares, havia outros recursos de comunicação,

com rituais e símbolos para a institucionalização de uma memória nacional. (BITTENCOURT, 2011, p. 54)

Os professores assumem um importante papel nesse processo, sendo de fato os organizadores, na maioria dos casos, desses festejos, já que, pelo artigo 9º do regimento interno das escolas públicas primárias, elaborado pela Secretaria de Instrução Pública do Pará na figura de seu Diretor Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, eram obrigados a comparecer as celebrações nacionais, estaduais e literárias, com vias a contribuir com o futuro da nação. (A ESCOLA, 1900).

A revista *A Escola*⁷ foi a porta voz do discurso do Estado direcionada a mão de obra docente, que tinha que adquirir a revista em caráter obrigatório. Esse periódico estava previsto no Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Pará de 1899, com o objetivo de estabelecer o modelo de bom mestre, responsável pelo desenvolvimento da nação. Com conteúdo diverso, suas sessões focavam temas de interesse do professorado, tais como: seu papel e relevância para o futuro do país, a moral e a higiene dentro da escola, a importância da instrução pública, seu histórico e atos de governo, biografias de pessoas importantes, exercícios escolares, além da publicação de atos administrativos e legislativos. Costa ao discutir a formação oficial de professores na Primeira República no Pará, tendo como fonte principal o conteúdo político educacional da revista *A Escola*, afirma:

Era evidente o papel do professor na implementação de qualquer projeto educacional que o governo republicano quisesse empreender, por meio de sua formação e atuação pedagógica. Assim a revista visava instrumentalizar o professor, quer dizer, tinha claras intenções de formar o professor por meio da introdução de um conjunto de temas, de métodos educativos, e dos comportamentos almejados para que o mestre-escola exercesse de forma rigorosa e impávida a ação educativa. Através de conhecimentos auxiliares, conceitos pedagógicos e textos prescritivos, forneciam-se todos os materiais que pudessem formar o professor, tendo em vista a instrução e educação do alunado paraense, pois no editorial de seu primeiro número a revista deixava bem evidente seu objetivo de “fazer o mestre tendo em vista o discípulo”. (COSTA, 2011, p. 18,19).

A revista, pelo seu caráter oficial, tentava imprimir uma visão homogeneizadora, e de exaltação da República e da instrução pública no Estado, o que nem sempre era possível, pelo público a qual estava destinada e pela diversidade de intelectuais e políticos que por ela

⁷ Os volumes da Revista *A Escola* referente aos anos de 1904 e 1905 não foram utilizados, estando sem condições de manuseio.

transitavam. Sendo seu público alvo os professores, por vezes seus articulistas tinham que reconhecer os baixos salários e as péssimas condições dos edifícios escolares. Os embates de ideias entre seus intelectuais podem ser evidenciados pelas discussões suscitadas nas reuniões do *Congresso Pedagógico do Estado do Pará*, que aconteceram ao longo de 1901, e foram publicadas nos números da revista pela Diretoria de Instrução Pública, como os que aconteceram entre Hygino Amanajás e Arthur Vinna. Amanajás apresentou ao Congresso um projeto, subscrito por Henrique Santa Rosa, no qual defendia, entre outras coisas, a premiação de autores de livros voltados ao ensino elementar que versassem sobre noções de agronomia, além do direcionamento de verbas para a gratificação de professores que intuíssem em suas aulas cursos práticos de agronomia, o que suscitou embates e questionamentos de Arthur Vianna. Entre as vozes do Congresso Pedagógico estavam, além de Arthur Vianna e Hygino Amanajás, Virgílio Cardoso de Oliveira, Henrique Santa Rosa, Vilhena Alves, Firmo Cardoso, Ignácio de Moura, entre outros. (A ESCOLA, 1901, p. 341).

O professor, segundo visão da intelectualidade local, é o sujeito que vai desencadear o processo civilizatório, imbuído de uma missão regeneradora do povo brasileiro, encaminhando o indivíduo para a vida nacional. “Não nos esqueçaes que a escola deve ser o berço do cidadão, e que, ao seu lado, balouçando-o, imprimindo-lhe o fogo santo do patriotismo, o professor desempenha uma missão social nobilíssima.” (A ESCOLA, 1900, p. 627). Como grande missionário da pátria, sua formação torna-se essencial para as mudanças sociais em curso.

Penso convensidamente, depender o levantamento da instrução primária neste Estado, principalmente, essencialmente da criação do professor. [...] O professor ignorante, ou mesmo mal preparado deante de um programa de ensino bem desenvolvido, primoroso, permite-me a comparação, é como tosco desenhista, que na posse do pincel e finas tintas procurasse copiar um quadro de Murillo. O mestre é o pivot da instrução, a alma grandiosa d'esse mecanismo melindroso. Levantemos os melhores edifícios escolares, disseminemol-os por todos os recantos do Estado; estabeleçamos as melhores vias de comunicação; mobilhemos as escolas com matérias de primeira qualidade; tornemos a obrigatoriedade do ensino de tal modo rigorosa, que possamos faze-las reogitar de alumnos; despendamos enfim, com todas essas necessidades, aliás imperiosas, o melhor dos nossos orçamentos; si não houver, porem, um pessoal docente habilitado, ter-se-á feito muito, muito mesmo, não resta dúvida, mas pouco teremos adeantado sobre o fim principal da instrução. (OLIVEIRA, 1900, p. 14).

O Regimento interno das escolas públicas de ensino primário do Estado do Pará de 1900, estabelece em um de seus artigos os deveres dos professores quanto ao desempenho de

suas funções, no qual os princípios da moralidade evidenciam-se como sendo o principal dever. Imbuídos de uma missão civilizadora e moralizadora, o professorado deveria ter uma moral ilibada e ser exemplo de conduta decente, e esses princípios se exarcebavam em relação às professoras:

- a) Comparecer com pontualidade a escola, 10 minutos antes de seu funcionamento, decentemente vestido [...]
- b) Manter a ordem e a disciplina na escola;
- c) Dar aos alunos pela irreprehensibilidade de sua conducta, constantes exemplos de moralidade e amor as instituições. [...]
- i) Tratar as crianças, indistinctamente, com a máxima urbanidade e brandura, com verdadeiro interesse e affecto de pae, de modo a inspirar-lhes o amor pelo estudo, o respeito e a veneração ao mestre, procurando sempre desenvolver, aperfeiçoando, os sentimentos do bem, do dever, da virtude e a consciência dos deveres cívicos. (A ESCOLA, 1900, p. 221).

A revista *O Ensino*, em conferencia pedagógica proferida por Sylvio Nascimento, reafirma o professor como sujeito importante na afirmação dos princípios civilizacionais, e caracteriza as qualidades necessárias a prática docente, sem elas o professor estaria fadado ao insucesso.

Marco de todas as civilizações, o professor tem a sua época, e deve trabalhar de acordo com Ella, integralizar-se na substancia de seu mister, caracterizar-se por princípios que o façam respeitado, acatado; ser elle mesmo: sóbrio, modesto, calmo, amigo da escola, amigo do livro e amigo das crianças. O professor reflete todas as qualidades capazes e dignas de infiltrar no animo do menino um ser novo, um homem que se prepara para a vida, para os largos combates da existência. Sim, reconheçamos, o professor precisa possuir todos os predicados que facilitem eu trabalho, ao contrário ver-se-á naufrago, a debater-se na ondas do insucesso. Educador afirmamos educador repetimos. E a função do mestre-escola é tão complexa e variada que ele cumpre não exclusivamente instruir, mais também educar. (NASCIMENTO, 1918, p. 87).

Responsável em transmitir esses ensinamentos morais aos seus alunos, a professora, deveria provar a todo momento que estava em condições de assumir esse papel, assim sendo, o menor desvio de conduta colocava sua credibilidade e seu papel de missionária da pátria em xeque. Lúcia Muller nos aponta os ensinamentos que deveriam ser direcionados pela professora primária, como “vestal da pátria”, e transmitidos ao alunado e futuro cidadão desse país.

O bom comportamento na casa e na rua, respeito e consideração aos outros, principalmente aos mais graduados; amor ao trabalho; amor ao dever, o amor aos pais; o sentimento de caridade; a aversão a mentira; a aversão aos jogos; a aversão aos vícios e da bebida e do fumo etc. (MULLER, 1999, p. 111).

Intelectuais como Theodoro Braga, Hygino Amanajás e José Veríssimo, defendiam a natureza educadora da mulher, como mãe e mestra. (AMANAJÁS, 1898; BRAGA, 1915 VERÍSSIMO, 1985). Em Apostilas de História do Pará, Theodoro Braga dedica um tópico sobre o exercício profissional de mulheres no magistério, tópico que intitula *Influencia no Ensino público; seu valor didactico, amenidades maternal no ensino; escolas mixtas*, onde afirma que a mulher seria “fadada pela natureza” por sua “inata paciência” e “qualidades intrínsecas”, a educação da primeira infância:

Só a mulher, com sua bondade ilimitada, sua paciência e abnegação é votada com êxito a educar a criança [...] possuindo e assimilando com facilidade os complexos preceitos da pedagogia. Todo empenho, pois, deve ser posto, no sentido de educar a mulher, afim de podermos primeiramente contar com ella para a instrucção e a educação da criança. Instruir e educar a criança é, em suma, a mais nobre prerrogativa da mulher, pois que, mãe ou mestra, a ela pertencem os primeiros dez anos da criança, sahindo da familia, para entrar pelo trabalho, na sociedade, levar a toda a existência a alma vincada por esses primeiros anos de educação. São qualidades intrínsecas femininas essas, cuja supersensibilidade psychica prevê o desenvolvimento intellectual do pequenino educando. (BRAGA, 1913, p. 80,81).

Nas primeiras décadas do século XX os poderes públicos e as elites viam a educação como uma forma de controle e manipulação social, desejosos de construir a identidade republicana, baseados no ideário do positivismo Comtiano, que via na figura feminina uma das vias principais para a instituição da moral, da ordem, disciplina e trabalho, assim reforçando a imagem da “Santa Mãezinha”, da mulher como redentora e responsável pela estabilidade e harmonia familiar, a mãe dedicada à salvação do homem, o ser que passa a ser visto como o instrumento privilegiado para desencadear o processo civilizatório, especialmente das massas trabalhadoras, o indivíduo capaz de internalizar e disseminar as práticas higiênicas moralizadoras. (ANCELA, 1997; RAGO, 1985; CARVAHO, 1999).

Os republicanos no Pará e no Brasil viam na escolarização a via essencial para o alastramento de seus ideais e a escola como lugar central para mudanças necessárias a realidade nacional. Assim, era imprescindível a disseminação dos ideais cívico-patrióticos no intuito de “nacionalizar” o povo brasileiro, formando o verdadeiro cidadão nacional. Com

esse desígnio é que ganha importância o ensino de História e Geografia na Primeira República, reforçando sentimentos e valores de pertencimento a nação, e legitimando, através da instituição de uma memória, determinados grupos políticos, mais especificamente o republicano. (ABREU, 2012).

Assim, uma das vias de nacionalização do indivíduo e disseminação do projeto educacional republicano no Brasil e no Pará, foi por meio dos livros e manuais escolares, representados neste momento especialmente pelos chamados livros de leitura. Direcionados, sobretudo, ao ensino primário os livros de leitura eram utilizados para o ensino da leitura e da escrita, e continham em seus conteúdos ensinamentos condizentes com a moral cívico-patriótica dos Estados republicanos. Por meio do Conselho Superior de Instrução Pública e pela Diretoria Geral de Instrução Pública, o Estado selecionava os livros a serem utilizados e os disponibilizava gratuitamente para a população mais pobre das séries iniciais. (RAZZINI, 2004).

Vale ressaltar, que a produção nacional de livros ou manuais escolares iniciou no Império, e se desdobrou de forma decisiva no projeto educacional republicano, com as massivas propagandas em favor da instrução, da escola, e do ensino primário, e com as campanhas cívicas em prol da modernização da imagem do país. Inculcando valores responsáveis pela uniformização do modelo de sociedade pretendido.

Dada a finalidade nacionalizadora do ensino primário, o Estado passa a controlar a adoção dos livros e manuais escolares, com a necessidade de padronização do ensino e adequação aos programas e currículos, definidos pelo próprio Estado. Sobre o controle e a relevância dos livros de leitura na Primeira República Razzini afirma:

Outro fator relevante do controle estatal na adoção de livros didáticos era o estabelecimento de que só os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos, restrição que, de saída, eximia o governo paulista de fornecer livros didáticos das demais matérias, às quais ficariam a cargo da “palavra do mestre”. Sem menosprezar as implicações econômicas, o que explica, em parte, a determinação oficial do uso exclusivo dos livros de leitura para os alunos é que a leitura havia se tornado uma prática escolar hegemônica nos quatro anos do curso primário, não só porque o ensino de língua materna detinha a maior carga horária do currículo, mas também porque se tornara a base do modo simultâneo e do ensino de outras matérias. Tal escolha explica também a multiplicidade de temas relacionados às outras matérias do currículo que passaram a fazer parte do corpus de textos dos livros de leitura. A precedência do ensino de língua materna sobre as demais disciplinas do currículo e a proeminência da leitura como sua principal atividade, ambas reforçadas pela determinação oficial de que os livros de leitura eram os únicos adequados para uso dos alunos, dimensionam a importância que os

livros de leitura assumiram na formação do cidadão republicano, mobilizando diversos temas e conteúdos (morais, cívicos, científicos, higiênicos, geográficos, históricos, cotidianos, infantis, etc) com o objetivo de forjar uma educação moderna e civilizada, comprometida com a “ordem” e com o “progresso” da nação. (RAZZINI, 2004, p. 3).

Deste modo, os livros de leitura indicados como mais adequados pela oficialidade, passavam a ser porta voz de diversos conteúdos e disciplinas, na formação do cidadão republicano, nos mais diversos Estados. No Pará, Theodoro Braga, ao falar sobre os *livros didático e literários pedagógicos* assegura:

Volumosa é a bagagem litteraria que tem servido à mocidade paraense para a sua educação e instrução elementar servindo muitas das obras publicadas para seus estudos superiores. E o Pará um dos Estados da União Brasileira que mais tem produzido livros didáticos para a infância, no porfiado empenho de lhe facilitar e aperfeiçoar o ensino, tornando-o ao mesmo tempo proveitoso. [...] E assim, o Estado do Pará, fazendo evoluir a instrução pública, concorre poderosamente para o decrescimo do analphabetismo. Para esse benéfico resultado, num concurso harmônico e isochono, actua, de um lado, a sábia orientação do Governo, tomando medidas acertadas, e de outro, a coadjuvação dos collegios e escolas de iniciativa particular, contribuindo todos para o alevantamento moral e intellectual dos seus habitantes. (BRAGA, 1915, p. 76).

A preocupação do Estado do Pará com o uso de manuais e livros didáticos para fomentação da instrução da mocidade paraense, expressa por Theodoro Braga em 1915, e sua regulação, já é uma necessidade no ano inicial da República, como nos mostra o artigo 214 do *Regulamento Geral da Instrucção Publica e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará*, decretado em 1890 pelo governador Justo Chermont, documento que vai servir de base para a posterior regulação sobre o ensino primário, implementada por José Veríssimo neste mesmo ano⁸.

Art. 214º - Nenhum livro será admitido no ensino primário ou oficialmente recomendado para o secundário ou technico, sem ser aprovado e aceito pela direcção geral, ouvido o conselho superior da instrucção publica, devendo, para merecer essa aprovação, estar de accordo com os programmas circunstanciados do ensino publico do Estado e com os progressos da litteratura escholar. (PARÁ (Estado), 1890).

⁸ O documento citado, elaborado pelo Diretor de Instrução Pública de então, José Veríssimo, encontra-se na Biblioteca Artur Vianna: *Direção Geral da Instrucção Publica. Ensino primario: regulamento escolar, programmas, horários e instrucções pedagogicas para as escolas do Estado do Pará*, 1890. Neste regulamento, o artigo 15 reafirma: “Art. 15- Nenhum livro ou brochura, impressos ou manuscriptos, estranho ao ensino, poderá ser introduzido na escola sem a autorisação escripta do Director Geral”. (1890, p.9).

O Professor Vilhena Alves, em seu *Misselanea Literária*, escreve um artigo intitulado *Livros Escolares*, tecendo análises, reflexões e orientações, sobre as condições para se escrever um bom livro escolar, diz ser necessário antes de tudo:

É preciso muito tacto, muito estudo, muita lucidez de espírito, muita observação dos factos escolares e dos gestos e propensões naturaes das crianças, e ainda mais, muito conhecimento do que de melhor tem produzido nesta especialidade a litteratura dos paízes mais adiantados em assumptos de instrucção popular, para que o trabalho possa sahir perfeito e satisfaça todos os requisitos exigidos para taes obras pela pedagogia moderna. (ALVES, 1900, p. 176).

E continuando sua análise sobre as qualidades necessárias ao livro didático, Vilhena Alves cita o discurso feito por José Veríssimo ao Conselho Superior de Instrução Pública, no qual ressalta a preocupação, do então diretor de Instrução Pública do Estado, com a adequação dos livros aos preceitos da Pedagogia moderna, na tentativa de assemelhar o livro e a instrução brasileira, a de países “mais adiantados que nós”.

Segundo o Sr. Commendador José Veríssimo, que adopta neste ponto as opiniões dos melhores mestres “de trez ordens são as qualidades que devem distinguir um livro para os ensino primário: pedagógicas, hygienicas e economicas. Deve ser bem feito, deve ter um aspecto agradável, e deve ser barato”.

E, desenvolvendo essas ideas, accrescenta:

1. Que seja composto com clareza, correcção, precisão e methodo.
 2. Que seja feito de accordo com as lições mais acceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em pratica nos povos mais adiantados que nós.
 3. Que estejam de conformidade com os nossos programmas de ensino , ou que a elles se possam adaptar sem dificuldade.
 4. Que sejam impressos em bom papel, com typo graúdo, segundo as preocupações da hygiene escolar.
 5. Sempre que for possível, sejam copiosamente illustrados, com boas gravuras, finas, nítidas e de accordo com o texto.
 6. Que o seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a apreciação do preço maximo que fixará.
 7. Que sejam sempre postos á venda cartonados e brochados.
- (Exposição feita ao Conselho Superior da Instrução Pública pelo Diretor Geral-1890.). (ALVES, 1900, p. 176,177).

José Veríssimo como homem público, como Diretor de Instrução pública no Pará, traça os primeiros encaminhamentos no sentido de colocar em prática muitas ideias que

permeavam seu pensamento educacional, por exemplo, a ênfase no ensino primário e a inclusão no ensino do Pará republicano de disciplinas como Cultura moral e pátria, Geografia Pátria e História Pátria.

Em seu livro *Educação Nacional*⁹, ressalta a importância dos livros de leitura para esses ensinamentos, defendendo a necessidade de sua nacionalização. No que concerne ao ensino de História Pátria, sugere como essa formação, ou esse programa, deveria ser delineado na escola:

Na escola primária, este ensino pode começar desde o segundo livro de leitura pelo menos. É preciso que o livro de leitura entre nós se reforme completamente e que tudo fale do Brasil e de nossas coisas. Os primeiros livros devem conter contos e cantos populares e pequenas histórias em que se reflitam a nossa vida e os nossos costumes. Só assim interessarão à criança. Entremeados com estes assuntos, virão pequenas cenas de História Pátria mesmo legendárias. A história do caramuru, por exemplo, sendo falsa, ensina entretanto à criança que eram selvagens os primeiros habitantes do Brasil, que devoravam os seus prisioneiros e que não conheciam o uso da pólvora. Um resumo bem feito da cândida narração de Caminha a D. Manuel sobre os gestos dos selvagens, perante os portugueses da armada de Cabral, cuida eu que se gravará na memória, fará trabalhar as imaginações dos jovens ouvintes e será uma excelente lição da etnografia pátria. O fato de Amador Bueno, alguns episódios dos bandeirantes, a vida dos primitivos colonos, a descrição de uma missão, as biografias dos homens notáveis - eis outras tantos quadros próprios para, mediante o livro de leitura, ensinar, e bem, a História Pátria. A narração destes fatos ir-se-á paulatinamente desenvolvendo nos sucessivos livros de leitura que poderão também conter extratos de alguns cronistas, adequada a linguagem à inteligência dos

⁹ Publicada no Pará 1890, ano após a proclamação de república, *A Educação Nacional*, é considerada a mais importante obra da vertente pedagógica de José Veríssimo, onde apresenta uma defesa da Educação Nacional, como condição primordial ao progresso e a grandeza do país. Tecendo críticas ao sistema educativo de então, propõe mudanças necessárias a serem implementadas pelo regime republicano. Por diversas vezes ressalta o descontentamento e o ceticismo com o tipo de república implantado no país, com o sistema geral de instrução pública, e com as reformas introduzidas no primeiro governo Republicano por Benjamin Constant, descontentamento explicitado na introdução da edição de 1906, publicada no Rio de Janeiro pela Livraria Francisco Alves. (VERÍSSIMO, 1985). Sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, herdeiro do espírito científico de uma época, Veríssimo destacou-se no cenário intelectual nacional, com contribuições efetivas para a educação, literatura, jornalismo, a cultura e a política brasileira. Trazia no lastro de suas ideias, que permeou a intelectualidade da geração de 1870, a influência do cientificismo europeu, reelaboradas e adaptadas à realidade nacional. Segundo essa geração, somente a educação intelectual e a confiança total no poder das ideias construiria caminhos para o melhoramento de homens e mulheres, acelerando a marcha evolutiva do progresso e a constituição da nação brasileira. (BEZERRA NETO, 2002; SEVCENKO, 2003; FRANÇA, 2004; VERÍSSIMO, 2011).

escolares, e versos de poetas brasileiros sobre feitos da História Pátria [...] o compêndio especial da História do Brasil virá completar e sistematizar esse ensino, já nas classes superiores da escola. (VERÍSSIMO, 1985, p. 113,114).

Veríssimo é um árduo defensor de que a educação nacional não se pode fazer senão pelo estudo da pátria, fazendo-se necessário uma reforma urgente neste ponto de nossa instrução pública. O ensino de História Pátria deve ser inserido desde os primeiros níveis de ensino, já no ensino primário, com o objetivo de despertar na mocidade o sentimento de brasilidade, o verdadeiro espírito nacional, aprendendo sobre suas gentes, sua história e sua constituição como nação. Assim, é necessário que o ensino de História Pátria seja inserido gradativamente nos livros de leitura, e só depois em Compêndios de História do Brasil, completando sua formação cívico-patriótica.

Em uma República, segundo o autor, era indispensável o conhecimento da pátria e de suas instituições para que a sociedade pudesse se desenvolver e se aperfeiçoar plenamente. A educação cívico-patriótica deveria permear todos os saberes ensinados na escola, só assim ela iria cumprir sua verdadeira missão, servir ao aperfeiçoamento moral, intelectual e a nacionalidade.

O ensino adequado de matérias, como a Geografia Pátria e História Pátria, com compêndios, museus, monumentos, mapas, globos adequados a nossa realidade histórico e geográfica, o culto aos heróis e seus feitos, os cantos patrióticos, a comemoração das grandes datas nacionais nas escolas, a elaboração de um calendário patriótico, a utilização de livros ilustrados com gravuras históricas, são de fundamental importância para criação da ideia de pertencimento a uma nação, para criação do sentimento de unidade nacional em detrimento dos interesses individuais.

Todo o ensino tem um fim— o da História Pátria é dar-nos pelo conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas, e em comum vencidas, da marcha e evolução dos mesmos costumes, das mesmas leis e da mesma organização, dos progressos, custosa, lenta, mas seguramente adquiridos, a noção exata da solidariedade nacional, e com ela o amor da pátria que nos legaram nossos antepassados e o desejo firme de continua-los, para legá-las as gerações vindouras sucessivamente melhorada. (VERÍSSIMO, 1985, p. 113).

O ensino de História Pátria, nos mais diversos âmbitos da sociedade, superaria a profunda indiferença que o brasileiro tem pelo seu passado, e o vago conhecimento de sua origem e suas instituições políticas. A ausência desses repertórios simbólicos (estátuas,

monumentos, museus, comemoração patriótica) seria uma das causas da ignorância da História Pátria pelo povo brasileiro e a falta de sentimento nacional.

Desta forma, esse ensino ganhava espaço nos programas do curso primário com o regime republicano, tornando-se essencial para a formação da consciência nacional, e na inculcação de valores moralizantes, como obediência e respeito à ordem e a hierarquia, e o reconhecimento das ações exemplares de grandes heróis. Segundo Coelho M. (2008), com claros intuitos de formação do cidadão nacional, essa formação completava-se com palestras de fortalecimento do sentimento pátrio, direcionada pelo professor. Abordando assuntos diversos de História Pátria, as palestras escolares, eram ministradas nos grupos escolares, e ganhavam espaço especial nas páginas das revistas pedagógicas.

Nas revistas também podemos encontrar, além dos programas prescritos para esta disciplina, dicas e orientações direcionadas ao professor sobre a melhor maneira de explicar seus conteúdos. O professor Sylvio Nascimento sugere na revista *O Ensino*:

Dente as disciplinas do cursos primário aquela que merece nosso cuidado e particular afeição, devido aos expressivos ensinamentos que offerece, está a História [...] inferioriza-lo, com o intuito de enaltecer o de outras matérias, seria crime de lesa patriotismo [...] Um dos pontos capitães do aprendizado da História impõe-se no dizer os factos, tirando as deducções lógicas [...] si os seus actos foram dignos exalce-se-o perante a criança e, ao mesmo tempo prenda-se a atenção desta [...] si as acções do individuo fôram más, [...] mostre-se a que resultados nos levam as paixões desordenadas, os gestos irreflectidos, os animos exaltados. Sendo caso, dir-se-á, a independência bem dirigida, a prudência [...] são motivos de Júbilos e de glorias, nao somente para os homens que praticam essas qualidades, como igualmente para as pátrias a que os mesmos pertencem. Estimemos a História da Pátria, os feitos dos nossos antepassados, ensinando sobre forma comprehensiva e interessante, ressaltando os pontos de importância e eloquencia instructiva, que se ligam aos acontecimentos. (NASCIMENTO, 1919, p.110).

Os conteúdos sobre História Pátria regional não são considerados nos primeiros programas instituídos para o ensino primário. No regulamento de 1891 e 1897, os conteúdos perpassavam sobre temáticas de História do Brasil, precedidas de ideias gerais sobre História Universal, dando ênfase a biografias de brasileiros ilustres ao longo da formação primária. (TAVARES, 1902). Com a reformulação do ensino primário em 1902, este ensino passa a ser dividido em Elementar e Complementar, extinguindo completamente o Médio, e os conteúdos de História passam a ser ministrados somente no 4º ano do curso Elementar, e nos dois anos do curso Complementar. (A ESCOLA, 1902, p.99). No regulamento de 1919, é possível observar mudanças significativas quanto aos programas prescritos para o ensino de História,

que ganha espaço desde o 2º ano do Elementar primária, sedo que, são elucidados, a partir do 3º ano Elementar assuntos de História Pátria regional, são elucidados assuntos de História regional, como *Castello Branco e a Fundação da Cidade de Belém*, perpassando e aprofundando-se pelos demais anos do ensino primário. (O ENSINO, 1919, p.186).

Entre as permanências, a ênfase nas biografias dos homens notáveis, insistindo no progresso que trouxeram para o país, nas datas e fatos, articulados de modo a ressaltar o progresso em contraposição aos fatos passados. Orientando o professor que além das: “prelações orais, dar as explicações por meio da leitura, pela comemoração escolar das grandes datas nacionais; levar os alumnos aos mapas geográficos, assignalando ou fazendo esses assignalarem as localidades em que os acontecimentos históricos se deram.” (O ENSINO, 1919, p. 187)

Entre os temas indicados pela Diretoria de Instrução Pública, para realização de exames dos estudos primários em 1920, incluíam: o descobrimento do Brasil; a colonização; os primeiros movimentos de independência; Tiradentes e a inconfidência mineira; a libertação dos cativos, indigenas: uso, costumes, principais tribus; capitânicas hereditarias; fundação da cidade de Belém; o Pará sujeito ao maranhão: seu desligamento; exploração do amazonas: Pedro Teixeira; adesão do Pará á independencia; entre outros. (PARÁ, 1920)

Segundo Bittencourt (2011), era tarefa da História:

Servir para criar e referendar várias imagens de passado, legitimando as diferentes tradições. A história poderia provar “o nosso tradicional sentimento de liberdade e frisar bem as nossas tendências de altivez”. Poderia também, mostrar corajosamente “os nossos vícios de raça”, ou explicar quais foram os construtores da nação, “os grandes cidadãos” exemplares patrióticos. (BITTENCOURT, 2011, p. 68).

Considerando o exposto, intelectuais como Teodoro Braga, Hygino Amanajás, José Veríssimo, Vilhena Alves, Virgílio Cardoso de Oliveira, citados neste capítulo, e muitos outros, produziram e pensaram a República no Pará. Assumindo um projeto de modernização da sociedade, esses intelectuais, como caracterizou Gomes (2009; 2010), participavam de “múltiplas redes de sociabilidades”, transitavam entre diversos campos de atuação social e política, e entre diversos saberes, inclusive no campo da História, ainda em construção, como historiadores de ofício, assentados nas cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Segundo a autora, os intelectuais da Primeira República, especialmente do período pré-20, se

“engajam em diversificadas estratégias de ação e intervenção social, e mobilizam, para sustentá-las, os valores da moderna ciência de sua época”. (GOMES, 2010, p.15).

Levando os pressupostos científicos para dentro da esfera do Estado, legitimavam, por sua vez, as ações do Estado, por meio da ciência. Logo, o pensamento educacional, desses intelectuais, não estava desvinculado da esfera de atuação política e social, no exercício de cargos públicos, nas redações de periódicos e jornais, ou em associações como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

No âmbito das transformações sócio, político e educacional da Primeira República no Pará, e do projeto civilizatório desses intelectuais, apresentadas neste capítulo, em que a História Pátria ganha destaque, é que está inserida a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, como instituição de ciência e saber que ajudaria Belém e o Pará no engendramento dos princípios civilizacionais, na superação do atraso, dos maus hábitos, da apatia e da ignorância. No próximo capítulo analisaremos o IHGP em particular, e seu papel no Pará republicano.

3. O IHGP E A DIFUSÃO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NO PARÁ

Aqueles que por obras valorosas se impuzeram ao registro da história, esses sobrevivem ao perecimento da matéria, ficam entre os contemporaneos e posterios a inspiral-os e dirigil-os, mais vivos do que nunca [...] nesta epoca de regionalismo esterelizantes e intolerâncias doutrinarias que ameaçam a pátria a integridade da pátria apenas com elle a amar o Brasil na unidade de sua grandeza, na superioridade de seus destinos, sem preocupações impatrióticas de bairrismos ou impertinências de crenças políticas [...] Ponhamos a pátria acima de tudo [...] a patria que – mercê de Deus- tem subsistido e subsistirá intangível aos nossos erros e descabros, mais em prol da qual nos devemos devotar inteiramente, afim de que a tenhamos em sua grandeza e prosperidade, não como uma dignação da província, mais como o resultante ennobrecedora dos nossos próprios esforços e desvelos.

Palma Muniz

Este capítulo tem a intenção de discutir o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) na difusão e afirmação dos ideais nacionais republicanos, analisando os projetos e visões de mundo que permeavam seus intelectuais, em um entrelaçamento constante entre História, memória e o projeto de nação. Detendo-se especialmente na fundação de um Instituto no Pará e do tipo de História produzida por ele, este capítulo está dividido em quatro tópicos principais: O Instituto Nacional; Fundação do Instituto Paraense: A Instituição de um Mito Fundador; O Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Guardiã de uma História Regional e Nacional; Os Intelectuais do Instituto e os Manuais Didáticos no Pará.

3.1- O Instituto Histórico Nacional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), par nacional do IHGP, foi fundado em 21 de outubro de 1838, inspirado no Institut Historique de Paris. Essa instituição assumia para si o projeto de construção da nacionalidade brasileira colocado pelas elites como tarefa fundamental para o engrandecimento do país, como nos aponta Izadora Maleval:

O Instituto foi inaugurado pela necessidade de se delinear um perfil para a nação brasileira, colocando para si a tarefa de desvendar o processo de gênese da nação, suas peculiaridades e, em última análise, produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Foi, ainda através do IHGB que a historiografia nacional nasceu, não em

oposição a colonização portuguesa, mas justamente em favor dela. A nação propagada, história empreendida pelo Instituto se reconheceu enquanto continuadora de uma tarefa civilizadora, iniciada pela colonização portuguesa. (MALEVAL, 2010, p. 49).

A constituição da disciplina História é indissociável a afirmação e formação do Estado-Nação. Assim, a História se presta muito bem para o papel de criação da nação e da identidade nacional, e os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assumem a tarefa de escrever a História.

Com o intuito de criar um passado histórico grandioso para nação brasileira, o IHGB é dotado de cunho ético e pedagógico tornando-se “na verdade, não apenas um centro de cultura acadêmica, erudita e europeizada, mas, também, uma matriz ideológica do qual nasceria uma História oficial brasileira.” (COELHO, 1981, p. 6). Sendo assim, fazia-se necessário criar um parâmetro para a escrita da História nacional que tivesse a preocupação com o estabelecimento de um passado historiográfico adequado e que apresentasse uma continuidade e uma origem comum.

Em 1847 o IHGB lança um concurso cujo objetivo é estabelecer diretrizes para a escrita da História do Brasil, o vencedor é o naturalista Alemão Karl Frederick Von Martius. Seu texto passa a ser considerado como uma espécie de manual de *Introdução aos estudos históricos*, abrindo pressupostos para o estabelecimento de métodos e critérios que dotariam a disciplina História de cientificidade. Para Martius, a composição étnica do povo brasileiro é o que norteia a História do Brasil, assim somente a mescla das três raças garantiria a nação uma identidade, tendo o branco como elemento aglutinador e civilizador. (SCHWARCZ, 1993; MALEVAL, 2010).

Portanto, o branqueamento da população brasileira pela miscigenação seria o ponto fundamental para o ordenamento e organização da nação, processo esse que culminaria na formação de um homem branco brasileiro com traços e hábitos europeizados, perecendo por completo qualquer traço de índios e negros.

A premiação outorgada ao trabalho expressa a concordância do IHGB com este projeto, que estará também presente no sentido dado por Varnhagen à sua obra histórica. Ou seja: a idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador. (BRANCO; MALACARNE, 2008, p. 103).

A escrita da História, produzida pelo IHGB ao longo do XIX, assumia em si um importante papel de afirmação e legitimação ideológica e de classe, nesse sentido, o discurso histórico e o processo histórico brasileiro construído por essa instituição foram elaborados sob o prisma da classe dominante do Império e posteriormente da República.

A História do Brasil construída seria a História da oficialidade ou História oficial, elaborada e consumida por círculos circunscritos, responsável pela criação de estereótipos sobre o povo brasileiro e nossa constituição histórica. Assim, os grandes homens e seus feitos, geralmente figuras de relevo na sociedade, eram exaltados pelos estudos biográficos, gênero caro a essa instituição, e suas ações individuais responsáveis pela História nacional, legitimando uma História linear e ausente de conflitos.

A estreita relação do IHGB com D. Pedro II, que ficava clara nas páginas de sua revista, com elogios ao Império e a figura do Imperador, reforça essa produção historiográfica em que se priorizou sobremaneira os “aspectos político-institucionais, [...] e a figura do Estado-Nação como sujeito privilegiado do fazer histórico, através da exaltação das ações heróicas, narradas em discursos laudatórios da Pátria e legitimadores das práticas políticas do Império”. (FERNANDES, 2005, p. 127).

Assim, essa “historiografia episódica, factual e biográfica”, como caracterizou Coelho (1981), e essa perspectiva de História e de História nacional, penetraram na educação oficial ao longo do Império através do ensino de História, Geografia e Literatura nacional no Colégio Pedro II e nos Liceus provinciais.

Imbuídos do espírito nacionalista, muitos intelectuais do IHGB dedicaram-se a escrever obras de cunho histórico-educacional e a elaborar compêndios didáticos, suprimindo uma carência de material escolar existente nas escolas de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Segundo Fernandes (2005), pela produção historiográfica elaborada, e seu caráter próprio e específico, e por se dedicar a elaboração da História da nação, os Institutos Históricos podem ser considerados como “lugares de memória da educação brasileira”.

O papel exercido pelo IHGB e seus congêneres nas províncias do Império, seja na difusão de uma escrita da história, seja na divulgação de fatos e personagens criou o que se convencionou chamar de uma “pedagogia do cidadão”. O ensino além de proporcionar os conhecimentos necessários à instrução do aluno, deveria se preocupar com os valores cívicos e patrióticos,

necessários à formação do cidadão, de acordo com os interesses do Estado nacional. (FERNANDES, 2005, p. 130).

O fim do Império e os anos iniciais do regime republicano provocaram oscilações e preocupações dentro do IHGB. Contudo, o advento da República não significou mudança de orientação historiográfica e de visão de mundo. A forma de constituição ou de elaboração da História nacional estava preme das matrizes ideológicas da classe dominante que permaneceram sem muita alteração no poder.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que nasceu sob o mecenato do Império, teve que se adequar as novas demandas do presente, ante a necessidade de manutenção da instituição, nesse sentido, realizou aproximações com o poder republicano, trazendo para o Instituto importantes nomes do governo e prestando importantes serviços ao poder, especialmente no que concerne ao estudo de fronteiras.

Com a República, os Institutos regionais são criados em número bem mais expressivo, levando a frente o projeto de construção da nacionalidade brasileira, agora sob a égide do novo regime. Todos de maneira geral, mesmo dada a sua especificidade regional, buscavam adequar-se ao modelo proposto pelo IHGB no que concerne a forma de lidar com os documentos, a identificação dos mesmos, e a necessidade de dotar um caráter científico a suas produções.

Se os letrados nos diferentes Estados que compunham a República Federativa, procuravam fazer eles próprios suas histórias através da fundação dos Institutos Históricos Regionais, o IHGB localizado no centro da estrutura governativa do país ainda teria utilidade para os projetos políticos em disputa no limiar da República. (HRUBY, 2008, p. 9,10).

No próximo subitem, adentremos no Instituto Histórico e Geográfico do Pará criado a partir do modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, analisando suas singularidades e sua importância como instituição fundamental ao republicanismo paraense e aos ideais de modernização e civilização.

3.2- Fundação do Instituto Paraense: A Instituição de um Mito Fundador

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi criado nas primeiras décadas do século XX, assim como a maioria dos IHGs estaduais, com exceção do Instituto Arqueológico e

Geográfico de Pernambuco (IAGP, fundado em 1862) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, em 1894).

No interior do IHGs, o registro da História Regional não se deu na contramão da história nacional [...]. Se o IHGB tinha como missão resguardar a história nacional, aos IHGs cabia a tarefa de resguardar a história regional, mantendo-as umbilicalmente ligadas no sentido de preservar a memória coletiva da nação. Foi exatamente com esse intuito que nasceu o IHGP. (FREITAS, 2007, p. 24,25).

Com o intuito de criar uma identidade nacional e de colaborar com o processo civilizador através de um dado olhar para passado, os IHGs criam discursos regionais em que os fatos e vultos dessa História local estavam intimamente associados à História nacional.

Nesse período o regionalismo vai ganhando espaço nas produções literárias, históricas e geográficas e, conseqüentemente, passa a orientar os esforços historiográficos pela reconstituição do passado brasileiro, enaltecido pela história de cada região. Desse modo a preocupação central dos IHGs em divulgar e preservar fatos e personagens da história nacional alia-se cada vez mais aos esforços de se fazer conhecer também a história da sua cidade, do seu Estado, da sua região. (FREITAS, 2007, p. 24).

O fortalecimento dos discursos regionalistas, nos meios artísticos e literários, traz à tona a ideia de que homogeneidade cultural e a unidade nacional brasileira só serão mantidas com o reconhecimento das especificidades e diversidades regionais. “A idéia de região acaba por sustentar a própria representação de território e de História Pátria, como um claro elogio à unidade nacional à medida que se defendia a sobreposição da unidade na diversidade.” (FREITAS, 2007, p. 22).

A criação do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará, como foi inicialmente chamado o IHGP, em 03 de maio de 1900, estava no rol das comemorações festivas do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, incluído pelo governo estadual de Paes de Carvalho. As preparações dos festejos foram feitas em sessões realizadas em 29 de março e 27 de abril de 1900, nesta última presidida por Arthur Vianna¹⁰, foi deliberado sobre a solenidade de instalação do IHGP, a programação do evento, além do representante do

¹⁰ **Arthur Octávio Nobre Vianna** (1873-1911), sócio fundador do IHGP, nasceu em Belém, estudou no Lyceu Paraense, diplomou-se em Farmácia pela antiga Escola de Farmácia do Pará, de 1899 a 1906 foi diretor do Arquivo Público do Pará, grande pesquisador, soube como se valer dos documentos presentes na instituição para seus estudos. Tinha fortes ligações políticas na gestão de Antonio Lemos, de quem era amigo pessoal. (SARGES, 2002).

IHGP perante a comissão central do centenário brasileiro, o nome seria do paraense José Veríssimo. (RIHGP, 1900).

Às vinte horas do dia 03 de maio, no Teatro da Paz, é dado início os trabalhos da tão esperada sessão comemorativa presidida por Henrique Santa Rosa¹¹, que instalou associações paraenses importantes como a Liga Humanitária, a Academia Paraense de Letras (APL) e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará. As duas últimas associações tinham muitas similaridades, pois vários intelectuais paraenses, em busca de espaço e reconhecimento, pertenciam as duas associações, como Ignácio Moura¹² e o próprio Henrique Santa Rosa, membro da Academia Paraense de Letras¹³ e primeiro Vice-presidente do Instituto. (RIHGP, 1900).

Nesse primeiro momento não houve uma atuação efetiva do IHGP e seus intelectuais, preocupados e envolvidos sempre em diversas atividades ou vinculados mais ativamente na APL, o que levou ao seu desaparecimento nos anos subsequentes.

Com a Academia Paraense de Letras, também surgiu o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, instalado na mesma sessão do dia 3 de maio de 1900. A estrutura era diferente, os sócios admitidos mediante proposta. O número de fundadores elevava-se a 56, muitos fazendo parte dos quadros da Academia Paraense de Letras. No ano de 1917, em 6 de março foi o instituto reinstalado, os estatutos reformados, novos sócios admitidos na qualidade de fundadores, elevando o número para 74. Foram criadas as Cadeiras e seus Patronos, em número de 40, a substituição feita em caso de vacância, geralmente por morte do titular. (MEIRA et al., 1990, p. 113).

O primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Pará foi Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará¹⁴ (1830-1912) importante historiador da Amazônia no século XIX.

¹¹ **Henrique Américo Santa Rosa** (1860-1933), nascido na Capital paraense, Geógrafo e Historiador, Engenheiro e Professor, ocupou a cadeira de Gramática Filosofia da Língua Nacional do Liceu Paraense, onde foi por duas vezes diretor, logo após foi nomeado a cadeira de Língua Nacional da Escola Normal. (FREITAS, 2007; MORAES, T., 2009).

¹² **Ignácio Baptista de Moura** (1857-1929), Cametaense, militante da causa republicana e Abolicionista, foi um dos primeiros paraenses a produzir cartilhas escolares, em 1911 torna-se professor catedrático de aritmética e álgebra do Gynásio Paes de Carvalho. Organizador das festas em comemoração ao Tricentenário de Belém e diversas mostras, exposições de arte, literatura e História, à frente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, (FREITAS, 2007; MORAES, T., op. cit).

¹³ A nível nacional havia uma disputa velada entre os homens de ciência e os homens de Letras, como a que ocorreu entre Silvio Romero e Machado de Assis. (SCHWARCZ, 1993).

¹⁴ **Domingos Antônio Raiol**, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocupou cargos políticos importantes no Império, foi correspondente de instituições científicas no Brasil e no exterior. O Barão do Guajará foi dono de uma vasta produção historiográfica, mais entre as mais notórias estão os seus *Motins Políticos*, obra de cinco tomos publicada

Era em sua residência, um sobrado colonial que faz parte do centro histórico de Belém, que aconteciam as reuniões do Instituto Paraense e de outras associações congêneres. Somente em 1942, a residência do Barão de Guajará foi doada pela prefeitura de Belém para servir de sede social do IHGP, na gestão do professor Abelardo Condurú.

O IHGP, logo nos primeiros anos de sua fundação, se desestrutura e vai ser reinstalado somente em 1917, como parte integrante das ações em que a intelectualidade local estava envolvida em comemoração ao tricentenário de Belém, período em que foram realizados desfiles públicos, publicação de documentos, festivais, exposições, construções de monumentos e congressos, em prol dessa data festiva.

Somente a partir de sua reinstalação, o IHGP vai ganhar notoriedade, tornando-se uma das instituições mais atuantes na vida político-intelectual do Pará. Esta data, mais especificamente seis de março de 1917, passa a ser considerada como o marco fundador da instituição por seus membros.

A reinstalação ou refundação do Instituto paraense torna-se uma necessidade da intelectualidade local, motivada pelo clima instaurado durante a organização da programação cívica em comemoração ao tricentenário de Belém, marcada para dezembro de 1915 e janeiro de 1916. Dentre as personalidades que compunham o comitê patriótico para a organização dos festejos estavam Palma Muniz¹⁵, Theodoro Braga¹⁶, Henrique Santa Rosa e Ignácio Moura, entre outros.

Com intuito de estudar, rememorar e reconstituir o passado, atentando-se para as especificidades da História local, a reinstalação do IHGP desejosa pela intelectualidade paraense, é feita em solenidade presidida pelo governador do Estado Lauro Nina Sodré, tendo Ignácio Moura como presidente da agremiação.

Começamos por um punhado de espíritos intrépidos reunidos no salão do Grêmio Literário Português, na noite de 26 de fevereiro do ano passado e, após duas sessões preparatórias resolvemos fundar o Instituto histórico e Geográfico do Pará, na noite 6 de março, solenizando por essa forma o

entre 1860 e 1890, referência no estudo do movimento Cabano no Pará, e a outra é *História Colonial do Pará*, que escreveu um pouco antes de sua morte em 1912, ficando inacabada. (RICCI, 2002).

¹⁵ **João Palma Muniz (1873-1927)**, sócio-fundador do IHGP, esse paraense de Vigia ganha grande destaque nas letras paraenses como Engenheiro Civil, geógrafo e historiador. Estudou humanidades e matérias técnicas na escola Politécnica do Rio. Dono de uma produção intelectual intensa e intimamente ligada a sua atuação na esfera pública, em instituições, na contribuição de eventos e debates públicos. (FREITAS, op. cit; MORAES, T., op. cit.).

¹⁶ Nos deteremos na vida, obra e produção de Theodoro Braga(1872-1953) no próximo capítulo.

primeiro centenário da Revolução Pernambucana de 1817. (MOURA,1918, p. 231).

A escolha de 1917, como data “fundadora” foi importante para a afirmação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará como uma instituição republicana e cívica, evidenciando os sacrifícios e a incessante luta dos heróis e mártires da Revolução Pernambucana e sua importância para o fim do Império e o advento da República. Assim, a escolha dessa efeméride, aceita quase que de forma unânime por seus intelectuais, demonstra a necessidade de criar um mito de origem para a instituição, tornando a sessão um ato patriótico e político. Como nos mostra o trecho do pronunciamento de Ignácio de Moura em 1917, na solenidade de fundação do IHGP no Teatro da Paz.

A intelectualidade amazônica age, neste momento, sob o impulso do patriotismo para comemorar a data centenária da Revolução Pernambucana que nos trouxe a alvorada da Independência e da República, fundando nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará [...] o brado dos patriotas pernambucanos a 6 de março de 1817, no campo do Erário, constituiu a verdadeira interpretação do thema democrático: emancipação com a República. [...] felicitamos aqueles povos heróicos, nas suas campinas extensas, nas suas grotas profundas e nos seus brejos fertilizadores, nos seus heroes e nos seus martyres, percursores da idéia republicana que formam hoje o nosso culto. (MOURA, 1917, p. 3,5).

A Revolução Pernambucana abriu, segundo a crença na época, caminhos para a independência, criando os primeiros alicerces para a instalação da República. Assim sendo, a vinculação da instalação do Instituto paraense a esta data daria o status necessário de associação científico-cultural fiel aos princípios republicanos, forjando uma identidade una e homogênea entre seus membros. (GUIMARÃES, 1999; 2005).

O IHGP teve uma acolhida entusiasmada pela intelectualidade local e personalidades de destaque político e econômico do Estado, entre os quais, o governador Lauro Sodré, que por diversas vezes manifestou seu apoio a nova instituição, sendo homenageado posteriormente por seus intelectuais, recebendo o título de Presidente de Honra da associação. A Imprensa registrou maciçamente o nascimento da nova agremiação como um acontecimento notável na sociedade paraense, corroborando com sua afirmação no cenário local como instituição eminentemente republicana.

O escudo do IHGP, elaborado por Theodoro Braga, ratifica o 6 de março de 1917 como data fundadora, e evidencia os marcos da constituição do Brasil como nação: 1500 como marco de origem de nossa formação histórica, a independência em 1822, e a

proclamação do regime republicano em 1889, que respaldado pelos cânones da ciência, era condição necessária a nossa evolução político social e ao progresso nacional.



Imagem 3: Escudo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, de autoria de Theodoro Braga.

Fonte: RÊGO, Clóvis Moraes. *Theodoro Braga: historiador e artista*. Belém: SECULT, 1974.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará era por si só uma tentativa de evidenciar a capacidade de inserção, da Amazônia e do Pará, no projeto nacional de civilização, na medida em que provava sua capacidade de manter uma instituição de ciência e saber. Nessa perspectiva, instituições como o IHGP viria dar traços de civilidade a cidade, não só como um instrumento para a modernização, mas como sinal efetivo de inserção do Estado em um processo nacional em andamento.

O discurso pela fundação em 1917, não ecoaram de forma unânime, intelectuais como Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, que havia participado da fundação do Instituto em 1900, representou o discurso que defendeu a permanência da memória de sua fundação em 1900, e conseqüentemente sua refundação em 1917, alegando não ser cabível ir contra a veracidade dos fatos. Bento Aranha mobilizou a imprensa local e reuniu provas da fundação da associação em 1900, apesar dos esforços empreendidos, os sócios do IHGP optaram por reinventar um passado, ideia liderada pelo Velho Ignácio de Moura. Bento Aranha, se fez presente, de todo modo, na solenidade de criação do IHGP, assinando inclusive a ata de instalação da agremiação. (FREITAS, 2007; MORAES, T., 2009).

Entre os intelectuais que participaram dos dois momentos de fundação da agremiação, podemos citar o próprio Ignácio de Moura, que liderou o discurso de fundação, Bento Aranha, Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Hygino Amanajás. Somente em 1960, foi rescrita a História da Instituição, por seus membros, considerando a data de 1917 como reinstalação e a de 1900 como a verdadeira fundação da agremiação.

Sua diretoria estava organizada com a figura de um diretor e um vice; primeiro e segundo secretários; orador e tesoureiro. Tinha ainda comissões de atividades, tais como: a de Pesquisa de Documentos, Geografia e Etnografia, História e Arqueologia, Admissão de Sócios, Redação e de Finanças. As reuniões, em 1917, aconteciam inicialmente no salão de honra da Associação da Imprensa, localizada na praça da República nº 34. A seguir apresentamos o quadro diretor do IHGP em 1900 e 1917.

QUADRO DIRETOR DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO	
DIRETORIA 1900	DIRETORIA 1917
Presidente: Barão do Guajará	Presidente: Engenheiro Baptista de Moura
Vice presidente: Dr. Henrique Santa Rosa	Vice presidente: Dr. Henrique Santa Rosa
1º secretário: Arthur Vianna	1º secretário: Engenheiro João de Palma Muniz
2º secretário: Francisco Ferreira de Vilhena Alves	2º secretário: Dr. Joaquim de Arruda Falcão
Orador: Dr. José Olyntho Barroso Rabello	Orador: Dr. Luiz Estevão de oliveira
Tesoureiro: Dr. Bento Miranda	Tesoureiro: José Joaquim Pinto de Araujo

Quadro 1: Quadro diretor do Instituto Histórico e Geográfico.

Fonte: RIHGP, 1900, p.2; RIHGP, 1917, p.1

O IHGP, com uma estrutura organizacional influenciada pelo modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha seus sócios distribuídos nas seguintes categorias: os fundadores, os efetivos, os correspondentes, os honorários e os beneméritos. A categoria de

fundadores, única que não possuía correspondente no Instituto nacional, foi uma classificação especialmente criada para os que assinaram a ata de fundação do Instituto paraense, prevista no estatuto de 1900 e 1917. (RIHGP, 1900; RIHGP, 1917).

As categorias citadas eram as principais a compor o IHGP, sendo caracterizado como Sócios Efetivos aqueles que dedicados aos estudos de Geografia, História e ciências correlatas, e desejosos de contribuir com as atividades do Instituto paraense, residissem no Estado e frequentassem as reuniões da agremiação. A condição de Sócio Correspondente era dada àqueles, que tendo todas as condições exigidas para se tornar efetivo, residissem fora do Estado, sendo um representante em outras capitais. O título de Sócio Honorário era concedido a personalidades ilustres da sociedade ou figura de elevado saber, título atribuído pelos demais membros do IHGP em assembleia. Outro grupo previsto era o dos Sócios Beneméritos, concedidos aos cidadãos que contribuíssem com atos de benemerência com a agremiação.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP), *locus* de profusão das ideias da intelectualidade local, que já havia veiculado seus primeiros números em 1900, volta a circular em 1917 de forma irregular, financiada graças aos poucos recursos materiais disponíveis para publicação. O primeiro ano de publicação da revista foi considerado como 1917, graças ao predomínio dos discursos de fundação do IHGP nesta data, desconsiderando qualquer memória ou documento que remetesse a anos anteriores.

REVISTAS DO IHGP (PRODUÇÕES)						
	1900 Nº: I, II, III	1917	1918	1920	1923	1926
Conferências, discursos ou palestras	2	1	-	2	1	1
Trabalhos Históricos, Historiográficos	6	5	6	7	6	8
Biografias	3	2	3	2	1	3

Transcrição de documentos e Análise de obras	2	3	2	2	-	1
Atos, atas, relatórios e regimento do Instituto	3	2	3	6	1	1

Quadro 2: Revista do IHGP (produções)

Fonte: RIHGP, 1900-1926

No quadro acima, podemos observar a periodicidade das publicações do Instituto paraense e suas temáticas. Na revista, podemos encontrar resenhas, biografias, relatórios de atividades, relatório de governo, atas, conferências, homenagens aos grandes vultos da História nacional e regional, além de vários trabalhos em várias áreas de interesse. Outro tópico importante das publicações do Instituto além dos discursos proferidos por seus membros, relatórios e atas reveladoras das atividades da agremiação e seus sócios, são transcrições de importantes documentos históricos.

A RHIGP tinha por finalidade dar um estatuto de cientificidade ao IHGP, proporcionando o reconhecimento de suas produções em nível nacional e internacional, e facilitando o intercâmbio com instituições similares. A referida revista era composta por uma comissão de redação a quem cabia revisar e selecionar as temáticas, e trabalhos a serem publicados. Os temas variados perpassavam especialmente por estudos históricos, geográficos, antropológicos e biográficos.

3.2- O Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Guardião de uma História Regional e Nacional

1º promover o estudo, animar o desenvolvimento e fazer a difusão do conhecimento da Geografia e da História em todos os seus ramos, e em suas aplicações a vida social, política e econômica especializando trabalhos no que se refere ao Estado do Pará. 2º Reunir, concatenar, publicar ou archivar documentos e trabalhos da geographia, historia, Ethnographia e Archeologia do Brasil e especialmente do Pará. (RHIGP, 1917, s/p).

Em seu estatuto de 1917, o IHGP deixa claro seus principais objetivos. Com pretensões de construir uma História local e nacional, recriar um passado, organizar fatos e eventos dotando-lhes de um caráter científico, os intelectuais do IHGP debruçavam-se em documentos e monumentos, na busca de uma pretensa verdade histórica, como na averiguação, por determinação do governador, da verdade histórica das manchas existentes na Igreja do Carmo, que segundo Paulino de Brito seria de sangue remontando a um fato da Cabanagem¹⁷.

O que se pode entender por verdade histórica que mais seja a explanação succinta dum facto como são, e clareza os antecedentes que germinaram e condicionam o movimento, de que elle, o facto, é expressão viva, e as conseqüências lógicas coletadas por seus auctores, resultado dahi o conhecimento perfeito e exacto. (BESSA, 1917, p. 80).

Escrever História, nesse sentido, constituía um ato de garimpar documentos, preciosidades e selecionar fatos, que se acreditava, com isenção própria dos especialistas e revestido de cientificidade. As temáticas abordadas predominantes eram de caráter político, como a Cabanagem, a Colonização do Grão-Pará ou a Adesão dos Municípios Paraenses a Independência, além dos problemas da nação, do Pará e suas gentes. O Pará tomava parte dos debates sobre os problemas do momento e as incertezas do futuro, e lançava-se sobre sua própria História. Palma Muniz, em reunião do instituto paraense ressalta essa necessidade constante.

Faz sentir a necessidade urgente de estudar profundamente a História do Pará, ainda por se fazer, embora os doutos trabalhos de Barredo, Barata e Raiol e outros já muitos subsídios tenham trazidos para esse fim, nenhum núcleo melhor que o nosso Instituto precisa ser solidamente construído, edifício que honra nossos antepassados e ensinamento aos vindouros. (RHIGP, 1920, p. 376).

Falando do ofício, do acolhimento que tem recebido no Instituto paraense por seus membros, dos esforços empreendidos no Estado, e ressaltando a importância dos estudos de História para elucidar fatos da História regional, Américo Santa Rosa, em discurso proferido em sessão solene, afirma:

¹⁷ A Sociedade Médico Cirúrgica do Estado do Pará foi encarregada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará pela análise das manchas na Igreja do Carmo, concluindo, em parecer publicado nas páginas da RIHGP, não serem manchas de formação sanguínea. (RHIGP, 1918, p. 229).

E este o exclusivo, ou o maior premio, que podemos aspirar neste labor abnegado, em que só culmina o interesse patriótico do devotamento pela pátria e do culto que deve ser tributado aos que por ella não tem poupado esforços e sacrificios. [...] Varias publicações que tem apparecido, nos últimos tempos, como fructos amadurecidos de investigação cuidadosas, e o prodigioso concurso de monographias e memórias eruditas, apresentadas aos differentes congressos realizados dentro do paiz, com referencia a sua história, a geographia e a ethnographia. Não se pode negar a dificuldade que, para a recomposição dos factos históricos, deriva do extravio de documentos, apesar do relativamente curto período de nossa existência civilisada, sem que, por isso, se faça impossivel explica-los no seu conjuncto, com apreciação justa da epocha e do meio, e analyse meditada dos accidentes e dos factores. [...] A serenidade que requer o julgamento da história resulta da calma que pode assistir a apreciação dos factos, quando o decorrer dos tempos tem afastado de sobre elle os elementos perturbadores de uma visão nítida. [...] E neste sentido que devem convergir os nossos esforços nesta associação, procurando elucidar factos que ainda se encontram por demais obscurecidos em nossa história, e verificando se tem sido bem julgados outros que hão contribuído para a condemnação de seus agentes, sem exame detalhado das circumstancias que hajam influído para a sua paralisação. (RIHGP, 1923, p. 603, 604, 605).

Em 1918, em comemoração ao seu primeiro aniversário, o IHGP inaugura uma Galeria Histórica, composta por vários retratos de homens notáveis na História política do Pará, para esse fim, foram reunidas setenta telas dos mais diversos artistas. O catálogo da exposição foi impresso juntamente com traços biográficos desses homens ilustres, como nos revela o relatório do Instituto Histórico e Geográfico, proferido por Ignácio de Moura aos seus consórcios neste mesmo ano.

Essa galeria não é só formada de filhos de nossa terra, mais de vários nacionais ou estrangeiros, que com sua energia, seu patriotismo e talento, trabalharam algures para o desenvolvimento do Estado, que agora lhes prestam, pelo nosso intermédio, merecida homenagem as suas virtudes [...] recomendamos a todos os nossos concidadãos que não deixem de visitar demoradamente essa galeria de homens notáveis, procurando estudar-lhes os caracteres e imitar-lhes os exemplos. (MOURA, 1918, p. 235).

Foram escolhidas 70 personalidades que se destacaram na vida política e social do Brasil e do Pará, até o final do XIX, biografados geralmente por historiadores membros da agremiação. Entre esses ilustres estavam: Pe. Antônio Vieira, Barão do Guajará, Antônio Baena, Carlos Gomes, General Gurjão, Soares Carneiro, Dr. Américo Santa Rosa, Tenreiro

Aranha, Arthur Vianna, José Veríssimo, Ferreira Penna, Jaques Huber, Juvenal Tavares, João de Deus do Rego, D. Romualdo Coelho, D. Macedo Costa e outros¹⁸.

Em um contexto de afirmação do regime republicano, e ante a necessidade de criar uma identidade regional e nacional, o IHGP, suas ações e ideias circundantes, ligadas geralmente a oficialidade local, vão dar legitimidade ao regime. Essa busca é tarefa necessária da intelectualidade republicana ante os desencantos com o novo regime e a necessidade de fazê-lo cair no gosto da população. (COELHO, 2002).

As primeiras décadas do século XX, em meio à efervescência intelectual, houve um grande movimento de reafirmação dos sentimentos cívicos e um interesse crescente pelas questões nacionais. O 15 de novembro e o triunfar da república, no Brasil e no Pará, trouxe a necessidade de repensar a História e nosso passado, na tentativa de responder aos problemas nacionais e aos desafios de futuro, que se impunham com a instabilidade do novo regime e com as profundas transformações na sociedade brasileira.

Nesse sentido, heróis¹⁹ são criados e outros desconstruídos, ao sabor dos novos interesses políticos em jogo, como nos mostra as argumentações de Raymundo José Martins Bessa, nas páginas da RIHGP, sobre a legitimidade de José Bonifácio ser chamado de patrono da independência, questionando quais ações teve na formação do espírito nacional, e na busca pela emancipação política. Bessa advoga pela correção desse erro histórico, que segundo ele, se aprende nos compêndios didáticos desde criança e depois será repetido por toda a vida, não só por mestres, mas por toda a nação.

Se realmente Jose Bonifácio era tão liberal, para ficar como o grande patrocinador das ideais libertárias no Brasil, como admitir que esse homem se achava: o orador do tão falado panegyrico a D. Maria I, cujo nome ficou tinto e manchado do sangue do martyr da liberdade, o patrício que fica impassível e indiferente a sorte dos pernambucanos, seus irmãos de 1917, batalhadores daquella santo ideal, o partidário da aliança do Brasil a Portugal a só reino unido, o adversário da reunião da Assembléia Nacional Brasileira, que era a expressão mais bela e evidente da nossa emancipação política. (BÉSSA, 1917, p. 90).

¹⁸ Sobre a Galeria e seus notáveis ver: Catálogo da primeira série de uma Galeria Histórica. Belém: Typ. Official, 1918; e também o artigo de Aldrin Moura de Figueiredo: Panteão da História, Oratório da Nação: O simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos. In: NEVES, Fernando Arthur & LIMA, Maria Roseane (orgs.), *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, 545-559.

¹⁹ “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referências, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto a seus heróis e não possua seu panteão cívico”. (CARVALHO, 2011, p. 55).

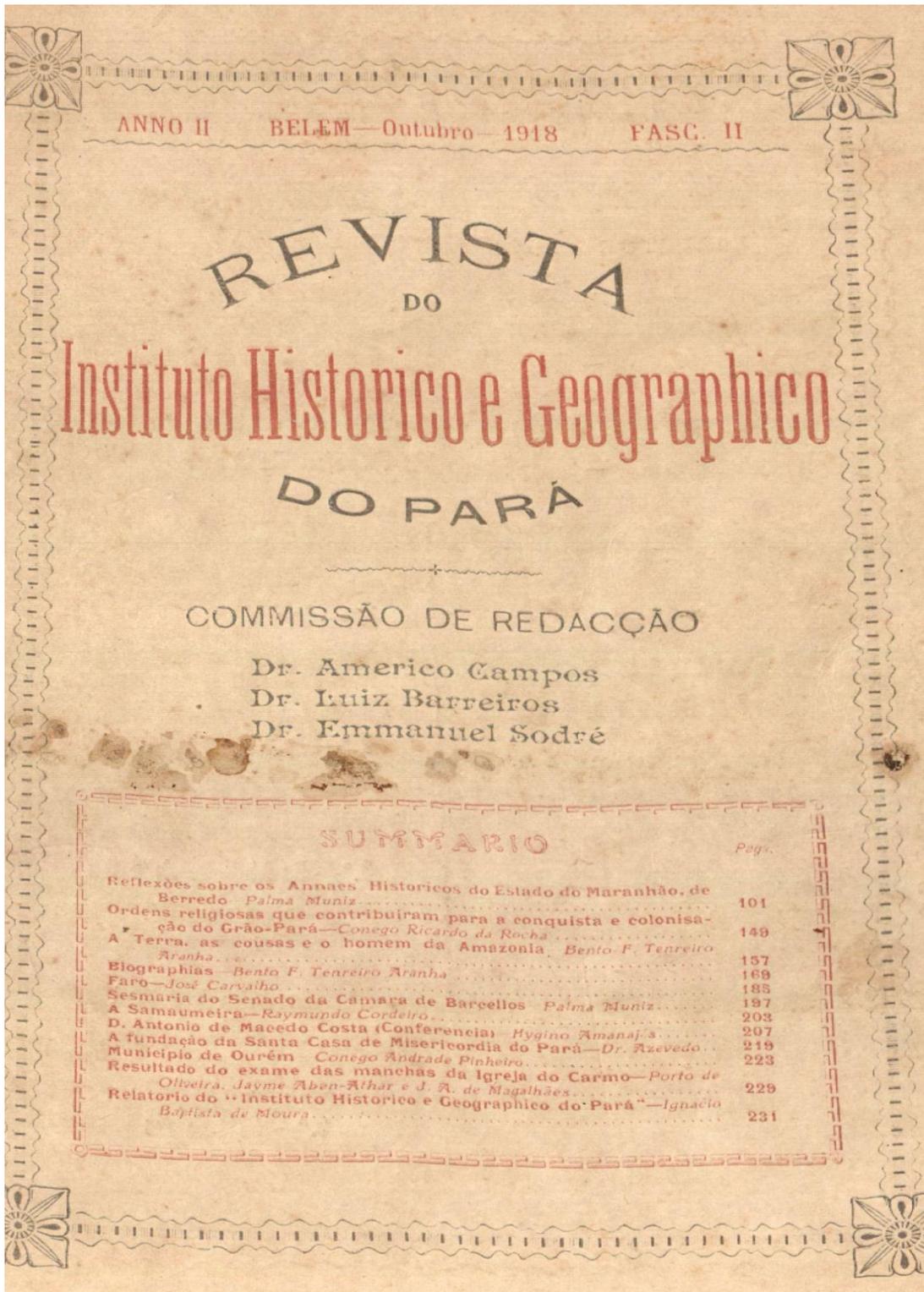


Imagem 4: Volume do primeiro aniversário da revista, lógica adotada em afirmação da origem do Instituto paraense em 1917.

Fonte: RIHGP, 1918.

Como uma instituição criada para construção de mitos de origem e para invenção de tradições, em uma sociedade sedenta por símbolos e heróis, o IHGP, como instituição legitimadora das ideias da elite local, será o *lugar* privilegiado de onde se fala do Pará, sua História e suas gentes, de onde a identidade nacional e amazônica seria delineada em seu aspecto físico (geográfico) e social (histórico). Esse *lugar* da produção historiográfica, pautada pela imparcialidade e farta pesquisa documental para a construção de uma memória histórica, será fundamental para a concepção de história construída, legitimando as ações e produções desses intelectuais. (DE CERTEAU, 1982).

O IHGP agregou diversos intelectuais, entre eles o Barão do Guajará, primeiro presidente da agremiação, Arthur Vianna, anteriormente citado, Theodoro Braga, Hygino Amanajás, Henrique Américo Santa Rosa, Ignácio Moura, Palma Muniz, antenados e muitos participantes dos debates republicanos sobre as questões nacionais, os males da nação, em que as mudanças viriam através da educação, debates caros a homens da geração de 1870.

A educação e disciplinas como a História e a Geografia seriam os meios pelos quais as ideias ou visões de República extrapolariam o mundo circunscrito das elites, alcançando um número maior de pessoas, contribuindo decisivamente para a afirmação de imagens, alegorias, símbolos, rituais e mitos referentes ao novo regime, que utilizados pela educação pública modelaria o novo cidadão republicano²⁰. (COELHO, 2002; CARVALHO, 2011).

Sintonizados com o processo civilizador, esses homens viam a educação como elemento fundamental para colocar o país rumo à modernidade, ela daria as massas populares a regeneração necessária e a preparação para o mercado de trabalho, no quadro que se apresentava de formação do mundo urbano e industrial da virada do XIX para o XX. A escola ia inculcar valores de disciplina e controle ao cidadão, de ordem como essencial ao progresso da nação. (NASCIMENTO, 1997).

Abaixo a relação dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, que participaram de sua fundação em 1900 e “refundação” em 1917, quadro diversificado e bastante heterogêneo que agregou políticos, professores, médicos, engenheiros, advogados, cônegos, militares, geógrafos e historiadores. Esses homens, como verdadeiros polígrafos transitavam entre diversos campos e saberes:

²⁰ Segundo José Murilo de Carvalho os símbolos, alegorias e mitos só se afirmam socialmente quando há um terreno sócio-cultural em que possam se alimentar. “Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo”. (CARVALHO, 2011. p.89).

QUADRO 3: SÓCIOS FUNDADORES DO IHGP EM 1900

1-Augusto Olympio de Araujo e Souza	23-Flávio Braule Cardoso (Dr)	45-Raymundo Bertholdo Nunes
2-Antonio Firmo Dias Cardoso (Dr.)	24-Felippe Duarte (Commandante)	46-Raymundo Melchiades Alvares da Costa (Dr.)
3-Armando Gentil	25-Francisco José de Salles	47-Raymundo Cyriaco Alves da Cunha (Tenente Coronel)
4-Alfredo Sérgio Ferreira (Dr)	26-Francisco de Paula Pinheiro (Dr.	48-Sabino Henriques Luz
5-Antonio Passos de Miranda (Dr.)	27-Gentil Augusto Bittencourt (Dr.)	49- Thomaz Cavalcante (Major)
6-Antonio da Costa e Silva	28-Genuino Amazonas de Figueiredo	50-Theodoro de Brito Pontes (Dr.)
7-Aureliano Pinto de Lima Guedes	29-Henrique Américo Santa Rosa (Dr	51-Virgílio Cardoso de Oliveira (Dr.)
8-Antonio José de Lemos (Senador)	30-Hygino Amanajás (Deputado)	52-Victor Manuel de Azevedo Barranca
9-Arthur Vianna	31-Ignácio Baptista de Moura (Dr	EFETIVOS:
10-Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha	32-Justo Leite Chermont (Dr)	Bento Miranda (Dr.)
11-Bento Miranda (Dr.)	33- João Ferreira de Andrade Muniz	Barão de Guajará (Dr.)
12-Celestino Ferreira (Professor)	34- José Olyntho Barroso Rabello (Dr.)	José Barbosa Rodrigues (Dr.)
13-Domingos Maltez (Monsenhor)	35-Justiniano Serpa (Dr.)	Manuel de Moraes Bittencourt (Dr.)
14-Domiciano Herculano Perdigão Cardoso (Conego)	36- Jacques Hurber (Dr.)	
15-Emílio Goeldi (Dr.)	37- João Luiz de La-Rocque	
16-Enéas Martins (Dr)	38- João de Palma Muniz (Dr.)	
17-Estephanio Barroso (Dr.)	39-Luiz Demétrio Juvenal Tavares	
18-Ernesto de Vasconcelos Chaves	40- Lourenço Valente do Couto	
19-Euphrosino Pantaleão Nery (Dr.)	41-Manuel de Miranda Simões	
20-Eládio Lima (Dr.)	42-Mizael Corrêa Seixas	
21-Estephanio Francisco da Silva	43-Manuel Ignácio da Cunha	
22-Francisco Ferreira de Vilhena Alves	44-Otávio Pires (Professor)	

Quadro 3: Quadro de sócios fundadores do IHGP

Fonte: RIHGP, 1900, p. 168 e 169.

SÓCIOS FUNDADORES DO IHGP EM 1917

1- Abel da Gama Abreu Chermont (Dr.)	26- Henrique Américo Santa Rosa	52- Moreira de Castro
2- Aldebaro de Albuquerque (Dr)	27- Ignácio Baptista de Moura (Dr.)	53- Moreira dos Santos
3- Álvaro Antônio Pires	28- Ignácio Gonçalves Nogueira	54- Manuel Braga Ribeiro (Prof)
4- Américo Dantas Ribeiro (Dr)	29- João Pereira de Castro	55- Manuel Dias Maia (Prof)
5- Américo Gonçalves Campos (Dr)	30- João Alfredo de Mendonça	56- Manuel Manços da Silva Vilaça
6- Antenor Cavalcante (Dr)	31- João Baptista Cearense Cylleno	57- Manuel Valente Cordeiro
7- P. Antônio Cândido da Rocha	32- João Baptista de Moura Carvalho	58- Manuel Luiz de Paiva (Prof)
8- Antonio Martins Pinheiro (Dr.)	33- João Caetano Barreto	59- Napoleão Simões de Oliveira
9- Angyone Costa	34- João de Palma Muniz (Dr.)	60- Nunes Pereira
10- Augusto de Matos Pereira	35- João Baptista Pena de Carvalho	61- Nilo Bptista Vieira
11- Augusto Ferreira	36- Joaquim de Arruda Falcão (Dr.)	62- Ophir Pinto Loyola (Dr)
12- Benedito Duarte Soeiro	37- José Alves Maia (Dr.)	63- Pedro de Almeida Genú
13- Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha	38- José de Castro Figueiredo (prof.)	64- Raimundo Bertoldo Nunes (Prof)
14- Constantino E. Wan-Meyl	39- José Coutinho de Oliveira	65- Raimundo Ciríaco Alves da Cunha
15- Eládio de Amorim Lima (Dr).	40- José Dias da Rocha	66- Raimundo Fernandes
16- Emanuel de Almeida Sodré (Dr.)	41- José Eustachio de Azevedo	67- Raimundo José Martins Bessa
17- Eduardo Pinto	42- José Joaquim Pereira de Araújo	68- C�nego Raimundo Ulisses Penafort
18- Enéias Calandrine Pinheiro	43- José Maria Leone	69- Theodoro Braga (Dr.)
19- Ezequiel Antunes de Oliveira	44- Justos H. Nelson	70- Saturino G. Fernandes
20- Francisco Carib�e da Rocha	45- Lauro Chaves (Dr.)	71- José José Monteiro de Paiva
21- Genaro Pontes Souza	46- Ludgero de Azevedo	
22- Gilberto da Silveira Moreira	47- Luiz Barreiros	
23- Heráclito Ferreira	48- Luiz Estevão de Oliveira (Dr.)	
24- Honorato de Castro Figueiras	49- Lauro Nina Sodré e Silva (Dr.)	
25- Hygino Amanajás (Dr.)	50- Lucidio Freitas (Dr.)	
	51- Luiz Lobo (Dr.)	

Quadro 4: Sócios Fundadores do IHGP em 1917

Fonte: RHIGP, 1917, p. 1,2.

O Pará se faria moderno e civilizado na medida em que entendesse sua própria História e a História da nação, essa percepção era clara nos pronunciamentos dos membros do IHGP, em que o passado deveria ser usado pedagogicamente pela sociedade presente. O uso exemplar e pedagógico da História, compreendendo o passado e o presente para não comprometer a marcha do progresso social, eram princípios caros a quem estava ocupado com a tarefa de escrever a História. Nessa perspectiva, era necessário encaminhar a mocidade e o povo ao estudo do civismo, evocando o passado e fixando-se as bases para o futuro através do culto dos nossos heróis e mártires, que contribuíram de forma abnegada para o futuro da nação.

A História, aliada aos estudos da Geografia, seria fundamental para a *elevação moral de um povo*, e como *mestra da vida*, será responsável pela veiculação de valores exemplarmente seguidos no presente, imprescindíveis para o progresso social em curso.

É por isso que os estudos da história e da geografia confraternizadas, quase em uma só ciência vai se tornando necessário e imprescindível para a análise social de um povo, estabelecendo os coeficientes necessários para o seu desenvolvimento e para a sua elevação futura. (RIHGP, 1917, p. 4,5).

Guardião da História do Pará e do Brasil, e de um tipo de memória e de História, o IHGP e seu olhar sobre o passado passaram a ser veiculados não só na RIHGP, mas também nos livros didáticos oficiais que circulavam em Belém nas primeiras décadas do século XX. A exemplo de seu par nacional, muitos intelectuais do IHGP se dedicaram a tarefa de elaboração desses compêndios, concernentes com o projeto patriótico dos Institutos de maneira geral (FERNANDES, 2005; BRANCO, MALACARNE 2008).

No próximo subitem nos deteremos no levantamento das produções didáticas dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, e na importância dessa produção no Pará no final do século XIX e anos iniciais do XX.

3.3- Os Intelectuais do Instituto e os Manuais Didáticos no Pará

Vários intelectuais do IHGP, historiador de ofício (ocupando a cadeira do Instituto), ligados à oficialidade local (ocupando muitas vezes cargos importantes no governo) e exercendo o magistério, se ocuparam da elaboração de manuais didáticos. Como homens de ciência, viam nos livros e compêndios escolares meio fundamental para atingir a juventude, carente de ensinamentos pátrios e de princípios morais.

Vamos ao mapeamento, neste item, da produção didática de alguns intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará que circularam em Belém e no Pará no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX, levantamento feito na Biblioteca Pública Arthur Vianna, Seção de Obras Raras, onde alguns livros citados estão disponíveis.

A efervescência cultural gerada pelo surto econômico da borracha influenciou indiscutivelmente a produção didática no Pará, e início do século XX, com uma grande diversidade de livrarias e de gráficas, inclusive estrangeiras, especialmente francesas e portuguesas que por aqui circulavam. Foi expressiva, no entanto, a produção e editoração de livros didáticos de autores paraenses, em um contexto educacional profícuo de ampliação do ensino público e inauguração de vários grupos escolares, como Veríssimo (1901), Rui Barbosa (1902). Entre as firmas editoriais mais expressivas, podemos citar: Taveira & Serra; Pinto Barbosa & Cia; A Loiola; A Porto de Oliveira & Cia; E a mais representativa entre elas, a Livraria Clássica (1855), que teve seu apogeu editorial vinculada a firma J.B. dos Santos & Cia, responsável em publicar inúmeras obras didáticas neste período; além das oficiais, como Instituto Lauro Sodré e Imprensa Oficial.(MOREIRA,1989; COELHO, M., 2004).

O mercado editorial, de obras didáticas no Pará, teve seu ápice entre final do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, período em que se fez sentir com mais vigor a crise econômica e o conseqüente fim da Belle Epoque paraense. Nesse sentido, é importante destacar, que esses livros foram fruto de condições de produção específicas, que vão determinar estratégias de criação, estrutura, tamanho dos parágrafos, capítulos. Entre eles podemos destacar as produções de:

1- Hygino Amanjás, educador e político paraense, elaborou várias obras didáticas importantes. Além da obra *Alma e coração* (1900), que será analisada no próximo capítulo, publicou pela tipografia do Diário Oficial *Noções de Educação Cívica* (1898), publicação voltada *para uso das escolas primárias do Pará*, em que apresenta pequenos textos com conceitos de pátria, constituição, direitos e deveres do cidadão, símbolos pátrios, e a divisão dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

2- Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, professor normalista titulado em 1878, e autor de obras didáticas, tendo destaque para obra *Geographia Especial do Pará*, voltada para o uso das escolas primárias do Pará, essa obra foi publicada em 1894 pela typografia V Travessa; e *Paraenses Illustres*, publicado em 1890, foi reeditado em 1900 pela Editores J.B. dos Santos e Cia. Na primeira Cyriaco faz uma apresentação do Estado do Pará como suas vilas, cidades, hidrografia, vegetação e limites geográficos. A segunda obra é um importante livro composto

por biografias de homens de grande expressão no Pará, nas mais diversas áreas, grandes militares, políticos e nomes de expressão na literatura paraense.

3- Theodoro da Silva Braga, pintor e historiador, é outro autor importante, que terá sua obra *Apostilas de História do Pará (1915)* analisada no próximo capítulo. Publicou também, pela editora Melhoramentos de São Paulo, *História do Pará: Recurso didático (1931)*, obra ilustrada com inúmeras iconografias representando os vultos da História do Pará e seus principais acontecimentos, entre elas merece destaque sua célebre pintura da *Fundação de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará*, esta obra integra a coleção de História de cada Estado, organizado por essa editora. Além de *Mapa Econômico do Estado do Pará*, publicado pela empresa Gráfica da Amazônia, em 1918, que inicialmente tinha como finalidade fazer propaganda do Estado, e posteriormente foi destinado pela Diretoria de Instrução pública para o uso escolar, o livro contém informações históricas, geográficas, econômicas e administrativas do Estado do Pará.

4- Ignácio de Moura, professor catedrático de aritmética e álgebra do Ginásio Paes de Carvalho, escritor, jornalista e engenheiro civil, membro fundador da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico Geográfico do Pará, tanto em 1900 e quando de sua refundação em 1917, publicou pelas Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré em 1928, seus *Ensaio de Educação Moral e Cívica*, onde apresenta à família e a escola, a bandeira nacional e as datas nacionais através de pequenos textos, e orienta os professores para que incentivem seus alunos na aquisição de sentimentos cívicos e patrióticos.

5- Arthur Vianna, professor, jornalista e historiador, publicou em 1919 *Pontos de História do Pará*, impressa na empresa Gráfica Amazônia, obra bastante elogiada por suas qualidades didáticas, em que divide a História do Pará em pontos incorporando entre eles a constituinte paraense, os principais acontecimentos e principais governantes do Estado, entre eles os governos de Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Justo Chermont.

6- José de Castro Figueiredo, é autor da obra *Cartographia Escolar*, obra de dois volumes impressa em Torino, na Itália, no Estabelecimento Doyen de L. Simondeth (1898), que foi dividida em dois volumes onde trabalha a cartografia e o desenho escolar.

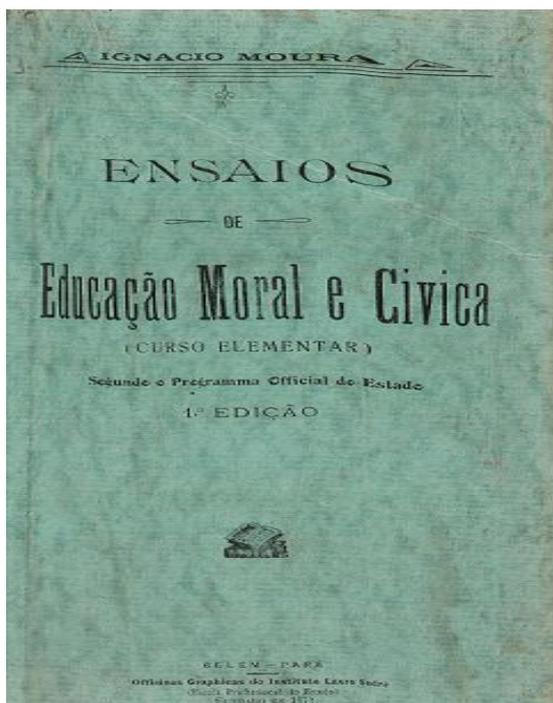


Imagem 5: Capa do Livro Educação Moral e Cívica, de Ignácio de Moura.

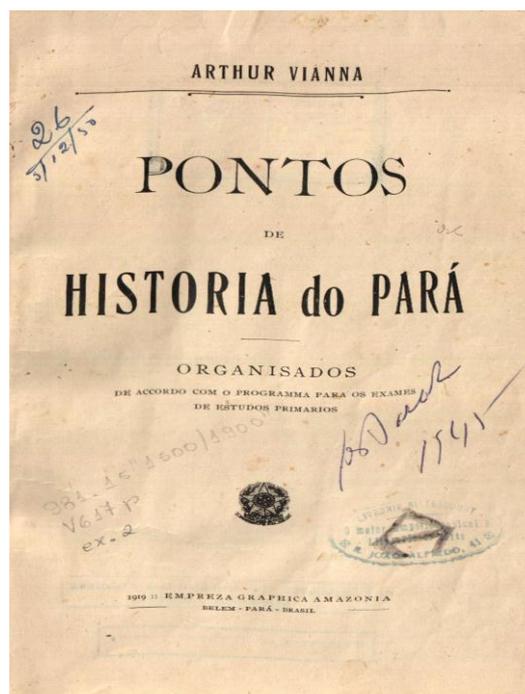


Imagem 6: Sobrecapa do livro História do Pará, de AthurVianna

7- Virgilio Cardoso de oliveira, Diretor Geral de Instrução Pública em 1900 e diretor fundador da revista *A Escola*, lança seu livro *Leitura Cívica- apontamentos, história e noticias sobre a Constituição Federal* (1901), editora Sabino Silva, pela Livraria Moderna; *A Pátria Brasileira* (1905), Bruxellas, pela tipografia C. Gouwelos; *A Terra Brasileira*, foi editada em 1907 pela Livraria Escolar e também em Paris, na tipografia de Aillaud & Cia. O livro *Leitura Cívica*, apresenta longamente as diferenças entre formas de governo, Monarquia e República, e como republicano histórico, exalta as vantagens desta forma de governo. Recomendado para o ensino primário superior apresenta orientações aos professores quanto à leitura e utilização do material apresentado, com sugestões de atividades e questionários para os alunos ao final de cada tópico, foi aprovado pelo Conselho Superior do Pará, Pernambuco e Sergipe. Em *Pátria Brasileira*, descreve nossos principais acidentes geográficos, os fatos, heróis e batalhas mais importantes da História do país. O autor escreve *Pátria Brasileira* na Europa, liberado pela Intendência Municipal de Belém, em prefácio o autor agradece o incentivo e colaboração do governo de Antonio Lemos.²¹

²¹ Além de Antonio Lemos patrocinar a impressão do livro *Pátria Brasileira*, fez o mesmo com *História do Pará* de autoria de Arthur Vianna, o que demonstra o grande valor atribuído pelo Intendente aos ideais cívico-patrióticos. Segundo Sarges (2002), a vinculação da imagem de Lemos as artes foi uma das estratégias utilizadas para a promoção e construção de sua imagem, e que pode ser mensurado pelo mecenato à escritores, poetas e pintores, e o patrocínio a exposições de arte. Entre os protegidos de Lemos podemos citar na literatura Humberto de Campos, e nas artes Theodoro Braga. (SARGES, op.cit.).

8- Outra obra didática de referência foi *Noções de História do Brasil e do Pará: de acordo com o programa de ensino primário do Estado do Pará*, de Jorge Hurley, esse importante membro do Instituto e correspondente de instituições similares do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e São Paulo, publicou suas *Noções de História* em 1938 pelas Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré.

As tradições nacionais não eram ensinadas somente nos livros de História e Geografia Pátria, os profissionais do Instituto paraense se ocupavam também dos manuais de Língua Portuguesa. Entre eles podemos citar: Paulino de Brito, formado em direito pela faculdade do Recife e professor da Escola Normal do Pará, escreveu *A Grammatica do Professor* em 1908 (sem identificação da tipografia), *Grammatica Complementar da Língua Portuguesa* em 1928, pela papelaria Suisso, e *Colocação dos Pronomes*, resultados de artigos publicados na província do Pará entre 1906 e 1907; e Francisco Ferreira de Vilhena Alves, educador e poeta paraense, que dedicou-se as letras e a ciência na virada do XIX, pertencendo a *Mina Literária* e sendo sócio fundador além do IHGP também APL. Entre suas publicações didáticas podemos destacar o *Compendio de Analyse Moderna: Lexicologia* (1895) e *Syntática e Exercícios de Portuguez* (1900), editado pela Imprensa Oficial do Estado, além de *Primeira Grammatica da Infância (S.d)* e *Segunda Grammatica da Infancia: Curso Médio* (1897), ambas pela tipografia P. Barbosa e *Seleta Literária* (1900), pela R. L. Bittencourt.

Esses manuais eram avaliados e aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, que assegurava sua qualidade didática e adequação as prescrições curriculares para cada disciplina, tornando-se veículo importante entre os objetivos estabelecidos pelo Estado e os professores e alunos das escolas públicas de Belém, as quais muitos dos intelectuais do instituto estavam vinculados.

Sobre a profícua produção de livros didáticos paraenses e a importância de autores e suas obras, Theodoro Braga escreve em uma de suas teses:

O valor e a importância dessas obras serão facilmente aferidos pela capacidade dos nomes que os firmam, aliás notória, e pela aprovação unanime do Conselho de Instrução Pública do Pará e mesmo da de outros Estados, com que a maioria desses trabalhos foi merecidamente recompensada. Do seu elogio como valor didactico falamos, por si, as repetidas edições com que o poder público as tem sagrado, preenchendo, de facto, lacunas antes sentidas no ensino primário. Pela bibliographia citada pode avaliar quanto empenho e patriotismo se há posto no movimento continuado em prol da instrução pública entre nós. Demais, todas as disciplinas indispensáveis tiveram compendiadores e traductistas autorizados, que as desenvolveram com proficiência e methodo pratico útil, enriquecendo a pedagogia paraense com um material avultado, cuja proficuidade é

manifesta nos resultados escolares verificados dia a dia. (BRAGA, 1915, p. 79).

Corrêa (2005, 2006), em seus estudos sobre o circuito do livro escolar amazonense, no período de 1852-1910, evidencia a grande quantidade de autores de livros didáticos paraenses com obras adotadas no estado do Amazonas, reassaltando também a figura do paraense Joaquim Pedro Correia de Freitas²² como um dos primeiros e mais proeminentes autores de livros didáticos do Pará no século XIX. Sua obra *Paleógrapho, ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Província do Pará (1871)* está entre as primeiras destinadas ao uso escolar e ao ensino primário, e primeiras do gênero dos paleógrafos, foi amplamente utilizada nas escolas do Pará, Amazonas e algumas províncias do nordeste. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é atribuída a Correia de Freitas a primeira obra de Geografia e História no Pará, *Noções de Geografia e de História do Brasil*, que segundo estudos de Moreira (1989), sobre os manuais didáticos no Estado, data de 1879.

Segundo Bittencourt:

O Papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado. É necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. (BITTENCOURT, 2006, p. 73).

Choppin, ao referir-se ao livro didático e sua natureza complexa, ressalta entre suas diversas funções o seu caráter ideológico, função esta detectada já durante o surgimento deste tipo de obra no século XIX e início do século XX, período intenso do fenômeno nacional, cumprindo a função de fornecer elementos de criação de uma identidade nacional. (CHOPPIN, 2004).

²² Nasceu em Cametá em agosto de 1829, diplomou-se em Medicina na Bahia em 1846, estudou em vários países da Europa, voltando ao Pará após três anos, onde atuou também no jornalismo, na política e na educação. Como homem, que tinha grande interesse pela Instrução Pública, foi professor e Secretário da Instrução Pública, além de inspetor e visitador escolar. De grande posição e prestígio, recusou vários títulos nobiliárquicos, e fez parte de várias associações culturais e científicas como, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Sociedades Geográficas de Paris, Lisboa, Rio de Janeiro, da Sociedade de Ciências Médicas de Portugal. (CUNHA, 1900). Autor consagrado de obras didáticas no Pará, em sua grande maioria obras repetidamente editadas, escreveu o 1º, 2º e 3º *Ensaio de leitura*, que em 1915 estava na 56ª edição e *Noções de Geographia e Historia do Brazil*, de 1863. (BRAGA, 1915, p. 76); Suas obras disponíveis na Biblioteca Arthur Vianna: *Ensaio de Leitura: para uso das escolas da Amazônia*, Pará 1910, tipografia L. Jablonski. 44. Ed.; e *Paleografo ou a arte de aprender á ler a letra manuscrita: para uso das escolas da Amazônia*- Paris, Jablonski. S.d.

No IHGP, esses intelectuais se preocupavam com uma História acadêmica, que serviu de base para a História ensinada através de compêndios e manuais didáticos que circulavam em Belém no início do século.

O livro didático constitui-se em um importante instrumento de educação, veiculador dos objetivos pátrios, necessários à formação do novo cidadão republicano. Segundo Choppin (2004), o material didático dos anos iniciais da República é de natureza escolar por ter um método e objetivar a formação nacional uniformizadora, como parte de uma tentativa de homogeneizar o ensino e a memória.

Caldas (2005), ao trabalhar a formação da tradição nos manuais escolares, no final do XIX e primeiras décadas do XX, analisa-os como “lugar de memória”, característica oportuna aos livros da Primeira República, reproduzindo valores, comportamentos e atitudes, em prol de um projeto político de construção de uma identidade nacional.

A tomada do conhecimento histórico da Nação, sob a forma de um enquadramento coercitivo de acontecimentos e fatos, que impunha modelos e esquemas de representação do passado, permite-nos analisar os manuais como um “lugar de memória”. É preciso considerar, todavia, que nem todo livro, escolar ou não, recebe esta denominação. Para que isso, a imaginação – isto é, a concepção daqueles que o elaboram com base nas políticas educacionais e contexto cultural definidos – deve centrar-se em uma aura simbólica, em uma lógica que o toma como objeto de um ritual. Por último, deve inscrever-se em um projeto de remanejamento efetivo da memória. (CALDAS, 2005, p. 23).

A entrada de temas nacionais nos livros escolares brasileiros, próprio do advento do regime republicano, intensifica sua missão pedagógico-nacionalista com a obrigatoriedade do ensino primário, divulgando e criando a imagem de um país grande e moderno. Com esse intuito, determinados símbolos e valores são reforçados no currículo e outros excluídos, negados.

Pelo levantamento acima exposto, inferimos ser bastante significativa a contribuição dos intelectuais do IHGP na elaboração de livros e manuais didáticos no Pará, na Primeira República. Seguindo os passos de seu par nacional, o IHGB, estava preocupado em produzir, publicar e ensinar a História, como vias de criar uma memória histórica e garantir a integração nacional.

Corroborando com os estudos feitos por Gomes (2009, 2010), da existência de um protagonismo dos intelectuais, nos anos iniciais da república no Brasil, que “assumem de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime

monárquico, [...] responsáveis em grande medida pelo atraso em que o país se encontrava.” (GOMES, 2009, p. 25).

No próximo capítulo, vamos nos dedicar a análise de dois livros didáticos de História Pátria, elaborados por dois diferentes profissionais do instituto, *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga, *Alma e Coração* de Hygino Amanajás, obras importantes para o entendimento da constituição disciplinar de História e seu papel no Pará republicano.

4. A CONTRIBUIÇÃO DOS INTELLECTUAIS DO IHGP NA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DISCIPLINAR DE HISTÓRIA NO PARÁ REPUBLICANO

A história é a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras. [...] Constitui ao mesmo tempo uma imagem privilegiada (mas não a única) do progresso da humanidade e uma matéria que deve ser estudada, um patrimônio de textos, de fontes, de monumentos que permitem a reconstituição exata do passado. É na confluência dessas duas idéias que se instala a “revolução” positivista: dá-lhes as duas, a benção da ciência. A história dali em diante já tem o seu campo e o seu método. Torna-se, sob os dois aspectos, a pedagogia central do cidadão.

François Furet

Este capítulo intenciona discutir a contribuição dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, para a escrita da História ensinada no Pará, através da análise da obra didática de dois de seus intelectuais, *Alma e Coração* de Hygino Amanajás, e *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga. Está dividido em três tópicos principais: A constituição da história escolar no Brasil; *Alma e coração* de Hygino Amanajás; Theodoro Braga: O artista-historiador.

4.1-A Constituição da História Escolar no Brasil

Em meados do século XIX, junto com a imprescindível tarefa de consolidar o Estado nacional brasileiro, surgia também a de conhecer melhor a História do Brasil e seu passado colonial, com claros intuítos civilizatórios, e de construir uma identidade nacional pelas elites e pelo Estado imperial.

As primeiras necessidades de organização da História como disciplina escolar²³ surge neste contexto, pós independência, juntamente com a necessidade do Império brasileiro de organizar seu sistema de ensino, e de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, tendo em vista objetivos claros, disciplinar crianças e adolescentes na conformação da nova ordem proposta. A disciplina História passa então assumir um importante papel de forjar a identidade nacional, demarcando e entendendo as origens da jovem nação.

²³ Andre Chervel, ao pesquisar a origem do termo disciplina em documentação do século XIX, diz que neste momento propagou-se seu significado como sinônimo de ginástica intelectual, ganhando a conotação de ordenamento e classificação de matérias de ensino, somente após a I guerra mundial. Sendo caracterizada como um modo de disciplinar os espíritos, seus métodos, regras e conteúdos, atendem a necessidades e finalidades específicas, e não em decorrência das ciências de referência. (CHERVEL, 1990).

As discussões dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre a necessidade de se produzir compêndios de História, mais precisamente de História Pátria, já se evidenciam desde 1840, como nos mostra Mattos, em seus estudos sobre Abreu Lima.

Foi na sessão de 8 de fevereiro de 1840 que Justiniano José da Rocha - que ainda não redigia o panfleto “Ação, Reação, Transação”, que o tornaria conhecido, deu ciência aos membros do Instituto que fora nomeado pelo governo para lecionar “um curso de História Pátria” no Imperial Colégio Pedro II, criado no mesmo ano da fundação do IHGB. “Achava-se embaraçado” por não existir ainda um “bom compêndio da História do Brasil onde se pudesse orientar [...] a fim de preparar suas lições” razão pela qual propunha a nomeação de uma comissão especial para “organizar um compêndio”. (MATTOS, 2009, p. 34).

O Colégio Imperial Pedro II foi criado no mesmo ano da criação do IHGB, e a História ensinada no Brasil esteve intimamente associada a essas duas instituições, criadas pelo Estado monárquico. O Imperial Pedro II era o estabelecimento oficial do ensino secundário, preocupado na formação da elite imperial, para qual o projeto civilizatório do Estado estava direcionado. A grande maioria dos professores catedráticos eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As cadeiras, que compunham os programas de ensino, eram estabelecidas pelo governo; os conteúdos eram elaborados pelos professores catedráticos, ocupantes das mesmas, muitos tornaram-se autores de livros didáticos utilizados pelos alunos, que passaram a ser referência nas demais províncias do Império.

Enquanto o IHGB propunha modelos para construir a história do Brasil, o colégio Pedro II elaborava os programas de ensino de história do Brasil comprometidos com tais modelos. Para consolidar as ideias veiculadas por essas instituições, os compêndios didáticos eram produzidos por catedráticos que a elas pertenciam. Cabe ainda lembrar que a cátedra era uma titulação significativa para a ascensão social, assim como ser membro do IHGB. Não é por acaso que tais informações apareciam nos compêndios escolares. (VIDAL, 2009, p. 91,92).

Ao utilizarem o conhecimento histórico, cientificamente produzido, tornando-os ensinável e adequado ao uso escolar, muitos dos professores do Colégio Pedro II, foram os autores dos programas curriculares que orientaram tanto o ensino de História quanto a produção dos livros escolares desta disciplina. A importância do Colégio Pedro II como escola padrão pode ser dimensionada pela sua proeminência na criação e estruturação do ensino secundário no Brasil, sendo a única instituição autorizada a emitir o certificado de conclusão deste nível de ensino até 1931, e por ser responsável pelos exames eliminatórios

das disciplinas que compunham a grade curricular dos programas escolares. (BITTENCOURT, 1989, 2004; FERNANDES, 2005)

De caráter eminentemente elitista, responsável em educar os filhos da elite imperial, o Colégio de Pedro II, passava e ser exemplo e modelo para os demais estabelecimentos particulares e liceus provinciais, ficando responsável por ministrar, após 1854, os exames preparatórios dos cursos superiores então existentes, medida que incentivou cada vez mais que outras instituições nas diversas províncias seguissem seus programas. Anos depois, foi criada a categoria de equiparação, concedida aos colégios que seguissem os planos de estudos, os programas e a organização de ensino proposto pelo Colégio Pedro II.

O Colégio Pedro II foi criado para ser uma instituição escolar paradigmática, não só no que diz respeito à sua organização e funcionamento, mas também em relação aos saberes que por ele deveriam ser veiculados. O fato de que os conteúdos a serem ministrados, assim como os compêndios adotados pelos professores, só poderem vigorar a partir da aprovação legal dos legisladores de então, deixa explícita a tentativa de exercer um controle sobre a cultura a ser legitimada. O currículo explícito daquele Colégio, portanto, é uma tentativa de legitimar os conhecimentos considerados pelas classes dominantes como sendo dignos de serem assimilados pelas novas gerações. (ROCHA, 1996, p.148).

O primeiro professor, que assumiu a cadeira de História no Imperial Colégio de Pedro II foi Justiniano José da Rocha (1811-1864), nomeado professor de Geografia, de História Antiga, Romana e História Pátria, elaborando para o uso dos alunos o *Compêndio de Geografia Elementar* (1838) e um *Compêndio de História Universal* (1848).

Outros membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que elaboraram manuais didáticos, em sua grande maioria para o Imperial Pedro II foram: José Inácio de Abreu Lima que escreve *Compêndio de História do Brasil* (1843); João Baptista Calógeras redigiu um segundo *Compêndio de História da Idade Média*(1859); José Pedro Xavier Pinheiro que organizou o livro *Epítome da História do Brasil* (1859); Manuel Duarte Moreira de Azevedo escreveu *Compêndio de História Antiga para uso do Imperial Colégio e nas escolas da corte* (1864), além de *História Pátria* (1884); Joaquim Manoel de Macedo que elaborou *Compêndio de Geografia Elementar* (1838), um compêndio de *História Universal* (1848) e *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* (1861). (MATTOS, 2000; GASPARELLO, 2002; MALEVAL, 2010).

Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), é considerado um marco na produção didática de História, por ter sido concebido para o fim do ensino e pela preocupação do autor na

aprendizagem da História por alunos e pessoas não especializadas. Organizando seu livro em lições, com exercícios, Joaquim Manoel de Macedo criou estratégias para garantir o objetivo do ensino a qual se destinava. Não por acaso, tornou-se uma referência no julgamento e avaliação de obras didáticas deste período, convocado pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (MATTOS, 2000; BITTENCOURT, 2004; MALEVAL, 2010).

O primeiro catedrático a ingressar no Colégio Imperial Pedro II mediante concurso de provas e títulos foi João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), que ocupou a cátedra de História e Corografia do Brasil no lugar de Joaquim Manoel de Macedo, defendendo em sua tese para ingresso no Colégio a intencionalidade do Descobrimento do Brasil, rompendo com a concepção de causalidade. Estudioso da História Colonial, da Geografia brasileira e das Línguas indígenas, Capistrano é uma das figuras centrais no campo dos estudos históricos em formação, reconhecido por sua grande erudição e capacidade investigativa, e por sua preocupação quase obsessiva “em repertoriar fontes e rastrear documentos para suprir as lacunas e ratificar as inexatidões da história pátria.” (OLIVEIRA, 2006, p.15).

Os membros do IHGB, eram responsáveis pela aprovação e legitimação das obras didáticas de História do Brasil, graças a estreita ligação com o poder instituído, pertencentes à elite intelectual e política do Império.

A presença do poder político no IHGB foi constante durante todo o império, tendo d. Pedro II participado assiduamente de suas reuniões. Não é, também, por mero acaso que encontramos na lista do IHGB vários nomes de professores do Colégio Pedro II e muitos deles foram os responsáveis pelas mais conhecidas e divulgadas obras didáticas destinadas ao curso secundário. Tais autores possuíam, portanto, estreitas ligações com o poder institucional responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam “no lugar” onde este mesmo saber era produzido. (BITTENCOURT, 2004, p. 481).

O Colégio Pedro II, como lugar de formação de uma elite imperial civilizada e instruída, assumiu a tarefa, tanto durante a Monarquia como na República, de transposição do conhecimento histórico para o nível escolar claramente comprometido com a afirmação e manutenção da ordem estabelecida. Saber marcado pelo “lugar” de produção, e envolvimento social e político dos professores/autores, vinculados ao IHGB e o Colégio Pedro II. (DE CERTEAU, 1982). Fatores determinantes para a seleção e escolha dos acontecimentos e narrativas, e para o tipo de saber/disciplina produzido. “Nesse sentido, encontramos em ambas

as instituições e no seu produto historiográfico – o livro escolar de História do Brasil – um privilegiado “lugar de memória”. (CALDAS, 2005, p. 22)

Com regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II que determinou a inserção dos estudos históricos no currículo a partir da sexta série, surgem os compêndios didáticos, que inicialmente eram em sua grande maioria tradução dos compêndios franceses, com o intuito de auxiliar o professor na tarefa de instruir e civilizar. A História inicialmente estudada no Brasil, foi a História da Europa, apresentada como a verdadeira História da Civilização, a História Pátria era relegada ao plano secundário nos anos finais dos ginásios. (NADAI, 1993; ROCHA, 1996).

O Regulamento de 1838 é considerado um marco, no caminho percorrido pelo ensino de História no Brasil, indicando um processo de construção do “código disciplinar da História no Brasil” que se inicia no século XIX sob a égide do regime imperial, até a Reforma Francisco Campos, de 1931. O processo de constituição da História como disciplina escolar está imbricada no processo de construção do Estado nacional brasileiro, em meados do século XIX, e na necessidade de definição de uma identidade nacional. Nadai (1993) aponta a existência de alguns elementos, já neste primeiro momento, que podem ser considerados constituidores do código disciplinar da História na sociedade brasileira. Entre eles as experiências de ensino no âmbito do Colégio Pedro II, a inserção de determinados conteúdos de História em algumas séries e a produção de manuais didáticos destinados ao alunado.

Gomes (2009), ao se ocupar em entender os debates travados no IHGB, sobretudo nos anos iniciais da República, no que diz respeito ao processo de constituição do saber e da disciplina História do Brasil, nos mostra que a problemática da educação e do ensino de História foi uma arena de luta e de afirmação desse saber/disciplina, assumida por historiadores de ofício envolvidos nas esfera educacional, política e cultural dos Estados republicanos, preocupados com a escrita da História, sua aplicação social, sua dimensão *ensinável*, e suas estratégias de divulgação.

A história, no entendimento de seus praticantes, diferentemente de outras ciências sociais, possuía uma evidente “missão”, fundada em sua capacidade em fazer conhecer o “passado comum” de uma nação e, assim, despertar o amor à pátria de seus cidadãos. Quer dizer, a história, como disciplina moderna, afirmava, exatamente pelo tipo de concepção que então se construía e solidificava sobre sua identidade, uma feição que era ao mesmo tempo, erudita/científica e ensinável/pragmática, indissocialmente. (GOMES, 2009, p.10).

Os esforços empreendidos por intelectuais nesse período (especialmente aqueles que se identificam como historiadores dentro de instituições com IHGB), a respeito da escrita da História, foram imprescindíveis para constituição do campo da historiografia brasileira, momento em que se revisa a História do Brasil, sob o olhar republicano, revitalizando personagens e fatos, mitificando novos heróis, reescrevendo a História do Brasil sob novos parâmetros. Esse campo fértil, com as mudanças sócias em curso e constante necessidade de se produzir uma simbologia para o novo regime, faz crescer o debate sobre o caráter científico desse campo do saber, e ao mesmo tempo estreita seus vínculos com as ideias de civilização e progresso. (GOMES, 2009).

Acreditando que a História não deveria servir apenas para um público especializado e limitado de letrados, mas para todos os homens, dada a sua utilidade prática, aproximando o passado do presente, dando luz aos acontecimentos do passado para que ele pudesse corrigir ações e dimensionar o presente e criando bases para o futuro. Esse caráter pragmático da História suscitaria na população o respeito e admiração pelo legado do passado, e sentimentos pátrios imprescindíveis ao futuro da nação.

A construção da identidade nacional brasileira estaria intimamente relacionada à revisitação e reconstrução de sua História e de suas experiências no tempo, tecendo uma leitura positiva do passado, marcadamente homogeneizadora e harmoniosa, com ações inspiradoras e exemplares. O esforço de releitura positiva do passado colonial contrapunha-se à visão de que a História brasileira era marcada por mazelas, o que era um empecilho à unidade nacional. Os conteúdos ensinados eram marcadamente compartimentados, e valorizavam os feitos heroicos e nomes, geralmente ligados às lutas pela defesa do território e a afirmação dos ideais nacionais republicanos, identificando no passado elementos para sua legitimação. Nesta perspectiva, cria-se uma intensa produção simbólica, em que heróis, símbolos, hinos e celebrações são articulados, com a tarefa de ensinar aos brasileiros a sua História, e especialmente, afirmar que o novo regime político era fruto de um processo histórico, cuja memória precisava ser resguardada.

Constituiu-se na primeira República, uma espécie de Pedagogia da nacionalidade com vias de afirmação do ideário republicano nascente, para isso era imperiosa a “invenção de tradições”, cabendo a História a “invenção” do passado, através de uma narrativa histórica que pudesse atingir a população.

Ambas as dimensões da escrita da história – a científica e a ensinável-inscrevem-se no diálogo entre história e memória, sendo ambas objeto de

uma história da história, que pode ser também uma história da memória nacional. Dessa forma, é importante entender que os avanços da profissionalização e da institucionalização da pesquisa histórica mantêm sólidas conexões com as preocupações de divulgação desse tipo de saber, podendo ela inclusive, estar encarnada no mesmo indivíduo, que é historiador, divulgador e educador. (GOMES, 2009, 87).

Buscava-se atribuir à disciplina seu status de ciência, independente do seu formato, seja ela História do Brasil, História Pátria ou da Civilização. Uma História científica, segundo defendia um dos mais proeminentes membros do IHGB, Capistrano de Abreu deveria ser pautada na imparcialidade do historiador e na farta pesquisa documental, aspectos imprescindíveis para um fazer histórico cada vez mais científico. No formato escolar, predominava a preocupação com a sistematização do saber histórico, de maneira a tornar atraente e interessante para o estudante, sem perder a objetividade, e que atendesse aos interesses pátrios e nacionais sem, no entanto deixar de ser científica.

As estratégias são elaboradas para atender a uma determinada finalidade educativa, e as disciplinas escolares²⁴, estão no seu epicentro, como nos alerta Chervel.

A instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo. É aqui que intervém a oposição entre educação e instrução. O conjunto dessas finalidades consigna à escola sua função *educativa*. Uma parte somente entre elas obriga-a a dar uma *instrução*. Mas essa instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa. (CHERVEL, 1990, p. 25).

Assim os conteúdos dos livros escolares de História, produzidos na Primeira República, tinham como vias atender uma dada finalidade educativa e política, para isso era necessário alguns cuidados em sua elaboração quanto ao formato, ao número de páginas, aos acontecimentos que mereciam ser lembrados, e a forma de abordá-los, condizente com a

²⁴ André Chervel ressalta a necessidade da ampliação e diversidade de fontes para o estudo das disciplinas escolares, pois tendo como a base deste trabalho leis e manuais didáticos teriam os fins “oficiais” segundo ele, se faz necessário, a ampliação do olhar através da busca de novas fontes, tais como: anotações de sala de aula, diários de classe, relatório de ocorrência, cadernos de alunos, trabalhos realizados, debates desenvolvidos pela imprensa, ou até mesmo jogos e brincadeiras que se produziam nos intervalos escolares. Essa pluralidade de fontes pode revelar uma escola bastante dinâmica, segundo Chervel, na produção do que se aproxima do conceito de *Culturas Escolares*, de Dominique Julia. Nosso trabalho aqui no entanto, vai se deter na análise das produções didáticas de profissionais do IHGP, na tentativa de identificar suas possíveis contribuições para a disciplina história no Pará republicano. *Culturas Escolares*, como proposto por Julia, são meios produzidos pela escola para inculcar conhecimentos, regras e comportamentos. (CHERVEL, 1990; JULIA; 2001).

necessidade de construir uma memória positiva da nação, sem, no entanto, deixar de transparecer seriedade e cientificidade.

A escrita da História para fins escolar, neste sentido, era dotada de características próprias, constituindo-se um saber distinto do acadêmico, pela identificação de seu papel e organização para atingir determinado fim, além disso, é continuamente reelaborada e redefinida dentro da escola na prática educativa.

O conhecimento histórico escolar é uma forma de saber que pressupõe um método científico no processo de transposição da ciência de referência para uma situação de ensino, permeando-se, em sua reelaboração, com o conhecimento proveniente do senso comum, de representações sociais de professores e alunos e que são redefinidos de forma dinâmica e contínua na sala de aula [...] a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais. (BITTENCOURT, 2006, p.25).

A história ensinada, e que predominou nos livros, era marcadamente biográfica e factual, tinha neste momento o intuito de oferecer bons exemplos e lições cívico-patrióticas, tornando-se junto com a Geografia Pátria e Língua Pátria, uma disciplina fundamental na formação do cidadão nacional. (NADAI, 2011).

Entre as estratégias utilizadas por autores na elaboração dos manuais didáticos, predominava o emprego de um discurso ufanista, onde era necessário apresentar o Brasil aos brasileiros, ressaltando suas raízes, suas batalhas, a grandeza de seu território, suas qualidades naturais. Seus heróis e feitos, seja de natureza política, militar ou científico serviriam de modelo para estudantes, com tributos ou qualidades que deveriam ser cultivadas. Por outro lado, os nomes dos maus brasileiros, traidores da pátria, deveriam ser citados como exemplos a se evitar. Criavam-se, então, recursos que permitissem ao aluno transformar-se num patriota, através do conhecimento dos fatos e sua apreensão.

A História Pátria permeada de modelos cívicos, construída para as escolas primárias e ginasiais, tinha a função específica de criar a imagem de um passado único, capaz de esclarecer aos alunos, que eram as autoridades, no presente e no passado, responsáveis pelo destino da nação. A construção desse passado, com seus heróis e tradições homogeneizadoras, foi disputada entre os grupos políticos que se revezavam no poder ou que estavam próximos a ele. (BITTENCOURT, 1989).

Entre os Membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, autores de livros e manuais didáticos no período republicano, podemos citar entre outros: Silvio Romero (A

História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis, livro para as classes primárias, 1890); Afrânio Peixoto (Noções de hygiene, livro de leitura para as escolas, 1914, e Minha terra, minha gente, 1915); Rocha Pombo (Nossa pátria, 1917); Affonso Celso de Assis Figueiredo (Porque me ufano de meu país, 1900); Olavo Bilac e Coelho Netto (Contos Pátrios, 1904). E muitos outros intelectuais dedicaram-se a produção de manuais didáticos e livros de leitura destinados ao ensino primário e secundário brasileiro. (GASPARELLO, 2002; BITTENCOURT 2004; CALDAS, 2005)

Estes livros traziam assuntos de cunho cívico e moral, representando o cotidiano da família e do ambiente escolar, poesias e textos ressaltando feitos patrióticos dos heróis brasileiros, além da grande preocupação dos autores em engrandecer o Brasil, através de descrições e imagens das belas paisagens brasileiras e sua potencialidade para o progresso.

De acordo com análise empreendida por Bittencourt (2004), o envolvimento de intelectuais e políticos, do século XIX e primeiras décadas do XX, com a escrita de obras didáticas é praticamente ignorado pelos estudos literários ou biográficos que sobre eles são feitos. Considerada uma produção de pouco prestígio cultural, alguns intelectuais preferem não ver seu nome associado à composição de obras escolares e por isso omitem ou dão pouca importância a sua faceta de autor desse gênero de texto.

No entender de Bittencourt, neste período acontece uma renovação no modo de escrever os textos didáticos, resultante da mudança que ocorre em relação ao seu público-alvo.

O livro didático traz, desde sua origem, uma ambigüidade no que se refere ao seu público. O professor é figura central, mas existe o aluno. O livro didático não pode separá-los. A partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era [...] um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para os autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro. (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

É inquestionável, que entre as estratégias de divulgação das narrativas históricas sobre a nação brasileira está, sem dúvida, a elaboração de livros ou manuais didáticos. Segundo Rocha et al. o livro didático de História é entendido como portador de um discurso historiográfico:

dada sua importância como mediador no processo ensino- aprendizagem em diferentes tempos. Longe de representar uma mera transposição didática dos conhecimentos produzidos no âmbito da academia, é um dos frutos do processo de interpelação, tensa, entre a escola e a academia. O livro didático resulta da apropriação seletiva do conhecimento histórico a ser ensinado no espaço escolar (ROCHA et al., 2009, p. 9,10).

Segundo Bittencourt (1989), a análise da produção didática é uma importante via para recuperar a História do ensino, documento e instrumento privilegiado para o estudo das mentalidades, nessa perspectiva, vamos, a seguir, analisar dois livros escolares produzidos no Pará republicano, são eles: *Alma e Coração* de Hygino Amanajás e *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga.

4.2- ALMA E CORAÇÃO-HYGINO AMANAJÁS

Com a expansão da produção didática no Brasil e no Pará, durante o regime republicano, é publicado em Belém o livro *Alma e Coração* (1900) do notório Abaetetubense Hygino Amanajás²⁵. Caracterizado como “Livro de Leitura”, *Alma e Coração* foi editado pela primeira vez pela tipografia J.B. dos Santos com uma tiragem bastante significativa de cinco mil exemplares, sendo reeditado pela Imprensa Oficial do Estado em 1905.

Jornalista, político, diretor do Diário Oficial do Estado²⁶ e escritor, Hygino Amanajás, já era reconhecido por seus livros escolares, especialmente por *Noções de Educação Cívica*:

²⁵ Antonio Hygino Cardoso Amanajás nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, Abaetetuba, em 15 de junho de 1852, filho do coronel Antonio Cardoso Amanajás e de Vitória Maria da Silva Brabo Amanajás. Em Abaetetuba fez sua formação primária, e o secundário no Seminário Episcopal de Belém, sob a direção de D. Antonio de Macedo Costa, de quem era afilhado. Em Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, Amanajás, iniciou sua carreira política, fazendo parte do diretório do Partido Conservador, sendo eleito deputado estadual em três legislaturas sucessivas até a proclamação da república. Esteve entre um dos cinco deputados que, em pedido de manifestação das Câmaras Municipais pela proclamação da república, votou por ela, junto com ele estavam neste ato: Domingos Olympio, Ignácio Moura e Raymundo Martins. Fundou e dirigiu por 10 anos o jornal “Abaetéense”, feito que tinha muito orgulho, deixou o jornal para organizar o Diário Oficial, a pedido do então governador do Estado Justo Chermont. Comandou o Diário Oficial do Estado por 26 anos, até 1917 quando se aposentou. Eleito deputado no primeiro governo do Dr. Lauro Sodré, servindo ao cargo até o governo do Dr. João Coelho. Foi autor de diversos projetos, entre os quais de sua autoria, está o que mandou adotar a bandeira do Clube Republicano como bandeira do Estado, ato realizado em sessão de 03 de junho de 1898. Colaborou em diversos jornais da capital, e como sócio do Instituto Histórico e Geográfico e da Santa Casa de Misericórdia. Entre sua produções: *Contos e Lendas paraenses* (s.d), *Noções de Educação Cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará* (1898) e *Alma e Coração* (1900). (MOURA, 1915, p. 86; PARÁ (Estado), 2009; Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

²⁶ “Em 14 de abril de 1890, o então governador do Pará, Justo Leite Chermont, assinou o Decreto nº. 137 criando a Imprensa Oficial, como órgão da estrutura administrativa do Estado, e abria um crédito de 60 contos de réis destinados à compra de equipamentos e construção do prédio da tipografia do Estado. O governador também autorizava a Repartição de Obras Públicas, então sob a direção do engenheiro Henrique Américo Santa Rosa, que organizasse o projeto para execução do serviço. Desde a sua fundação, até 26 de novembro de 1917, A Imprensa Oficial do Estado esteve sob a direção do coronel Hygino Amanajás, sendo

para uso das escolas primárias do Estado do Pará, publicado pela tipografia da Imprensa Oficial em 1896, reeditado em 1898 e adotado por determinação do Conselho Superior de Instrução, pela indispensável qualidade em tratar dos assuntos pátrios para a juventude carente desses preceitos. Amanajás afirma que a ausência de conhecimentos dos meninos e de material voltado à explicação de “seus deveres de futuros cidadãos” da pátria, foi a motivação necessária para se dedicar a escrita do livro, reafirmando os valores republicanos e o amor a pátria nos jovens e crianças paraenses, necessários a “felicidade e progresso do país”:

Impressionado pela ignorância dos meninos, que frequentam as nossas escolas, no que diz respeito os seus deveres de futuros cidadãos, resolvi escrever este dispretencioso trabalho, em linguagem simples e ao alcance da compreensão de creanças. [...] Para a felicidade e progresso de um paiz so podem concorrer a instrução e a educação cívica e moral de seus filhos: uma sem a outra nada póde fazer, porque ellas se completam e se auxiliam. (AMANAJÁS, 1898, p. 5,7).

Corroborando com as ideias de José Veríssimo, que já em 1890 denuncia a total falta de noções pátrias na mocidade, pela ausência de material voltado para essa formação, Amanajás, em seu *Leitura Cívica*, procura esclarecer, de forma simples e clara, o significado de pátria, dos símbolos nacionais, sobre a forma de governo e a constituição, buscando inculcar o sentimento de nacionalidade e o amor a nação brasileira na juventude.

Como superação da “pobreza do nosso sentimento nacional”, José Veríssimo sugere ser indispensável o conhecimento da pátria e de suas instituições, para que a sociedade pudesse se desenvolver e se aperfeiçoar plenamente. Assim, a educação cívico-patriótica deve permear todos os saberes ensinados na escola, só assim ela cumprirá sua verdadeira missão, servir ao aperfeiçoamento moral, intelectual e a nacionalidade. “Precisamos ser physica, moral e intellectualmente fortes, e que a Humanidade conte conosco. Para isso, porém, carecemos primeiramente ser brasileiros. O amor da pátria alenta-se do conhecimento do seu passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 52).

Considera, ainda, a leitura como indispensável nesse processo, sendo necessária a reforma dos livros de leitura e sua nacionalização, com conteúdos de História e Geografia Pátria, o que superaria a profunda indiferença que o brasileiro tem pelo seu passado, e o vago conhecimento de sua origem e suas instituições políticas. “O livro de leitura, por sua vez, o

substituído nessa data, por aposentadoria, pelo Dr. Luiz Barreiros, que dirigiu a IOEPA até 05 de março de 1921, quando o jornal foi extinto, no governo Sousa Castro, para reaparecer três meses depois, em 11 de junho do mesmo ano, desta vez impresso nas oficinas tipográficas do Instituto Lauro Sodré, sob a direção do professor Raimundo Chaves”. (PARÁ (Estado), 2009, p. 5).

livro de leitura, que é acaso a mola real do ensino, mantém a mesma indiferença patriótica e as suas páginas são páginas brancas para geografia e História Pátria”. (VERISSIMO, 1985, p. 54).

No contexto dessas ideias, podemos situar a contribuição de Hygino Amanajás. Sua obra didática de maior repercussão, o livro de leitura *Alma e Coração*, foi aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará, em sessão de 05 de julho de 1900, e mandada adotar para leitura nas escolas, para os alunos do segundo ano do curso primário superior, último ano do curso primário. O parecer do Conselho, assinado pelos professores Francisco Vilhena Alves, Paulino de Brito e Cornélio Pereira de Barros Junior, não poupou elogios ao autor pela escolha dos assuntos, a forma de abordá-los e pelo estilo *simples e correto*, próprios a obras destinadas a infância e a juventude. Outro grande mérito ressaltado pelo Conselho é a abordagem dos “grandes dias da pátria”, e especialmente assuntos de História Pátria e do Pará.

Ora os assumptos são excellentes, e a exposição muito bem trabalhada. [...] Especialisaremos os artigos de commemoração aos grandes dias da pátria, muito bem escriptos. Há também algumas descrições dignas de nota; e o maior mérito d'ellas e tratar de cousas nossas, de factos passados entre nós, e que o menino com facilidade comprehende. (AMANAJÁS, 1905, p. 4).

O autor reconhece em prefácio, a influência direta do livro *Cuore*, do italiano Edmond De Amices, o personagem da narrativa de De Amices é o jovem Henrique, já na obra de Amanajás, a narrativa se desenvolve em torno do adolescente Ernesto, desenvolvendo-se ambos como um diário da vida escolar.

Tanto *Cuore*²⁷, como *Alma e Coração*, foram escritos sob forma de missivas, este último tem em seu conjunto 31 cartas, em sua grande maioria escritas pelo personagem Ernesto a sua mãe Angelina, que residente do interior do Estado, enviou seu filho a capital para se instruir. Apesar da grande semelhança na forma de escrita, reconhecida pelo próprio autor, Amanajás transfigura o livro De Amices, de um contexto de afirmação Italiana como Estado-Nação, em seu processo de unificação, ao espírito republicano de sua época presente em *Alma e Coração*. (COELHO, M., 2004; CORRÊA, 2005).

²⁷ *Cuore*, do italiano Edmund De Amicis (1846-1908) foi editado originalmente em 1886, teve a primeira tradução para a língua portuguesa em 1891, por João Ribeiro, publicado pela Livraria e Editores Francisco Alves e posteriormente pela Livraria Universal de Echenique irmãos, Pelotas 1907, foi traduzido em mais de 10 idiomas, com um número expressivo de mais de 500 edições. (GONTIJO, 2009).

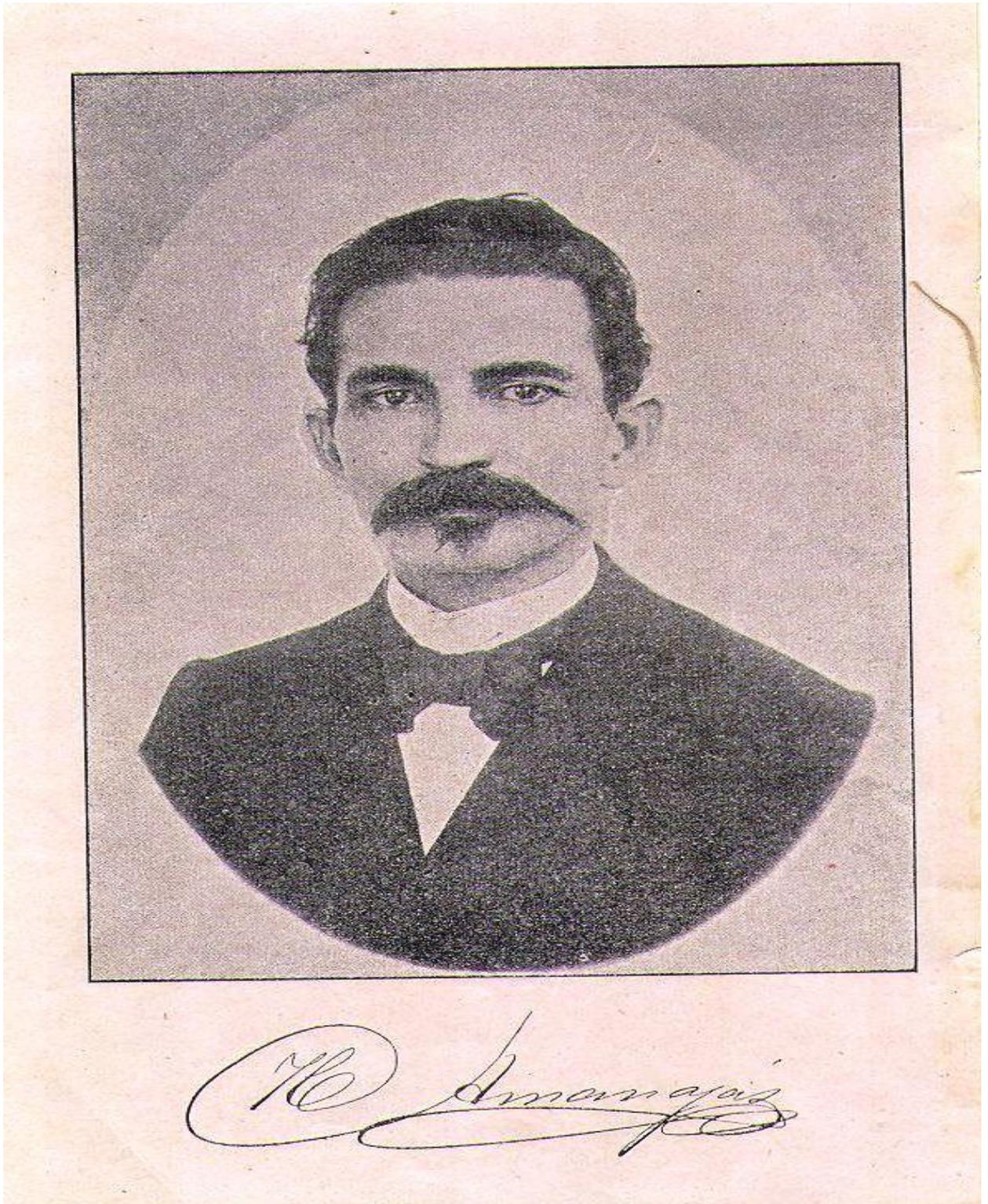


Imagem 7: Fotografia Hygino Amanajás

Fonte: Livro *Noções de Educação Cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará*, Biblioteca Arthur Vianna, obras raras.

Segundo Lajolo e Zilberman, o livro italiano:

Cuore, de De Amicis, tem como subtítulo a informação de que é um livro para meninos e adota uma diferente padrão narrativo: é a história de um garoto contada em primeira pessoa, em forma de diário, escrito ao longo de um ano letivo escolar. Em suas páginas sucedem-se tanto episódios de sua vida cotidiana, doméstica e escolar, como textos de histórias lidas e ouvidas pelo protagonista narrador. Aderindo ao modelo confessional de um diário, o primeiro texto do livro se reporta a outubro, ao “primeiro dia de escola”, encerrando no julho subsequente, com “Último exame” e “Adeus”. [...] A grande lição que os leitores devem aprender nas páginas de De Amicis é o patriotismo, o amor e respeito à família, a dedicação aos mestres e à escola, a piedade pelos pobres e fracos. Livro que cumpre importante função na consolidação da unificação Italiana, o patriotismo sobreleva todas as demais lições do livro. E o amor à Itália é tão intenso e exarcebado, que não raro, o preço do patriotismo exemplar é a mutilação e a morte, heroica ou anônima no campo de batalha. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 31,32).

Não se sabe ao certo o primeiro contato que Amanjás teve da obra de De Amicis, já que o autor Italiano colaborava com o *Jornal do Brasil*, e teve fragmentos de *Coração* na *Gazeta de Notícias*, mas lhe era amplamente conhecido a edição para língua portuguesa de 1891, pela livraria Francisco Alves. Adotado nas escolas brasileiras de então, *Coração*, esteve na leva de livros distribuídos gratuitamente nas escolas paraenses em 1893, como nos revela o *Anuário de Belém* (organizado por Ignácio de Moura em comemoração ao tricentenário de Belém), em estudos feitos por Firmo Cardoso, sobre a *Evolução das escolas primárias do Pará*. (CARDOSO, 1915, p. 68).



Imagem 8: Capa do livro de Leitura *Coração*, do italiano Edmondo de Amicis

Fonte: ACERVO HISTÓRICO DO LIVRO ESCOLAR - AHLE.

No prefácio de *Noções de Educação Cívica*, ao ressaltar a necessidade de livros que cheguem à mocidade de forma clara, Amanajás comenta a obra de De Amicis: “Nenhum livro temos neste gênero: O Coração de Amicis, que se usa nas nossas escolas, é um belíssimo livro, mas escripto para italianos e talvez em linguagem um pouco elevada para quem começa a aprender”. (AMANAJÁS, 1891, p. 5).

A literatura escolar brasileira é caracterizada pela prática de tradução ou adaptação de textos a linguagem brasileira. Segundo Gontijo (2009) e Corrêa (2005), até meados do século XIX, os livros de leitura inexistiam nas nossas escolas, “onde a base do ensino e da prática de leitura eram os relatos de viajantes, as autobiografias e romances, além de manuscritos (documentos de cartório, por exemplo). Por vezes, a Constituição do Império, o Código Criminal e Bíblia eram utilizados”. (GONTIJO, 2009, p. 55).

Coração esteve na leva dos livros europeus que tiveram grande circulação no Brasil nos últimos decênios do século XIX e início do XX, contribuiu para a formação de gerações de leitores e inspirou várias produções de autores brasileiros, suscitando críticas elogiosas de intelectuais como José Veríssimo, que publicou *Educação Nacional: a propósito de um livro italiano* (1892), e Raul Pompéia, publicada na coluna Lembrança da Semana, no *Jornal do Commercio*. (GONTIJO, 2009).

Como o nacionalismo está na ordem do dia, além do livro Italiano de De Amicis, o livro Francês *Le tour de la France par deux garçons* (1877) de G. Bruno, que inspirou *Através do Brasil* (1910), escrito por Olavo Bilac e Manuel Bonfim, vão se constituir as duas principais referências inspiradoras de produções voltadas para o cultivo pátrio, que vão se tornar verdadeiras “cartilhas de nacionalidade”, como: *Por que me ufano de meu país* (1902) de Afonso Celso; *Minha Terra, Minha Gente* (1915) de Afrânio Peixoto; *Educação Cívica* (1906) de Mario Bulcão; *Através do Brasil* (1910) de Olavo Bilac e Manuel Bonfim; *A Pátria Brasileira* (1909) e *Contos Pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Neto; *Pátria! Livro de mocidade* (1900) de Alfredo Varela; e muitos outros foram neste lastro, assumindo uma verdadeira missão formadora e patriótica. (BITTENCOUT, 1989; BASTOS, 2002; CORRÊA, 2005; LAJOLO; ZILBERMAN, 2007; TAMBARA; ARRIADA, 2009; VIEIRA, 2010).

Adotando a estrutura De Amicis, em *Alma e Coração*, o personagem principal, Ernesto, descreve através de suas cartas o cotidiano de Belém e de sua vida escolar, desde o início do ano letivo em janeiro, após sua chegada à cidade, até novembro nas festas de encerramento do ano letivo. Ao longo do ano, registra as comemorações cívicas, atividades corriqueiras da escola, lições de educação moral, de História e Geografia Pátria, em cartas

carregadas de patriotismo e valores concernentes ao regime republicano e a sociedade brasileira no início do XX.

Minha querida mãe

O meu primeiro pensamento, ao chegar a esta grande cidade, é para a senhora, que vejo sempre carinhosa e boa, tão solícita pela minha instrução e educação. [...] Após a morte de meu bom pae, vos dedicastes, sem descanso, ao preparo de meu futuro. E eu vejo ainda esse pae querido, tão profundamente triste, coma a saúde minada pelo desgostos e decepções [...] Almejando para a sua pátria um governo nobilitante, pela adopção d'esse regime que se chama República, via com dor o preparo violento para a permanencia da monarchia estragada, sob o jugo degradante de um estrangeiro. Pobre pae! Morreu alguns dias antes de ver realiado seu sonho, e nem sequer passou-lhe pelo espírito a possibilidade de que, dentro em pouco tempo, a sua pátria querida seria livre. (AMANAJÁS, 1905, p.5,6).

Nesta primeira carta, o protagonista relembra o pai, republicano que morreu antes de ver seu sonho da República instaurada. Observa-se a grande preocupação de Amanjás em negar o passado monárquico, essencialmente ligado ao atraso econômico e social, e vincular os valores republicanos à grandeza, à liberdade do povo e à ideia de progresso.

Com esse objetivo, era necessário que, por meio do livro, os jovens leitores conhecessem a cidade de Belém, difundindo uma imagem de modernidade através da descrição de nossas instituições, o conhecimento de nossas praças e logradouros públicos, associando a ideia de progresso como inerentes ao regime republicano. Assim, Ernesto descreve sobre as impressões da cidade que acabara de chegar, “enfeitada pelo progresso material”, com suas praças ajardinadas, e passeios de cimento, e a existência e construção de novos prédios públicos, como a penitenciaria, o Instituto Lauro Sodré, o Colégio do Amparo, a Bolsa, a beleza da Igreja da Sé, do Bosque e Teatro, além da iluminação pública e bondes elétricos, ícones da modernidade que nos assemelhavam as cidades Europeias.

Ainda conservo de memória a descrição que me fizeste da Belém de 1888. Como está mudada hoje! Não a reconheceria mais, minha mãe. Tudo o que eu tinha fantasiado pelas vossas narrativas fica muito aquém da realidade! [...] A cidade que me havias descrito foi absorvida por outra, mais enfeitada pelo progresso. Daquela que conheceis bem pouca coisa resta. As praças da Independência, República, Frei Caetano Brandão e Batista Campos, estão todas ajardinadas [...] Visitei também os novos edifícios públicos, que não conheces [...]. São magníficos atestados do nosso progresso material.[...] Todas essas belezas me surpreenderam; porque nunca fizera uma idéia aproximada desses esplendores. (AMANAJÁS, 1905, p. 7, 8, 9, 10).

Alma e Coração

POR

Hygino Amanajás

Obra aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará, em sessão de 5 de Julho de 1900, e mandada adoptar para leitura nas escolas.

869.0(811.5)-34 Amanajás, H.
A 848a
2.ed
ex. 1

(SEGUNDA EDIÇÃO)

33873



PARÁ — BELÉM

Typ. da Imprensa Oficial

1905

212.9
A 4849
O. M. B. A.
ex.

**Diretoria de Bibliotecas Públicas
Memória Literária**

Imagem 9- Sobrecapa do livro Alma e Coração de Hygino Amanajás

Fonte: Biblioteca Arthur Viana, obras raras.

A descrição da escola, em seu primeiro dia de aula, mostra a representação de uma escola ordeira, ampla e higienizada, condizente com preceitos modernos, acolhedora, com alunos satisfeitos e professor amável e “risonho como um pai”, contrapondo com a escola que sua mãe descrevera, ou podemos ler a escola monárquica: “Meninos aglomerados, sem ordem assentados em bancos grosseiros, em uma sala asfixiante, com o semblante denotando cansaço e tédio, e no fundo a figura do mestre, ríspido, temeroso, ameaçador, com a palmatória em punho!”. (AMANAJÁS, 1905, p. 16).

A escola descrita por Amanajás contrapunha-se a realidade do ensino e as dificuldades enfrentadas no estado pelas autoridades para a implementação do projeto de escolarização, com escolas mal equipadas, improvisadas, ausência de espaço e de recursos, bem diferente da escola idílica frequentada por Ernesto. (COELHO, M., 2004; CORRÊA, 2005).

O autor de *Alma e Coração* era militante da causa educacional e acreditava que a educação era fundamental para o desenvolvimento do país, preocupação evidenciada em todo o livro, permeado de ensinamentos e aconselhamentos cívicos e morais. Era necessário cultivar nos alunos virtudes, tais como o amor a pátria, a Deus, a República, ao trabalho, a caridade, o zelo, o respeito, desvelo e carinho com os pais; e, evitar vícios e costumes perniciosos como o jogo e a bebida.

A educação de caráter é estimulada por descrições de situações que contrastam o bem e o mal, as qualidades e defeitos, através de situações ligadas aos colegas de turma, apresentados um a um na narrativa, e por prelações feita pelo professor, na qual são atribuídas grande valor a família, a escola e ao trabalho.

Como formar esse novo homem, para esse novo regime? Uma das primeiras lições que deve ser apreendida, em uma escola republicana pela mocidade, segundo Amanajás, é o amor à pátria, e está é temática da primeira grande prelação feita pelo professor de Ernesto, que era antes de tudo um verdadeiro republicano:

____ Amanhã é feriado, meus meninos; é o grande dia da pátria, aniversario da promulgação de nosso código político, que estabeleceu a forma republicana federativa, como systema de governo do paiz. É uma data gloriosa para nos; porque nellas ficaram firmados os nossos direitos e os nossos deveres, sob a forma de governo mais compatível com a dignidade humana. Na Republica todos somos eguaes, perante a lei e os altos cargos da nação [...] Só há uma soberania, e essa é da lei emanada do próprio povo. Amai a Republica: porque amando-a engrandecereis a vossa pátria, e a pátria deve ser o objeto de vosso maior amor, depois de Deus. Tudo que temos como cidadão recebemos da pátria: instrução, direitos, ideias, deveres, protecção e costumes. A pátria é a nossa grande família; suas glorias são glorias nossas; seus desastres são desgraças que nos atingem; sua

história é a nossa honra; seus symbolos são objetos sagrados para nós. Devemos-lhe amor, respeito, defesa, devotamento completo.[...] Amai a vossa pátria, meus meninos, com todas as forças de vossa alma. O nosso professor, ao terminar, exclamou com entusiasmo:
 __ Viva a República brasileira! [...]
 __ Viva a liberdade e a lei!
 Guardarei bem de memória minha mãe estes ensinamentos salutareos. (AMANAJÁS, 1905, p. 21, 22, 24, 25).

Assim, para amar a pátria era necessário conhecê-la, adverte o professor, conhecer seus heróis e seguir-lhes os exemplos:

Amai a memória dos grandes homens da vossa pátria meus meninos, e da historia do vosso paiz; destacai todos os heroes, para vos servirem de exemplo no amor e dedicação, que todos devemos a terra do nosso berço, tão amada e tão querida por nossos antepassados (AMANAJÁS, 1905, p. 56).

Como a narrativa se desenvolve ao longo do ano letivo da escola primária, dentre as atividades da escola, o autor dá ênfase a comemoração de datas históricas, fazendo prelações de História Pátria, em que a exaltação dos feitos patrióticos de seus heróis torna-se o fio condutor. Entre as datas e temas históricos estão: 24 de fevereiro, promulgação da Constituição de 1890; 21 de abril, Tiradentes; 22 de abril, descobrimento do Brasil; 13 de maio, libertação dos escravos; 12 de outubro, descoberta da América; e 15 de novembro, proclamação da República.

A Inconfidência Mineira está entre os assuntos de História Pátria que ganha relevância em sua descrição, traçando a trajetória heroica dos Inconfidentes e seus feitos gloriosos para a nação. Ao destacar o seu vulto mais importante, Tiradentes, o autor reafirma a constante associação da República com a liberdade, e de Tiradentes como o precursor da liberdade da pátria, republicando a figura de Tiradentes, seguindo um movimento nacional de revitalização e mitificação de heróis com a República.

Commemoramos amanhã, meus caros alumnos, disse-nos hontem o professor, o tacto heroico que foi a aurora da nossa independência, e espalhou no Brazil a semente fecunda em terreno próprio para sua geminação, dando-nos, como fructo a proclamação do governo republicano. e o anniversario da execução da pena de morte, infligida pelo governo portuguez ao alferes de cavallaria, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, chefe principal da nossa revolução mineira, conhecida na historia pátria com o nome de Inconfidência. [...] Essa revolução, cujo fim era libertar o Brasil do jugo colonial portuguez, proclamando a República como forma de governo. [...] Espiritos altamente patrióticos e devotados até o sacrificio, soffreram os inconfidentes a pena do seu reputado delicto, que

tantos benefícios trouxe à nossa pátria.[...] O martyr viverá, aureolado e bemdito, glorificado no altar da pátria, e coberto das bênçãos de um povo agradecido. (AMANAJÁS, 1905, p. 53, 54, 55).

Com a revitalização da figura de Tiradentes, ele é transformado em um de nossos principais heróis, sendo associado, nesse processo, à figura de Jesus cristo e transformado em mártir da causa da liberdade.

Na prelação sobre a lei Aurea, evidencia-se um discurso sobre a imprescindibilidade da abolição e sua íntima relação com o triunfo republicano sobre a Monarquia. A escravidão era incompatível com a modernidade, representando o atraso do povo brasileiro ante as nações civilizadas. E completa, em visão romântica sobre a abolição da escravatura: “felizmente tudo passou como um sonho mau”, comemorando-se hoje “a data da reparação dessa monstruosa injustiça pela pátria”.

A pátria celebra um dos seus mais gloriosos dias, e a ideia republicana, a sua primeira conquista de governo de herança, com a promulgação da lei áurea, que iniciou a redenção dos escravos no Brasil. O Brasil não era livre não podia ser livre, enquanto conservasse, como um direito, a escravidão dos homens, ignomínia que se transmitia com a procreação. A campanha abolicionista, sustentada com ardor e perseverança por espíritos patrióticos e esclarecidos, espalhou no meio do povo brasileiro essas ideias altruísticas e Moraes, dando como resultado a lei 28 de Setembro de 1871, arrancada ao governo monarchico pelas aspirações populares. O primeiro passo estava dado: o filho do captivo nasceria livre. [...] Era uma conquista republicana, sem duvida [...] Mais tarde, João Alfredo, outro patriota intemerato, teve a suprema felicidade de poder declarar:

___ Não há mais escravos no Brasil!

___ Com a publicação da lei que concedeu a liberdade incondicional e completa a todos os cativos existentes no território, em 13 de Maio de 1888. Era o espírito republicano, o espírito de igualdade, que triumphava; e assim bem o compreendeu a grande e previdente intelligencia do barão de Cotegipe, quando exclamou, por ocasião de promulgar-se essa lei:

_____ A monarchia está morta no Brasil

Sim, a monarchia estava morta desde esse momento; porque a ideia republicana triumphava até no seio do próprio governo do Imperador; mas o Brasil conquistava seu lugar de nação livre no convívio universal e reparava a mais tremenda das injustiças, que é a escravidão. (AMANAJÁS, 1905, p. 64, 65, 66).

Esta prelação é um raro momento do livro, em que Amanajás demonstra a preocupação em destacar o papel de pessoas simples, comuns, “como o humilde jangadeiro do Ceará”, essas pessoas, segundo ele, deveriam ser honradas como heróis combatentes, e seu papel e suas ações lembradas e estudadas em História Pátria, por seus serviços a nação. E

ressalta, que nos estudos de História Pátria deve estar lá o povo brasileiro, incluindo a massa de ex-escravos, elevando-o a condição dos povos ditos civilizados.

Honremos, pois, os nomes dos heroes, combatentes de então e triumphadores de hoje, desde o humilde jangadeiro do Ceará, não permitindo macular o seu barco primitivo, com o transporte da mercadoria negra, até o ministro que teve a coragem cívica de promulgar a lei nobilitante. No estudo de História Pátria, aprendereis todos esses nomes aureolados pelo patriotismo acendrado, e hi vereis também o povo brasileiro, sem exclusão d'aquelles que tão prejudicados eram por essa lei, erguer-se então á altura dos povos mais livres e civilizados [...]. (AMANAJÁS, 1905, p. 67).

Entre as datas e prelações de História Pátria mais entusiasmadas, e que causariam mais burburinho nos colegas de Ernesto, foram as que precederam as comemorações cívicas pelo advento da República. Amanajás reafirma a relação da República com a liberdade do povo brasileiro, opondo Monarquia e República, a primeira responsável pela escravidão e atraso do povo, e a segunda ligada a reconstrução da sociedade, a ideias de modernidade, liberdade e igualdade entre todos os cidadãos da pátria, lembrando os ideais da Revolução Francesa e seu triunfar com a República no Brasil.

Foi em 1889, um século depois de haver a grande Revolução Francesa proclamado – os direitos dos homens – espalhado as ideias nítidas de liberdade do cidadão, que o exercito e a armada, em nome do povo brasileiro, proclamaram o regime republicano, como forma de governo do Brazil, banindo a monarchia do solo da pátria. Começou então esta obra prodigiosa de reconstrução da pátria, impulsionada pelo patriotismo de Deodoro da Fonseca; Pela dedicação e doutrinação de Benjamim Constant; pela sciencia de Ruy Barbosa e Aristides Lobo; e pela energia de Quintino Bocayuva, Eduardo [...]. Decorai-lhes os nomes, e são tantos os dos beneméritos do Brazil![...] Amanhã devem reunir-se em procissão cívica todos os alumnos das escolas d'esta cidade [...] Até amanhã e viva a República! (AMANAJÁS, 1905, p. 147,152, 155).

O Autor ressalta ainda a necessidade da mocidade em decorar os nomes da História Pátria brasileira, especialmente os heróis republicanos. Assim, o estudo de História Pátria, é antes de tudo, a grande fonte de patriotismo e de exemplos as gerações futuras, tornando-se um instrumento imprescindível para a construção da nação.

Estudai bem a historia da vossa pátria meus meninos, e aprendei nos exemplos de patriotismo e virtude que nos deixaram os grandes homens, como deveis servi-la, se algum dia fordes chamados a participar do seu governo. (AMANAJÁS, 1905, p. 146).

O livro *Alma e Coração* coaduna com o projeto educacional republicano, ideologicamente conservador, característica das produções deste período, com conteúdos que objetivavam “formar a mocidade”, ler-se cidadãos republicanos, através do incentivo a virtudes morais e cívicas, a dedicação aos estudos e ao trabalho, como vias de uniformização e assimilação social.

As prelações de História Pátria trazem Histórias exemplares de grandes nomes e personagens da História, que com seus feitos grandiosos são exemplos de conduta patriótica. Dando ênfase a acontecimentos da História política e a personagens que contribuíram para o advento republicano.

Com o objetivo de formar os sentimentos cívico-republicanos da mocidade paraense, formar o cidadão paraense e brasileiro, tornava-se imperioso o estudo do passado. Conhecer o bem o passado para melhor compreender a nação no presente, era parte importante da constituição e consolidação da identidade republicana, buscando-se no passado autêntico e glorioso elemento para sua legitimação.

4.3-Theodoro Braga: O artista-historiador

Até Hoje nenhum dos Governantes tem poupado esforços ou medido sacrifícios para manter, dentro do necessário, a instrução popular, já na preparação integral dos professores, aperfeiçoando-lhes os estudos e as disciplinas, apurando os seus conhecimentos e aptidões pedagógica, já cercando as crianças de tudo que lhes é indispensável para o estudo, desde a parte material da instalação, até a escolha escrupulosa dos livros didaticos e a disciplina moral do espírito, de feição a fazer d'elles seres bons, uteis a pátria e a humanidade.

Theodoro Braga

O que levou a Secretaria de Instrução Pública do Pará a solicitar a elaboração de um manual com lições de História Pátria regional? E por que o Intelectual escolhido para essa tarefa foi Theodoro Braga²⁸? Para responder essas questões, ao longo deste subitem, é necessário que compreendamos a trajetória artística e intelectual de Theodoro Braga.

²⁸ **Theodoro José da Silva Braga**, paraense de Belém, nascido em 8 de junho de 1872. Após seu fértil período em sua cidade natal, volta ao rio de Janeiro em 1921, tornando-se professor na Escola Nacional de Belas Artes e onde passa dirigir interinamente o Instituto de Formação profissional João Alfredo. Em 1926 torna-se catedrático da Escola de Belas Artes de São Paulo, instituição da qual participa da fundação. Falece na cidade de São Paulo em 1953. Entre suas produções: *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1908; O Município de Breves (1738-1910): monografia organizada com o*

Theodoro Braga está entre os principais articulistas paraenses das primeiras décadas do século XX, que estiveram preocupados em construir uma identidade nacional e regional, vocação nacionalista essa, que marcou suas produções e sua trajetória artística e intelectual.

Formou-se em 1893, pela faculdade de direito do Recife, e logo se inclinou a formação artística ainda nesse mesmo período. Já residindo no Rio de Janeiro, em 1894 passa a estudar pintura na Escola Nacional de Belas Artes, permanecendo até 1899. Por excelência nos estudos ganha como prêmio uma viagem a Europa, para aperfeiçoamento, e se fixa em Paris, onde estudou na Academia Julian com Jean-Paul Laurens, um dos mais importantes mestres da pintura histórica francesa, que vai influenciar sobremaneira em sua formação.

Ao fazer caminho de volta ao Brasil em 1905, realiza várias exposições no Rio de Janeiro, Recife, e por último, Belém, onde era aguardado com bastante expectativa.

Theodoro Braga, a partir de então, firmou-se como o nome mais influente da pintura paraense, nas duas primeiras décadas do século XX. Apadrinhado pelo intendente municipal Antonio Lemos, o artista transformou a pintura em assunto de governo e o tema da História Pátria em matéria de interesse popular. Entre 1903 e 1905, Theodoro Braga se dedicou a costurar um novo momento nas artes plásticas do Pará, com iniciativa de aproximações entre artistas, literatos e autoridades do governo local em torno do debate do nacionalismo, da identidade regional e da História Pátria. (FIGUEIREDO, 2001, p. 50).

Seus vínculos com a História e com a pintura histórica se fortalecem com a execução de sua mais importante obra, *A fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, concluída em 1908, sob o mecenato do Intendente Municipal Antônio Lemos. Feita sob encomenda para ser apresentada ao público no aniversário do Intendente, essa obra é considerada o marco inaugural do modernismo na Amazônia, em que o artista pinta e escreve pelas nuances de seus pinceis a História da região. A monumental tela foi enriquecida com uma moldura inspirada na flora regional, e conta, a partir de suas imagens, a História da

estudo feito sobre documentos oficiais e obras vulgarizadas. Belém: G. de Torres, 1911; Apostilas de História do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1915; Guia do Estado do Pará. Belém: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1916; Noções de Chorographia do Estado do Pará. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.; História do Pará: Resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Além de publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará até 1920, como: A arte decorativa entre os Selvagens da foz do Amazonas” (RIHGP, 1917); História do Pará- Mais dos Capitães- Mores no governo da Capitania do Pará” e “ Jornais Paraenses”- de 1908 e 1918 (RIHGP, 1920); publicou também no Anuário de Belém de Ignácio de Moura, em comemoração ao Tricentenário da Fundação da cidade de Belém, com o trabalho: A arte Brasileira através da Cerâmica da Ilha de Marajó. (MOURA, 1915)

cidade, demarcando elementos constitutivos da identidade nacional e regional. (FIGUEIREDO, 2001).

Essa grande obra, foi fruto de um trabalho intenso em arquivos de Portugal, no intuito de coletar documentos que o ajudasse a compor a História sobre conquista da Amazônia. Inaugurada em 1908, no *foyer* do Teatro da Paz, faziam-se presente artistas, intelectuais e políticos ilustres de então. Suas pesquisas, para a execução da tela, resultaram no escrito *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos*, que foi entregue no dia da exposição ao Intendente, contendo 94 páginas e citações de suas fontes de pesquisa, com mais de 80 fontes consultadas para sua elaboração.



Figura 10: A fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará, Theodoro Braga, 1908

Fonte: Museu de Arte de Belém (MABE).

Theodoro Braga, desde sua chegada à Belém, demonstra uma forte preocupação com a formação crítica e estética de crianças e adolescentes, promovendo exposições de trabalhos artísticos originados no ambiente escolar, especialmente no período em que esteve à frente do Instituto de Formação Profissional Lauro Sodré, onde ensinou desenho artístico aos jovens. A *Primeira Exposição Escolar de Desenho* reuniu 1825 trabalhos, expostos em 1909 no Teatro

da Paz, resultantes de desenhos de alunos e alunas de vários estabelecimentos de ensino paraense²⁹. (COELHO, E., 2007; DÓRIA, 2011).

Após 1911, Theodoro Braga escreve vários textos, tendo como preocupação a História da Amazônia, acompanhando um forte movimento da intelectualidade local em tratar de temas pátrios e nacionais. A produção didática *Apostilas de História do Pará* é resultante deste momento fértil de pensar os ideais pátrios e as tradições nacionais

Solicitado pela Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública do Pará, Theodoro Braga publica em 1915 *Apostilas de História do Pará*, 16 “Theses para conferências didacticas nas escolas publicas e particulares do Estado do Pará”, em comemoração ao tricentenário da fundação de Belém. Solicitação mais oportuna, para aquele que realizou grande pesquisa histórica para a execução da grande tela histórica sobre a conquista do território Amazônico. Momento mais que oportuno, afirma, “de definir nossas origens, com conhecimentos de causa e efeitos, como razão da existência coletiva”. (BRAGA, 1915, p. 11).

Theodoro Braga, era um dos intelectuais envolvidos nas efemérides programadas pela oficialidade e intelectualidade local em comemoração a “grande data festiva”, e entre essas ações estiveram a fundação ou refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, processo do qual participou ativamente, e a elaboração da produção didática *Apostilas de Histórias do Pará*, que esteve entre outras produções publicadas em comemoração ao tricentenário de Belém, como o *Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616 a 1916: Histórico, artístico e comercial*, organizada por Ignácio de Moura. Em prefácio Theodoro Braga afirma:

A frente de todos nós, os que demos os primeiros passos nesse auspicioso objetivo, collocou-se o governo do Estado, promovendo a fixação de monumentos escriptos allusivos á festiva data, marcando assim o grandioso feito com os signaes indeléveis da intelectualidade paraense [...] paginas que visam o intuito de perdurar através do tempo e do espaço, no futuro, deixando vestígios inapagáveis da nossa passagem, vivendo com amor patriótico e consciente interesse civilizador uma data tão significativa para os nossos destinos. (BRAGA, 1915, p.11).

²⁹“As atas das reuniões do júri destinado a premiar os trabalhos expostos sugerem, porém, que permaneciam em suspenso muitas das dúvidas e controvérsias em torno de quais as corretas finalidades e melhores métodos para este ensino. Reuniões em que polemizariam de um lado o engenheiro Palma Muniz e de outro o pintor Theodoro Braga (1872-1953), que considerava o evento início de uma ‘[...] nova era para o estudo escolar de desenho e pintura no Pará’. A polêmica giraria ante a proposição de Palma Muniz, para que se excluíssem da premiação os trabalhos de pintura (argumentando que o objetivo do governo era promover uma exposição escolar ‘apenas de desenho’. Proposição contestada por Theodoro Braga, que defendia que pinturas e desenhos fossem julgados e premiados em igualdade de condições – premiados entre os quais se sobressairiam estudantes do sexo feminino”(DÓRIA, 2011, p. 127).



Imagem 11: Fotografia de Theodoro Braga

Fonte: RÊGO, Clóvis Morais. *Theodoro Braga: historiador e artista*. Belém: SECULT, 1974.

As vésperas da tão esperada data, muitos intelectuais lançaram-se em pesquisas e buscas de informações e dados documentais que pudessem dissipar as dúvidas existentes sobre a real data da fundação da cidade, a preocupação dos tricentenaristas em esclarecer a contenda e as diversas versões sobre o real dia da chegada de Castelo Branco e a fundação da cidade de Belém podem ser evidenciadas nas publicações feitas no *Anuário de Belém*, mostrando a importância desses estudos sobre nosso marco de origem e defendendo a ideia, própria a muitos intelectuais deste momento, de que a História paraense está ainda por fazer.

A disputa pela memória oficial [...] se fez ainda intensa por ocasião do tricentenário. O Anuário foi produto disso. Graças às investigações diplomáticas empreendidas no acervo da Torre do Tombo e outros arquivos de Portugal, por José Maria Paranhos Júnior (1845-1912), Barão do Rio Branco, o comitê toma conhecimento e em seguida publica um documento considerado ‘precioso para a fixação do primeiro estabelecimento português na Amazônia’. O conteúdo impresso admite que na noite de 25 para 26 de dezembro, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco desatraca do porto do Maranhão em direção ao que viria a ser o porto da cidade de Belém. A partir das argumentações e das documentações, ganha força a versão para a qual o 25 de dezembro marca o início da viagem inaugural. Mas ainda ‘resta saber a data precisa desse grande acontecimento’. (MORAES, T., 2009, p. 62).

Theodoro Braga, no contexto das pesquisas efetuadas para execução sua tela histórica, estava preocupado com a narrativa dos acontecimentos traçada a partir de seus pinceis, os personagens, paisagens e cores. A data de fundação da cidade, neste primeiro momento, não lhe pareceu tão importante, só se posiciona sobre a contenda em 1919, em seu livro *Noções de Chorographia do Estado do Pará*, onde demonstrou que a chegada de Castelo Branco no local escolhido para a fundação fora a 12 de janeiro de 1616. (FIGUEIREDO, 2001).

Suas Lições ou pontos sobre a História do Pará dedicaram-se a temáticas ligadas a História colonial, e também a temas e preocupações mais atuais, como a necessidade de um museu Histórico em Belém, a evolução dos livros didáticos e a influência da mulher no ensino público do Estado.

Voltada para os alunos e professores das escolas públicas e particulares do Estado do Pará, Theodoro Braga a caracteriza como “apostillas de História Pátria regional”, e ressalta seu desejo de facilitar os estudos e o acesso as fontes históricas, versando sobre os assuntos de forma geral e sumária.

As teses de História Pátria regional abordavam os seguintes temas ou lições: 1-Partida de Francisco Caldeira Castelo de Branco, em 25 de dezembro de 1615, em demanda das águas do Pará; seus intuitos, derrota da viagem e sua chegada em Belém; 2- O que era o Pará em

1615; tribos existentes no Guajará; a presença de forasteiros estrangeiros naquela época, nos nossos rios. A completa dominação Portuguesa no vale do Amazonas; 3- Valor Cívico e afortunado de Pedro Teixeira; a sua vigem por terra de Belém a S. Luiz; suas vitórias contra as fortificações e feitorias de holandeses e ingleses, em Garupa e no Xingú;4-A extraordinária Expedição de Pedro Teixeira, do porto de Cameté ás margens do Napo, que conseguiu para o Brasil a verdadeira conquista do Amazonas;5- A índole pacífica dos índios do Pará e sua adaptação ao ensino ministrado pelos missionários; 6- Onde foi a primeira fundação de Belém, como foi fundado o forte do Castello e como se edificaram as primeiras casas;7- Tópicos biográficos de Francisco Caldeira de Castello Branco, Pedro Teixeira, Antonio Cochado e outros principais personagens da fundação desta cidade; 8-As principais igrejas de Belém; conventos e ordens religiosas estabelecidas no Pará e sua influencia na nossa civilização;9-Evolução da escola primária desde a Colônia até os nossos dias; 10- História da fundação das primeiras cidades do Pará, destacando o nome de seus fundadores, o lugar de seus primitivos estabelecimentos e seu nome indígena; 11-Os Jesuítas na instrução pública da Colônia: os padres mais eminentes dessa ordem religiosa no serviço da catequese e nos acontecimentos políticos daquela época; 12- Os professores leigos; os nomes mais destacados na crônica do nosso ensino publico e particular; 13- Valor de um mestre-escola na civilização de um povo; a feição característica da nação copiada do trabalho do professor no ensino; 14- O valor das relíquias históricas como o principal meio de incentivar o patriotismo e esclarecer os pontos da História regional: necessidade de um museu histórico em Belém; 15- Evolução dos livros didáticos e literatura pedagógica do Pará, seus autores e importância de suas obras;16- Influencia da mulher no ensino público; seu valor didático, amenidade material no ensino, escolas mista.

Na III e IV tese, Theodoro Braga discorre sobre o valor de Pedro Teixeira, que com sua bravura heroica e sua extrema coragem, foi figura central na empreitada da conquista portuguesa sobre o território amazônico. Como “valoroso homem de guerra” foi bem sucedido em suas explorações e viagens pelos rios da região até Quito, no Peru, em sua luta contra os tupinambás, “reduzindo os índios a obediência”, e em sua luta contra os “estrangeiros”.

Foi ainda a elle, que coube a glória de levar pendão das quinas até Quito, capital do Peru, sendo também o primeiro navegador que singrou, subindo, todo o extensíssimo rio triumphos rápidos e completos, as tentativas audaciosas do inimigo continuam ephemeras e raras. O Pará começou a tomar posição no mundo civilizado. Acentuam-se e fixam-se os seus limites,

graças as sucessivas conquistas de seus colonizadores definitivos. (BRAGA, 1915, p. 24).

Destemido na luta contra os índios, holandeses e ingleses, para o autor, Pedro Teixeira é o grande herói português da Amazônia colonial, em conquistas de grande valor político, garantindo a grandiosidade do território brasileiro, e colocando o Pará rumo à civilização.

Até então nunca os portugueses tinham passado além do tapajós; após a viagem de Pedro Teixeira, expandiram-se eles pelo médio e alto Amazonas e seus afluentes, penetrando a selva de invencível grandeza e pujança. O que foi essa expedição e o seu resultado político, atesta-o hoje a grandiosidade territorial do Brasil, na sua mais ampla zona, que vai do mar ao actual posto fiscal de tabatinga. (BRAGA, 1915, p. 27).

Na VI tese, aborda a fundação de Belém e a construção do forte do Castelo, descrevendo tal qual seus estudos de 1908, para a criação de sua monumental tela: a entrada no rio Pará por Castelo Branco, sua escolha estratégica da área para edificação do forte, que mesmo pequeno deveria ser muito bem edificado e feito em pedra, metáfora da solidificação da empreitada Portuguesa na Amazônia, e cercado de peças de artilharia trazidas do Maranhão.

Após 1908, Theodoro Braga provoca um debate a cerca da construção e dos materiais utilizados na edificação forte do Presépio, como inicialmente era denominado o forte do Castelo. A edificação em pedra era motivo de questionamentos, especialmente pelo historiador pesquisador Arthur Vianna, que defendia a edificação do forte em madeira, respaldado pelos estudos empreendidos como diretor do Arquivo público do Estado do Pará no final do XIX, onde foi responsável pela organização da documentação sobre Amazônia colonial, lá existente. (FIGUEIREDO, 2001).

Assinalando a conquista portuguesa sobre esse território, a construção do forte e o consequente surgimento da cidade de Belém, como o marco inicial de incursão do Pará no rol da civilização, destaca na VII tese, os personagens e heróis mais importantes neste processo. Entre as figuras de destaque estão Pedro Teixeira, que considera o verdadeiro herói da colonização do Grão-Pará; Castelo Branco, sendo descrito como autoritário e grosseiro e de caráter duvidoso, exemplificando com o episódio de massacre aos Tupinambás e a relação de descortesia e de intolerância com os colonos; Antônio Colchoado, “piloto mor do descobrimento do Pará”; André Pereira Themudo, cronista da vigem de Castelo Branco do Maranhão para a fundação de Belém; Pedro Favella, companheiro nas empreitadas de Pedro Teixeira. Figuras da fundação da cidade “que para ella concorreram do modo mais efficiente,

com o sangue generoso derramado pela nova conquista, desperto o espírito, levantado o coração, requintado valor, para fazer della um trophéo glorioso e clamar aos séculos porvindouros”. (BRAGA, 1915, p. 36).

Na V tese, ao tratar os índios na História da colonização, Theodoro Braga evidencia o papel preponderante dos jesuítas e sua missão civilizadora com a catequese e com a instrução dos gentios, que graças a sua docilidade e “índole pacífica”, não se opunham, diz o autor, ao trabalho desenvolvido pelos religiosos. A belicosidade indígena, segundo o autor é dada a grande mortandade praticada desde Caldeira, e depois com a instituição pombalina. Assim, o índio, quando estimulado pela educação jesuítica, tornou-se útil ao empreendimento Português.

E foi assim que o índio, altivo mas indolente, mais tarde escravizado, começou por auxiliar com a força do seu braço e com o manejo de suas armas os conquistadores, ávidos das riquezas fabulosas com que contavam. Da sua índole pacífica e passiva, o selvagem soldado, depois de auxiliar grandemente a expulsão de inglezes e flamengos, passou a ser remeiro, agricultor, pescador caçador e servo, saindo assim de seus braços o sustento dos colonos, o transporte das mercadorias, a colheita das drogas e especiarias (...) todo o material necessário á vida da Colônia e ás aventuras dos colonizadores. Em frente a estes, erguia-se a figura simples na forma, e misteriosa no espírito, do jesuíta. (BRAGA, 1915, p. 29).

Na tese VIII e XI, Theodoro Braga volta a ratificar a importância histórica das ordens religiosas na Amazônia, no que chamou de “índescriptivel odysseia”, fundando “várias povoações pelo interior da antiga capitania”, na construção de igrejas e na instrução.

Ocorre, entretanto, notar, que grande foi o trabalho dos homens da igreja, religiosos jesuítas, capuchos da Piedade e de Santo Antonio, em divulgar, pela selva a dentro, a luz da religião, levando ao mais longiquo ponto da capitania a vida civilizada. Fácil foi, portanto, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do muito poderoso Marquez de Pombal, completando a obra da expulsão dos Jesuitas e mais religiosos em uma vigem commoda e sem perigos, tranformar aquellas missões em villas, dando-lhes novos nomes, apagando, desse modo rápido, a lembrança de seus verdadeiros fundadores, por outros nomes inexpressivos e copiados, pensando, assim, fazer obra meritória e duradoura. Verdade é que os nomes ficaram, mas permaneceram, inapagáveis, os factos passados da catechese e do sacrificio, da Constancia e da fé. (BRAGA, 1915, p. 36).

Destacando o papel dos Jesuítas, especialmente na Instrução Pública do Pará, reafirma sua dedicação missionária no ensino da catequese, bem como no ensino da Língua Pátria e da

moral do evangelho. Assim, o progresso da escola primária no Pará, assegura, teve início com as ordens religiosas no período colonial.

É dessa fonte de luz e de saber, de perseverança, de fé e de trabalho, tem jorrado até hoje e cada vez mais, essa onda enexaurível do preparo das escolas, que tanto tem levado o valor moral, intellectual e cívico do Estado do Pará. A escola primária progrediu desde essa data, e continua a afirmar a sua força evolutiva na instrução intensiva da juventude, com real efficiency didactica, graças á paternal assistência do poder público, velando carinhosamente por ella, a despeito de toda a eventual inópia do seu erário, e ao devotamento sempre provado d'esses abnegados e tantas vezes desconhecidos apóstolos do ensino que são os professores titulares. (BRAGA, 1915, p. 46).

Moreira (1989), ao analisar a contribuição didática de Theodoro Braga afirma:

As 16 teses [...] constituem o assunto das Apostilas. Trata-se de um dos trabalhos mais úteis e interessantes das nossas letras didáticas no campo da História regional, não sendo este, aliás, o único trabalho importante do autor neste particular. [...] Pela seleção dos temas e pela sua finalidade, esse trabalho foge sensivelmente ao padrão comum dos livros da sua espécie, não só devido ao modo como o autor aborda certos assuntos, como pelas sugestões que por vezes apresenta, algumas até mesmo deveras curiosa, como por exemplo a de se transformar o forte do castelo num autêntico Museu Histórico. Além disso, encontramos ai uma certa evidencia do social da interpretação da nossa História, o que valoriza ainda mais essa contribuição de Theodoro Braga. (MOREIRA, 1989, p. 56).

Nosso artista/historiador procurou mostrar na obra *Apostilas de Histórias do Pará*, que o Estado e sua Capital são revestidos de História, e o seu e registro, o registro de alguma tradição gloriosa, daria a unidade necessária para continuidade de uma trajetória civilizadora, que tem como marco de origem a chegada do Português na região, negando a existência da história da Amazônia antes disso. O conhecimento da História do Pará, especialmente do período colonial, daria a exata dimensão do progresso pelo qual passou a cidade, a região e a instrução no Estado, legando aos leitores o compromisso de continuidade como paraenses e brasileiros.

O retorno as origens, e a busca de marcos históricos e geográficos, criando uma História própria que nos desse unidade, era uma necessidade do presente. Cabia ao autor, ao tecer formulações sobre a História da Amazônia em manuais escolares, selecionar o que era digno de ser levado ao conhecimento de todos, especialmente da mocidade, sedenta por exemplos pátrios que direcionariam a vida do futuro cidadão.

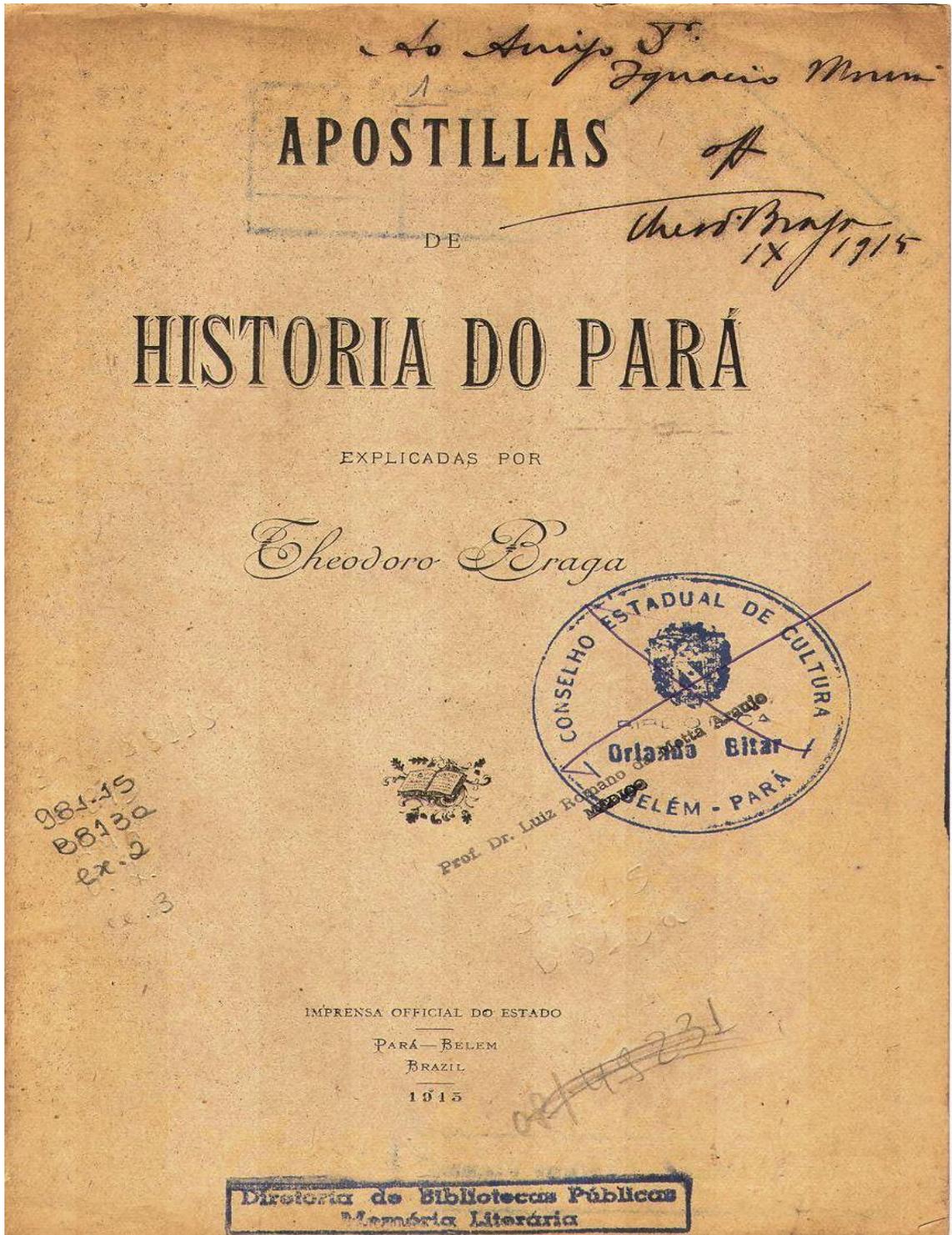


Imagem 12: Sobrecapa do livro Apostilas de História do Pará- Theodoro Braga

Fonte: Biblioteca Arthur Vianna, Obras raras

Esse compromisso moral, de continuar a História, evidencia-se em suas teses sobre a escola primária, o papel do mestre escola e da mulher. A escola, o professor e a mulher, estavam imbuídos de uma missão civilizadora de formação dos indivíduos, em uma tarefa de regeneração social através da educação.

A influencia da escola é tão grande sobre os destinos de um povo, que o valor deste pode ser medido pelo grão de aperfeiçoamento d'aquella. [...] Educar o povo, dando-lhe ao menos a instrução primária, é preparar-lhe a intelligencia e o coração, é, sobretudo, fortificar-lhe o espirito. Assim do derramento da instrução depende em máxima parte a prosperidade dos indivíduos, e com ella a grandeza e a fortuna das nações. Fazer chegar a instrução, a todos os pontos, por meio de escolas regulares, e estas entregues ao competente e dedicado mestre escola do passado, hoje o professor normalista, eis a já velha e sempre presente preocupação capital dos poderes do Estado, empregando assim todos os meios para a mais efficaz divulgação da instrução e da educação. (BRAGA, 1915, p. 71).

Vendo a instrução como principal elemento para o progresso, caberia ao professor primário “toda a grande responsabilidade na construção do grandioso edifício social, na formação de indivíduos dignos e capazes para a sua consolidação.” (BRAGA, 1915, p. 72).

Os ensinamentos e exemplos dados através da História, especialmente da História Pátria, não se veiculava apenas no registro escrito dos acontecimentos ou fatos ocorridos, nesse sentido, Theodoro Braga defende em sua tese XIV o “valor das relíquias históricas” e a “necessidade de um museu histórico em Belém”.

A necessidade de um museu se fazia imperiosa, em pleno período de comemoração do tricentenário da cidade, estariam lá relacionados, além dos documentos e objetos concernentes aos principais personagens da História do Pará, lá estariam documentos que retratassem nossos costumes, modos de vida e especialmente, a evolução social. Entre os vultos pátrios: Padre Vieira, Felipe Patroni, Batista Campos, Gama Malcher, Padre Prudêncio, os Romualdos, General Gurjão, Dr José da Gama Malcher, Julio Cezar, Antonio Ladislau Baena, e Carlos Gomes.

Um museu paraense não seria senão uma solida parcella da grande e gloriosa Historia Brasileira. O momento auspicioso que se aproxima [...] vem corroborar ainda mais com a necessidade que tínhamos, e que temos, agora e sempre, de um museo regional, que cabe e se impõe dentro das muralhas do forte do Castello, o último vestígio existente do nascimento da nossa capital [...].Precisamos de um museu onde o público vá, quotidianamente, e gratuitamente aprender a historia de Belém, a história do Pará, seus feitos e seu evoluir nos três séculos que conta de existência. (BRAGA, 1915, p. 74).

O museu se fazia necessário como “lição muda e, todavia, eloquente” de História Pátria regional. Com cunho “essencialmente educativo” elucidaria as datas e episódios da História, e os feitos dignos de serem lembrados, ensinamentos esses de valor inestimável para o cultivo dos valores pátrios, “tudo ali conservado falará alto ao nosso espírito e á nossa imaginação de povo emancipado”. (BRAGA, 1915, p. 75).

Com o tema do nacionalismo e do civismo na ordem do dia, suas principais vias de fomentação seriam os estudos de História Pátria, elucidados através dos museus, da escola e dos manuais didáticos. No discurso didático de Theodoro Braga observa-se uma grande preocupação em construir uma memória histórica, que serviria de exemplo para os jovens estudantes e futuros cidadãos da pátria, e professores, que deveriam conhecer bem o passado para defender seus interesses. Voltar ao passado e reescrever a História significava criar uma tradição, categoria essencial na construção da nacionalidade.

Apostilas de História do Pará e Alma e coração, estavam entre os livros autorizados a habitar no cotidiano das escolas paraenses. O primeiro solicitado e patrocinado pelo Estado, foi impresso pela imprensa oficial para esta finalidade: sua distribuição entre alunos e professores, por ocasião do tricentenário da capital. O Segundo, não foi solicitado nem publicado inicialmente por uma tipografia oficial, no entanto, foi não somente *aprovado* pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará, mais também mandado *adotar* para leitura nas escolas, voltado para alunos do segundo ano do curso primário superior, último ano do curso primário, no ano de 1900. (COELHO, M., 2004).

Em um período, vale ressaltar, em que estava institucionalizado um aparato de controle sobre o que deveria ou não ser lido e utilizado nas escolas, através da legitimação de critérios e pareceres para a adoção dos livros escolares, que deveriam obedecer a parâmetros quanto à forma, conteúdo e seu custo, para ser declarado *aprovado* e *adotado*.

Segundo os estudos empreendidos por Corrêa (2006), sobre o circuito do livro escolar amazonense, havia diferenças entre *aprovação* e *adoção* de um livro escolar. Os livros somente aprovados, segundo ele, deveriam passar novamente pelo exame do Conselho Superior de Instrução Pública, para receberem o privilégio de serem adotados nas escolas.

Tais indicações nos levam à seguinte indagação: por que estes livros e não outros? Uma resposta possível seria que o critério adotado pelo Diretor levava em consideração a validade dos livros, em função dos conhecimentos que ele acreditava serem imprescindíveis na formação das crianças que frequentavam as escolas de primeiras letras. Nesse caso, a decisão de indicar certos livros (e não outros), estava intensamente marcada pela sintonia entre os conteúdos veiculados naqueles livros examinados pelo Diretor e a clareza

que ele tinha acerca dos conteúdos que deveriam compor o currículo das escolas primárias. Ao mesmo tempo em que recomendava o material a ser lido, estabelecia os conteúdos a serem ensinados. (CORRÊA, 2006, p. 103).

Com a aceitação do Conselho e tendo sido transformado em obras impressas, esses livros entraram em circulação e foram lidos por professores e alunos paraenses, estabelecendo e veiculando conteúdos oficiais, em um período em que essa produção era considerada ferramenta fundamental para o desempenho da função docente.

Amanajás, em prefácio da segunda edição, demonstra a grande aceitação de seu livro de leitura, pela família, pela escola, por professores.

Este livrinho foi recebido pelo público da minha terra com uma benevolência, que me confunde e me desvanece. A família e a escola deram-lhe significativo acolhimento; pois em três anos esgotou-se a primeira edição de cinco mil exemplares. De professores e particulares recebi congratulações animadoras, que me deram coragem para fazer uma segunda tiragem [...]. (AMANAJÁS, 1905, p.1).

Tendo sido editado inicialmente pela livraria Clássica, que assemelhava-se no Pará a Francisco Alves no Rio de Janeiro, e posteriormente pela Imprensa Oficial, o sucesso editorial do livro de Amanajás, e sua grande aceitação na escola, por professores, na família e pela oficialidade, pode ser medida por está entre os *Livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias do estado do Pará no ano de 1903*, sendo direcionado para o uso dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado no 2º ano do curso Elementar, constar na relação de livros oficiais em 1919, direcionado ao 4º ano do curso do Elementar primário, e por ter esgotado em três anos cinco mil exemplares. (A ESCOLA, 1903, p. 260; O ENSINO, 1919, p. 199).

Apostilas de História do Pará por sua vez, foram impressas e distribuídas impulsionada pelo intenso movimento cívico-patriótico que tomou conta de políticos e intelectuais locais, em comemoração ao tricentenário de Belém, momento em foram executadas várias ações com esse intuito, como a elaboração de livros, panfletos, galerias históricas, hinos, e a própria fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, organizada por um comitê patriótico, tendo em Theodoro Braga um de seus principais articuladores. Em prefácio Theodoro Braga revela o intuito da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública:

A Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, associando-se a numerosos outros factores commemorativos desta data, elaborou oportunas theses, [...] para serem estudadas, defendidas e explicadas [...]. Impressas e distribuídas essas theses, um propício movimento de entusiasmo patriótico se apoderou de todos os que amam esta sagrada parcella da patria comum. (BRAGA, 1915, p.11).

Com as transformações ocorridas nos programas prescritos para o ensino primário, após 1915, os temas de História Pátria regional foram não só instituídos nos programas de História, como também recomendava-se ao professor que primeiramente eles fossem abordados e depois os conteúdos de História Geral e Universal, mudança amplamente estabelecida com o regulamento do ensino primário de 1919, onde as temáticas de História do Pará são inseridas a partir do 2º ano primário Complementar. Compreendemos então, que essas transformações estão concatenadas a imprescindível necessidade em abordar e produzir temáticas locais pela intelectualidade, preocupações na qual Theodoro Braga e sua produção didática assumem importância capital.

Os saberes oficialmente veiculados legitimaram um determinado saber histórico escolar, através de livros e conteúdos prescritos, direcionando o que era digno de ser ensinado nas escolas paraenses. Esse olhar a que me propus lançar luzes sobre a constituição da História escolar no Pará Republicano, certamente não consegue abarcar a complexidade da constituição deste saber/disciplina, ao menos desvelar um tipo de História escolar, concebida como ensinável por intelectuais e pela oficialidade. (ROCHA, 1996).

Resultado de uma seleção intencional feita pelo Estado, esses conteúdos passaram a ser vistos como os únicos saberes válidos a serem ensináveis por professores, e apreendidos por alunos das escolas públicas do Estado, através de leitura, de aulas explicativas, e da memorização e reprodução de dados e fatos. (ROCHA, 1996).

Estabelece-se nesse momento uma espécie de “pedagogia da nacionalidade” claramente preocupada com a afirmação do ideário político republicano. Para tal era necessário reconstruir o passado, mais precisamente o passado histórico da nação, que precisava ser ensinado, através de uma narrativa acessível e recortada, pautada nas ações exemplares dos heróis nacionais, fatos e datas que remetessem a uma memória positiva do país e direcionasse ações futuras. Construindo, deste modo, uma “escrita “moderna” da História, voltada para um projeto de futuro, mas que não abandona a dimensão do exemplo e a concepção de ser uma “mestra da vida”, ao menos de uma vida republicana”.(GOMES, 2009, p. 120)

Podemos inferir que *Alma e Coração* e *Apostilas de História do Pará*, de Hygino Amanajás e Theodoro Braga, foram de grande relevância para a escrita da História escolar ensinável no Estado do Pará. Possuindo estreitas ligações com o poder educacional instituído, participes desse processo, suas produções tinham claros intuítos civilizatórios e de legitimação da ordem, através de uma História Escolar voltada para a criação de uma memória histórica, de manutenção e conformação dos ideais nacionais e de “invenção de tradições”. O “lugar” da produção desse saber, atrelada à oficialidade e ao IHGP, foram determinantes para a concepção de História construída, e para formação de “almas e corações”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da constituição da História como saber no Pará, nas primeiras décadas do século XX, é remeter-se inevitavelmente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará como lugar de memória, considerando-o *locus* agregador da intelectualidade local, e como lugar de pesquisa, elaboração, sistematização e divulgação de uma História regional na Primeira República no Pará.

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi fundado inicialmente em 1900, e refundado em 1917. Sua refundação em 1917 foi parte integrante de um conjunto de ações planejadas por um grupo de intelectuais, o chamado comitê patriótico, para a comemoração do tricentenário da fundação da cidade de Belém, entre eles estavam Theodoro Braga, Américo Santa Rosa, Palma Muniz e Ignácio de Moura, com grande adesão da intelectualidade local, inclusive entre aqueles que já figuravam como sócio fundador em 1900, como Hygino Amanajás. Saudada por intelectuais e políticos paraenses, em sua grande maioria republicanos históricos, logo essa agremiação serviu na afirmação do ideário civilizacional republicano, preocupação esta que é possível observar nas suas revistas (RIHGP), *locus* privilegiado de divulgação das ideias da intelectualidade local.

Esses intelectuais, que transitavam entre os mais diversos campos e saberes, tinham no IHGP um lugar de sociabilidade privilegiado para pensar e produzir a História da Amazônia e do Brasil, necessários a constituição de uma identidade nacional, e de uma nação que caminhasse rumo ao progresso.

Preocupados com uma educação cívico-patriótica, esses intelectuais se engajaram no projeto político republicano de construção de uma nacionalidade, em que a História Pátria ganhou lugar fundamental em suas ações, seja como político, historiador, divulgador e educador.

A escola republicana era uma das vias principais de transmissão desses valores, preocupados com a formação moral e cívica da população, e na formação do cidadão verdadeiramente republicano e patriótico. A disciplina História viria, assim como o ensino da Geografia, responder a essa necessidade. Dentre seus vários objetivos: formar o cidadão brasileiro e patriota, e aproximar a nação cada vez mais dos padrões de “civilização”.

A História acadêmica e escolar, que começa a se delinear no Brasil em torno de duas principais instituições, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Imperial Colégio de D. Pedro II, já nasce sob a tutela do Estado e com o intuito de servir à nacionalidade

A representação coletiva da História nacional se realiza por meio de um projeto orientado e dirigido para a construção de identidade da nação. Desse modo, era imprescindível criar um conhecimento histórico no qual a nação fosse associada as ideias de progresso e modernidade, e se reconhecesse como tal. Esse saber construído, portanto, recortado, selecionado com base em perspectivas nacionalistas, enfatizava a construção de uma memória positiva da nação, de um passado glorioso, como vias de garantir a unidade, a grandeza, e progresso nacional. Nesse aspecto, verificamos a vinculação clara entre os conteúdos de História, direcionados pelo Estado, e os projetos nacionalistas, cuja apresentação na literatura didática se fez sob o signo da memória histórica.

Ao lado do reconhecimento do valor da História, pelo Estado e pela intelectualidade, como um saber importante para a sociedade como um todo, vieram as preocupações na divulgação deste conhecimento, através de ações do Estado no plano da legislação, de festejos cívicos patrióticos, e da elaboração de livros e manuais didáticos e sua inserção na educação formal.

Diversos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará estiveram ocupados na elaboração de manuais didáticos no Pará republicano, produzindo livros de História Pátria, Geografia Pátria e Língua Pátria, entre eles podemos destacar, Arthur Vianna, Vilhena Alves, Paulino de Brito, Virgílio Cardoso de Oliveira, Ignácio Moura, Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, além dos autores aqui em estudo, Theodoro Braga e Hygino Amanajás.

Os livros escolares estudados, foram utilizados e distribuídos no ensino primário no Pará na Primeira República, *Alma e Coração* de Hygino Amanajás (publicado em 1900 e reeditado em 1905), e *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga (1917), sendo ambos de profissionais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o primeiro participou de sua criação em 1900 e refundação em 1917, e o segundo foi secretário da instituição após 1917.

Os dois autores coadunavam com discussões comuns à época, sobre o papel e a importância da educação, como vias de ensinar a disciplina moral e patriótica ao povo, conhecendo e valorizando as tradições nacionais, especialmente as republicanas.

Alma e Coração é claramente um livro voltado para o uso escolar, primeiro por ser um livro de leitura, seguindo as recomendações de políticos e intelectuais do período, como José Veríssimo, que desaconselhavam o uso de compêndios de História do Brasil para o ensino primário, sendo os livros de leitura os mais indicados para os alunos, recheados de ensinamentos cívico-morais, e com narrativas que atraíam o público leitor. Segundo, por ter sido inspirado no livro amplamente conhecido no Brasil do século XIX, e utilizado nas escolas de então, *Coração de De Amicis*. Adotando a estrutura narrativa do livro Italiano, em

forma de missivas. E terceiro, pelo conteúdo dos aconselhamentos e prelações do professor, claramente preocupado em cultivar nos alunos virtudes ligadas a preceitos morais-religiosos.

Com preocupações claramente republicanas, Amanajás estabelece frequentemente na narrativa a oposição entre República e Monarquia, vinculando a República à modernidade, ao progresso da cidade de Belém e das instituições aqui existentes. Quanto a essa última, está vinculada necessariamente a escravidão, ao atraso econômico, social e das instituições de ensino.

Estimula nos alunos o amor a pátria e o estudo de História Pátria, necessários para conhecer o passado da nação, seus principais acontecimentos, e o conhecimento de seus heróis com conduta patriótica exemplar, a quem a mocidade deveria se inspirar, por suas ações grandiosas e abnegadas em favor da nação. Recheado de intenção educativa, cívica, patriótica e social, o livro *Alma e Coração* atribui grande valor a família, a escola e ao trabalho, necessários a conduta social do cidadão republicano.

Enquanto o livro de Amanajás tem como pano de fundo a cidade de Belém na virada do século XIX, “modernizada pelo progresso material”, pouco ou quase nada trata de assuntos de História da Amazônia, ou quando muito, esses assuntos são citados de maneira vaga e superficial, como a Adesão do Pará a Independência, rapidamente citada como data a ser lembrada.

O livro de Theodoro Braga, por outro lado, elaborado 15 anos após *Alma e Coração*, momento em que já havia um forte clamor entre a intelectualidade local por temas regionais, na tentativa de demarcar nossas singularidades e especificidades, aborda assuntos de “História Pátria regional”, como alerta o autor em prefácio, demarcando as origens da cidade de Belém e seu passado colonial.

Apostilas de História do Pará, apesar de está direcionada aos dois públicos, a alunos e professores primários, pelos assuntos abordados e pela forma de abordá-los, podemos inferir que há um objetivo claro de formação do professorado local, ao tratar da origem do ensino primário no Pará, a importância do mestre-escola e o papel da mulher na educação.

Estas temáticas, aparentemente desconectadas dos assuntos anteriormente tratados sobre a História colonial e a fundação da cidade de Belém, demarcam nossa evolução social, marcados pelo progresso da instrução e evolução do ensino primário no Pará, dimensionando o papel histórico dos professores de missionários da pátria, e de formação do cidadão cívico-patriótico que o Estado queria. Para isso, lembra o papel importante dos jesuítas na educação e o papel abnegado na “domesticação” dos índios, não só no ensino da fé, mas também no ensino da língua e de hábitos.

Ao retratar os marcos de origens da cidade de Belém, suas origens históricas, buscava demarcar nossa identidade, dando a unidade necessária para a continuidade de uma trajetória gloriosa, amparada pelo progresso e pela civilização. A educação, os conhecimentos de História Pátria, das nossas narrativas históricas, seus feitos e heróis, seriam fundamentais neste processo.

O saber de história escolar, construído pelos autores, pode ser caracterizado pelas escolhas dos assuntos, selecionando conhecimentos dignos de serem veiculados, construindo-se uma memória histórica positiva da nação; pela forma de abordá-los, em uma busca incessante de conhecer o passado, e seus heróis, para que exemplarmente ele pudesse ser utilizado no presente; pela estrutura simples e objetiva da narrativa; e pela finalidade educativa por meio da História Pátria presente em ambas as obras, com conteúdos de supervalorização do patriotismo, para a conformação dos ideais nacionais, legitimadas pela História. Assim, determinados fatos e heróis são valorizados em detrimento de outros, inventando-se tradições nacionais, característica comum à literatura didática do período em estudo.

Esses conteúdos foram intencionalmente construídos e legitimados pelo Estado, que direcionavam, neste contexto, o que deveria ser veiculado por livros e ensinado por professores, através de um mecanismo de controle e avaliação dos livros que poderiam ser aprovados e adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. *Alma e Coração* e *Apostilas de História do Pará*, deste modo, com o aval oficial, vão contribuir para validar um tipo de História e um tipo de narrativa histórica, tida neste momento como ensinável, condizente com projeto político patriótico republicano.

Os Intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, amplamente envolvidos com as questões de seu tempo, contribuíram sobremaneira para construir uma memória histórica para região, tanto através de suas pesquisas nas cadeiras do Instituto paraense, quanto com suas preocupações mais amplas de construção das tradições nacionais através da elaboração de livros e manuais didáticos, contribuindo para um processo ainda em andamento de constituição e reconstituição da História como disciplina escolar no Pará republicano.

Reconhecido o valor imprescindível da História para a construção da nacionalidade, esses intelectuais valorizaram uma História verdadeiramente pátria, e que tivesse uma atuação prática na construção da arquitetura social. Para isso, era necessária a sistematização desse saber, em livros e manuais didáticos utilizados nas escolas públicas e particulares do Estado, constituindo-lhe identidade e especificidade, e abrindo caminho para a construção de um

saber verdadeiramente escolar, elaborado e materializado na prática cotidiana de alunos e professores.

Esse estudo, ao invés de respostas, abre possibilidades de inúmeros questionamentos e reflexões. Sendo seu escopo a contribuição dos profissionais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará para a escrita de uma História escolar, demonstra a necessidade de novas pesquisas que perpassem pela constituição deste saber dentro da escola, sofrendo intervenção de seus sujeitos sociais, alunos e professores, processo fundamental para conferir identidade para um saber/disciplina.

6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

1-Obras Impressas:

ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena. *Compendio de analyse moderna: lexicologia e syntactica*. Typ. Do Diário Oficial. Belém – PA, 1895.

_____. *Primeira Grammatica da Infancia*. Typ. E Enc.P. Barbosa. Belém – PA, s/d.

_____. *Segunda Grammatica da Infancia*. Typ. E Enc.P. Barbosa. Belém – PA, 1897.

_____. *Miscellanea Litteraria*.Pará: R.L. Bintecourt & Cia, 1900.

AMANAJÁS, Hygino. *Noções de educação cívica: para uso das escolas primarias do Estado do Pará*. Typ. Do Diário Oficial. Belém-PA, 1898.

_____. *Alma e Coração*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial,1905.

BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos*. Belém: Secção de Obras d'a província do Pará, 1908.

_____. *O Município de Breves (1738-1910): monografia organizada com o estudo feito sobre documentos officiais e obras vulgarisadas*. Belém: G. de Torres, 1911.

_____. *Apostilas de História do Pará*. Belém: Imprensa Official, 1915.

_____. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1916.

_____. *Noções de Chorographia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.

_____. *História do Pará: Resumo didático*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

BRITO, Paulino de. *Collocação do pronomes: artigos publicados na Província do Pará (1906-1907)*.Paris: Typ. Ailaud, 1907.

_____. *Grammatica complementar da lingua portuguesa*. Belém:Typ. Papelaria Suisso, 1928.

_____. *A Grammatica do professor*. S.l, 1908.

CARDOSO, Firmo. *Evolução das escolas primárias do Pará*. In: *Anuario de Belém em commemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Geographia especial do Pará: para uso das escolas primarias*. Belém: Typ. e Enc. Da V. Travessa, 1894.

_____. *Paraenses Illustres*.Pará:Typ. J. B. dos Santos, 1900.

FIGUEIREDO, José de Castro. *Cartographia escolar: para uso das escolas primarias*. Torinto: Typ. L.Simondetti, 1898.

FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. *Paleógrafo, ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Província do Pará*. 13 ed. Paris: P. & A. Davy. 18-?.

HURLEY, Jorge. *Noções de História do Brasil e do Pará: de acordo com o programa de ensino primário do Estado do Pará*. Belém: Typ. Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1938.

MOURA, Ignácio. *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

_____. *Ensaio de Educação Moral e Cívica*. Belém – PA:1928.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. *Leitura Cívica-apontamentos, história e notícias sobre a Constituição Federal*. Belém: Livraria Moderna, 1901.

PARÁ. Governo do Estado(Augusto Montenegro). *Album da Festa das Crenças. Descrições e photographias*. 7 de setembro de 1905. Aillaude Cª Editoras (Paris), 1905.

TAVARES, Alexandre. *A Instrução Pública em 1900-* Prologo da coleção de leis e regulamentos do ensino público organizado pelo ex-diretor Augusto Olympo e Souza, Pará, 1902

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto,1985

_____. *Cenas da Vida Amazônica*. Editora WMF Martins Fontes, 2011.

VIANNA, Arthur. *Pontos de História do Pará*. Belém: Empresa Graphica Amazonia, 1919.

2-Obras online

AMICIS,Edmundo.Corazón.1868.In:<http://www.todoebook.net/ebooks/ClasicosInfantiles/Edmundo%20de%20Amicis%20-%20Corazon%20-%20v1.0.pdf>. Acesso, novembro de 2012.

3-Revistas:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

Sócios do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará. *Revista do Instituto Histórico geográfico e Etnográfico do Pará*. vol I (nº 1); Belém Imprensa oficial 1900, p.168 e169.

Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- Sócios Fundadores. *RIHGP*, Anno 1, fasc. I, Belém, Novembro 1917, s/p.

Ata de Instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- Sócios Fundadores. *RIHGP*, Anno 1, fasc. I, Belém, Novembro 1917, p 1 e 2.

MOURA, Ignácio. Alocução pronunciada pelo Dr. Ignácio de Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a 6 de março de 1917, no Teatro da Paz. *RHIGP*. Anno 1, fasc. I, Belém, Novembro 1917, p 3, 4 e 5.

BESSA, Raimundo José Martins. José Bonifácio e a Independência do Brasil . *RIHGP*, Ano I, fasc.I, Novembro 1917, p.80 e 90.

MOURA, Ignácio . Relatório do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *RIHGP* (Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré). Anno II, fasc.II, Belém, outubro 1918, p.231 e 235.

Sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pronunciamento de Luis Estevão de oliveira (orador). *RIHGP*, fasc III, Belém, outubro de 1920, p 373 e 374.

Acta de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pronunciamento de Palma Muniz. *RIHGP*, fasc III, Belém, outubro de 1920, p 376

MUNIZ, Palma. As teses sobre a Adesão do Pará a Independência. *RIHGP* (Edição comemorativa do centenário da Independência Política do Brasil), Belém, Anno VI, volume IV, Março de 1923.

Sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pronunciamento de Americo Santa Rosa. *RIHGP* (Edição comemorativa do centenário da Independência Política do Brasil), Belém, Anno VI, volume IV, Março de 1923, p. 603,604, 605.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará, Belém.

OLIVEIRA, Virgilio Cardoso de. Discurso-programa- para os membros do conselho de Instrução Pública. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, num.1, Maio de 1900, p 14.

Regimento Interno das Escolas Publicas do Ensino Primário – deveres dos professores. Diretoria geral de instrução pública do Estado do Pará, na figura de seu Diretor Virgilio Cardoso de Oliveira. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, num.2, Maio de 1900, p 221.

Circular- ao professorado da capital a proposta da 1ª conferência cívica em 7 de setembro- Diretoria geral de instrução pública do Estado do Pará, na figura de seu Diretor Virgilio Cardoso de Oliveira. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, Abril a Setembro de 1900, p.627.

Quinta sessão ordinária do Congresso Pedagógico do Estado do Pará - Projeto de Hygino amanjás e Henrique Santa Rosa. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 2, num. 12, março de 1901, p. 341.

Conselho superior de instrução pública. 19ª sessão ordinária, em 30 de janeiro 1901. Pronunciamento Virgilio Cardoso de Oliveira *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 2, num. 16, Maio de 1901, p. 796.

Reformulação do Ensino Primário: Diário Oficial de 12 de outubro nº 3289: 1902. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 3, num. 33,1902, p.99.

Livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias do estado do Pará no ano de 1903. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 4, num. 36, 31 de março de 1903, p.260.

O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura, Belém.

MAÇAL, Antonio. O Ensino. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 1- 2ª fase, 30 de junho, 1918, p. 1 e 2.

SODRÉ, Lauro. Palavras de Saudação. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 1- 2ª fase, 30 de junho, 1918, p. 2 e 3.

NASCIMENTO, Sylvio. Conferencia Pedagógica. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 3- 2ª fase, 31 de Agosto, 1918, p. 87.

NASCIMENTO, Sylvio. Em torno da História. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 9 e 10- 2ª fase, 1919, p.110.

Programas de Ensino - organizados e mandados adotar pelo Conselho Superior do Ensino Primário em 1919. Portaria de 25 de Abril de 1919. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 11- 2ª fase, 1919, p.186 e 187

Decreto que resolve mandar adotar nos estabelecimentos de ensino primários livros didáticos para o ano de 1919. Decreto: 3.356 *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 11- 2ª fase, 1919, p.199. ENSINO, 1919, p.

4- Documentos Oficiais, arquivos:

Arquivo Público do Estado do Pará

PARÁ (Estado). Regulamento Geral da Instrução Publica e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará. Typographia da “A província do Pará” De Antonio Lemos – Travessa do Passarinho, nº 17 –Pará – 1890. Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria do Governo. Série: Portarias diversas. Códice: 1890

Arquivo da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Belém-Seção de Obras Raras.

PARÁ (Estado). Direção Geral de Instrução Pública. Regulamento escolar: Programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas publicas do estado do Pará, para o ensino primário (governo Justo Chermont elaborado pela Diretoria Geral de Instrução Publica, José Veríssimo). Pará. Imprensa de Tavares Cardoso, 1890.

PARÁ (Estado). Diretoria de Instrução Publica Primária- Programa para os Exames de Estudos Primários. Belém pará- Typ. Imprensa Official, 1920.

5-Referências Bibliográficas

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. A institucionalização da escola primária na Primeira República. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.2, n.4, p.156-168, jan/abr. 2012.

ABUD, Kátia. Currículo de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: *O Saber histórico na sala de aula/* Circe Bittencourt (org). São Paulo. Contexto, 2006.

BARROSO, Wilson da Costa. *Educação e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897*. 2005. 134f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Porque me ufano do meu país*, de Affonso Celso (1900). *Educar, Curitiba*, n. 20, p. 245-260. 2002. Editora UFPR.

BEZERRA NETO, José Maia. Os Males de nossa origem: O passado colonial através de José Veríssimo. In: Terra Matura: *Historiografia e História social na Amazônia*. Org. José Maia Neto, Décio Guzmán-Belém: Paka-Tatu, 2002.

BITTENCOURT, Circe M. F. Produção Didática e programa de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. *R. Fac. Educ. São Paulo*. 15(2): 167-187. Jul/dez de 1989.

_____. Disciplinas Escolares: História e pesquisa. In OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda e RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.) *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSP, 2003.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

_____. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: *O Saber histórico na sala de aula / Circe Bittencourt (org)*. São Paulo. Contexto, 2006.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: *O Saber histórico na sala de aula/ Circe Bittencourt (org)*. São Paulo. Contexto, 2006.

_____. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: *O Ensino de História e a criação do fato/ Jaime Pinisky (autor e organizador)*. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 19, n 38, pp. 253-282, 1999.

BRANCO, Gisele Cristina; MALACARNE, Vilmar. A questão da identidade nacional brasileira na obra História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen: Cultura e Educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.95-112, dez.2008 - ISSN: 1676-2584.

CALDAS, Karina Ribeiro. *Nação, memória e história : a formação da tradição nos manuais escolares (1900 - 1922)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*", Dissertação (mestrado Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 20ª edição, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano de Rio de Janeiro da Belle époque*. 2ª ed-Campinas, Sp: Editora da UNICAMP, 2001.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação*, Porto Alegre, 1990.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*”. In *Educação e Pesquisa*, vol. 30, nº 3. São Paulo: setembro/dezembro 2004.

COELHO, Geraldo Mártires. *História e Ideologia: O IHGB e a República (1889-1891)*. Belém, Serviço de Imprensa Universitária, 1981.

_____. *No Coração do Povo: O monumento da República em Belém*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. *Gênio da Floresta, O Guarani e a Ópera de Lisboa*. Rio de Janeiro: Agir, Belém: Prefeitura de Belém, 1996

_____. *O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro. Agir, 1995.

COELHO, Maricilde Oliveira. *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)*. Mestrado em Educação, Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)*. Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, Edilson da Silveira. *A multiforme obra artística e intelectualidade Theodoro Braga. III Encontro de História da Arte – IFCH / Unicamp 2007*.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 - 1910)*/ Carlos Humberto Alves Corrêa- Campinas-SP: 2006.

_____. *Manuais, paleógrafos e livros de leitura: Com quais matérias se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente? Seminário “Constituição do leitor”: memórias*. Projeto Memória de Leitura–ALLE.Campinas: UNICAMP, 2005.

COSTA. Eliezer Raimundo de Souza. *Saber Acadêmico e saber escolar: História do Brasil, da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX*. UFMG/ Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, 2008.

COSTA, Rafaela Paiva. *A formação de professores da primeira república no Pará (1900-19004)*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DÓRIA, Renato Palumbo. Ver a paisagem, formar a nação: Notas sobre o ensino do desenho no Brasil a partir de Belém do Pará. *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI, nº 1 (2011), pp. 117-147.

FARIAS, Willian Gaia. *A construção da república no Pará (1886-1897)*. Tese (doutorado em História) – universidade federal fluminense, Niterói: 2005.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do instituto histórico e geográfico brasileiro no ensino de história. *saeculum -Revista de História* [13]; João Pessoa, jul/dez. 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: Uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2001.

_____. *Querelas Esquecidas: O Modernismo Brasileiro visto das Margens*. In: *Os Senhores dos Rios*. Org: Mary Del Priore, Flavio Gomes - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. Panteão da História, Oratório da Nação: O simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos. In: NEVES, Fernando Arthur & LIMA, Maria Roseane (orgs.), *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, 545-559.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora* / Maria do Perpétuo Socorro Gomes Souza Avelino França. – Campinas, SP: [s.n.], 2004.

FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. *O Patrono das letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)*. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da educação no Brasil*/ Thais Nívea de Lima e Fonseca, Cynthia Greive Veiga.- 1.ed.1.reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FURET, François. O nascimento da História. In *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva s/d.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: FONSECA, Thais & VEIGA, Cynthia (orgs), *História e Historiografia da Educação no Brasil*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

_____. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*/Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira (Org.)- Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: Os compêndios de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino da história na Primeira República: algumas observações. Usos do Passado - *XII Encontro Regional de História*. ANPUH-RJ, 2006.

_____. Coração: Um diário, Vários tempos e algumas histórias. In: *A história na escola: autores, livros e leituras*/Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo Magalhães (org.)- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A presença do instituto histórico e geográfico brasileiro no campo da educação superior: o projeto da academia de altos estudos - faculdade de filosofia e letras: (1916-1921). *Revista de História* 141-FFLCH-USP, 1999, 91-100.

_____. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, 2005, pp. 147-170.

HANSEN .Patrícia Santos . Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles? . *História* (São Paulo) v.30, n.2, p. 51-80, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: A Ferrovia Madeira -Mamoré e a modernidade na selva*.2. Ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª edição, 2008.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição, 2011.

_____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª edição, 2005.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. / Hugo Hruby. Porto Alegre, 2007.

_____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: *IX Encontro Brasileiro de História*- ANPUH-RS, 2008, p 12.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n.1, PP.9-43, janeiro/junho, 2001.

MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente. *Ars Histórica*, v. 1, n. 2, jul-dez. 2010, p. 49-59. 49.

MATTOS, Selma Rinaldi de. O Brasil em lições - A história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

_____. As relações entre autor e editor no jogo entre memória e história: as duas edições de *Compêndio de História do Brasil*, de José Inácio de Abreu Lima, no ano de sua publicação. In: *A história na escola: autores, livros e leituras* /Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo Magalhães (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MEIRA, Clóvis, Ildone, José, Castro, Arcyr. *"Introdução a Literatura no Pará"*. Academia Paraense de Letras. Ed. CEJUP, 1990.

MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da História: Natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*/Felipe Tavares de Moraes. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011.

MORAIS REGO, Clóvis. *Theodoro Braga: historiador e artista*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1974.

MOREIRA, Eidorfe. O Livro didático paraense (breve notícia histórica). In: *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira*. Vol.VI, Belém: Cejup, 1989.

MOURA, Daniella de Almeida Moura. *A República paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MULLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói, Intertexto, 1999.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, p. 143-162, set/ago,1993.

_____. O Ensino de História e a pedagogia do cidadão. In: *O Ensino de História e a criação do fato*/ Jaime Pinisky (autor e organizador). 14 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. *Pedagogia Liberal Modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana*. Campinas SP, UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, Método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2006.

PARÁ (Estado). Diário oficial há 118 anos imprimindo a História da administração pública do Estadual. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Edição Especial. Belém, 11 de junho de 2009.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil. 1980- 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo. *I Seminário Brasileiro sobre o livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, 2004.

RICCI, Magda. O Império Lê a Colônia: Um Barão a História da Civilização na Amazônia. In: Terra Matura: *Historiografia e História social na Amazônia*. Org. José Mia Neto, Décio Guzmán - Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da Rocha. *A trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1837-1942)*. Mestrado em Educação: supervisão e currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

ROCHA, Helenice Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A história na escola: autores, livros e leituras (Introdução)/Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo Magalhães (org.)- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos*. (1969- 19173). Belém: Paka-tutu, 2002.

_____. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. 3ª Edição .Belém: Paka-Tatu, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Desenvolvimento das idéias pedagógicas leigas: Ecletismo, Liberalismo e Positivismo (1827-1932). In: *Histórias das Idéias Pedagógicas no Brasil*- 3ª ed.rev-Campinas, São Paulo: Autores associados, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: IDESP , 1989.
_____. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA Eduardo . Civismo e educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279 - 292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

VIDAL. Maria Cristina Fonseca Ribeiro. Imagens recortadas: os protagonistas da história do Brasil na narrativa didática de Jonathas Serrano. In: *A história na escola: autores, livros e leituras* (Introdução)/Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo Magalhães (org.)- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: Um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 20*. In: Cinco Estudos Em História e Historiografia da Educação/Organizado por Marcos Aurélio Tabora de Oliveira – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA. Cleber Santos. Transfigurações Cívicas: A terra fluminense, Contos pátrios e A pátria brasileira .*Revista ieb*. n 50, 2010, set./mar. p. 79-102.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: histórias & histórias*. São Paulo: Ática, 6ª edição, 2007.

